



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA

BOLETIM OFICIAL

Edição nº 47 - Ano 1 - Distribuição Gratuita

30 de Julho de 2018

Poder Executivo Municipal

Prefeito: Anabal Barbosa de Souza
Vice-Prefeito: Amaurildo Soares
Procurador Geral do Município: Rafael Rodrigues de Andrade
Controlador Geral do Município: Eduardo Leão dos Santos
Secretário Municipal de Governo: João José de Almeida Neto
Secretário Municipal de Fazenda: Nilo Sergio Palmeira
Secretária Municipal de Administração: Andréa Sani Braga da Silva
Secretário Municipal de Suprimentos: José Antônio Guimarães Cunha
Secretária Municipal de Educação e Cultura e Esporte: Sonia Oliveira de Souza
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil: Ângelo D'Alessandro Emerick
Secretário Municipal de Comunicação, Turismo e Eventos: Samuel dos Santos Barbosa (Subsecretário)
Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável: Cleidy Mary Rodrigues Nunes (Subsecretária)
Secretário Municipal de Ambiente e Agronegócios: Eleandro Machado Walverde
Secretário Municipal de Serviços Públicos: Pierre Alexandre da Silva Ferreira
Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos: Fernanda Raquel dos Santos Monteiro Moffati
Secretário Municipal de Obras: --
Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública: João José de Almeida Neto (Interino)
Secretária Municipal de Trabalho e Renda: Fernanda Raquel dos Santos Monteiro Moffati (Interina)

Poder Legislativo Municipal

Mesa Diretora:

Presidente: José Celso da Costa
Vice-Presidente: Anderson de Moura Medeiros
1º Secretário: Lucas Dutra dos Santos
2º Secretário: Aguinaldo Luis Pereira
Vereador: Aguinaldo Luis Pereira
Vereador: Anderson de Moura Medeiros
Vereador: Bruno de Almeida Santos
Vereador: Hugo Pereira Canto Júnior
Vereador: José Celso da Costa
Vereador: Lucas Dutra dos Santos
Vereador: Sizenando Fernandes Paixão
Vereador: Ivan Paulo Bianco da Silva
Vereador: Rogerio da Silva Leite
Vereador: Wagner Vinícius de Oliveira

Expediente

Boletim Oficial de Seropédica
Lei nº 74, de 30 de Dezembro de 1998

Distribuição Gratuita
Secretaria Municipal de Governo
Tiragem: 30

Impresso: Prefeitura Municipal de Seropédica
Email: boletimoficial@seropedica.rj.gov.br
Rua Maria Lourenço nº18 / Fazenda Caxias – Seropédica -RJ
Tel: 2682-2226
www.seropedica.rj.gov.br

Câmara Municipal de Seropédica
Av. Ministro Fernando Costa, 754, Centro - Seropédica
administracao@camaraseropedica.rj.gov.br
Tel: (21) 2682-6757 / 2682-6888
www.camaraseropedica.rj.gov.br

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA

ATOS DO PODER EXECUTIVO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica



PORTARIA Nº 0345/2018 de 25 de julho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEROPÉDICA, do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, na forma do Art. 74, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Nomear FLÁVIA COUTINHO GUILHERME, matrícula 16058, no Cargo Comissionado de Subsecretário de Ambiente, da Secretaria de Ambiente e Agronegócios do Município de Seropédica, tendo seus efeitos retroagidos à 23.07.2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

ANABAL BARBOSA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica



PORTARIA Nº 0346/2018 de 25 de julho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEROPÉDICA, do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, na forma do Art. 74, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Nomear MARCELLE FERNANDES OLIVEIRA DA SILVA, matrícula 16059, no Cargo Comissionado de Gerente de Tesouraria, da Secretaria de Fazenda do Município de Seropédica, tendo seus efeitos a partir de 01.08.2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

ANABAL BARBOSA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Decisão Administrativa final

Resposta ao Recurso nº 7082/18

O Prefeito do Município de Seropédica no dia 23 de julho do corrente ano recebeu e analisou o seguinte processo administrativo nº 12.867/2017, que versa sobre o recurso final na esfera administrativa para então elaborar Decisão administrativa final.

Destacando-se aqui a comprovação do aliciamento a um menor de idade com fins sexuais, cometido pelo conselheiro tutelar **Marcos Aurélio de Castro Alves**, conforme documento comprobatório existentes no processo fica evidente a imperiosa necessidade de afastamento em caráter definitivo desse conselheiro de suas funções no Conselho Tutelar do Município.

Portanto, nestes termos, indefiro o pedido de recuso, entendendo que a manutenção da penalidade aplicada pela plenária do CMDCA, devido à análise de provas colhidas no processo administrativo, é o mais acertado, seja essa, a aplicação constante no Art.: 43, §1º da Lei Municipal 337/2007, que é a perda do mandato de conselheiro tutelar.

[Assinatura]
 ANABAL BARBOSA DE SOUZA
 PREFEITO MUNICIPAL DE SEROPÉDICA



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Seropédica.
 Secretaria Municipal de Saúde de Seropédica.
 Conselho Municipal de Saúde - COMSAS.



Profissionais de Saúde	
Sérgio Alarcon.	
Márcia Cristina Carvalhosa dos Santos.	
Márcia Meneses da Silva.	<i>[Assinatura]</i>
Paulo Roberto Davi Gomes.	<i>[Assinatura]</i>
Samuel Debossam Haubrik.	
Usuários	
José Azevedo dos Santos.	
Edivaldo Lopes da Silva.	
Aldemir Gomes de Paiva.	
James de Paula Moraes.	
Marco Antonio Rodrigues da Silva.	
Humberto Henrique Guerra.	
Miguel Jorge Gomes de Oliveira.	<i>[Assinatura]</i>
Manoel Pequeno de Sales.	
Mauro José da Silva.	<i>[Assinatura]</i>
Rogério José da Silva.	
Marcelo dos Santos Silva.	<i>[Assinatura]</i>
Rodrigo Domingues de Moraes.	

[Assinatura]
 Miguel Jorge Gomes de Oliveira
 Presidente do COMSAS

Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS
 End: RJ 099, n.º 971 Piranema
 Cep: 23.890-000 Seropédica/RJ
 Telefax: (21) 3782-4895 R: 30
 Email: comsas.seropedica@gmail.com



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Seropédica.
 Secretaria Municipal de Saúde de Seropédica.
 Conselho Municipal de Saúde - COMSAS.



Resolução nº. 010/2018 - do Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS com o Parecer Favorável nº. 010/2018.

Resolve:

Em reunião realizada aos dias trinta de maio de dois mil e dezoito - 30/05/2018, no Centro de Estudo da Maternidade Municipal de Seropédica, sito Avenida do Contorno s/n - Antiga Estrada Rio x São Paulo - km 44 - Bairro Ingra - Seropédica o Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS, após apresentação do Decreto nº 1303 de 28 de março de 2018 que regulamenta a Lei Municipal nº 494 de 26 de novembro de 2013, feito os devidos esclarecimentos e sendo perguntado aos conselheiros presentes se estavam esclarecidos a votar e respondido que sim foi colocado em votação e pelos presentes aprovado é deliberado Parecer Favorável nº 010/2018.

RESOLVE.

Art. 1º - Publicar o Parecer Favorável nº. 010/2018 do Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS com o a Autorização a implantação da ORGANIZAÇÃO SOCIAL - OS no Município de Seropédica seguindo a Lei Municipal nº 494 de 26 de novembro de 2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1303 de 28 de março de 2018 sendo aprovado na reunião extraordinária realizada aos dias trinta de maio de dois mil e dezoito 30 - 05 - 2018 do COMSAS com aprovação da implantação da Organização Social - OS no Município de Seropédica.

Art. 2º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Seropédica 11 de julho de 2018.

GESTORES.

Angelo D'Alessandro Emerick.	
Ana Paula de Oliveira.	
Wagner Marino da Silva.	
Elisângela Machado de Faria.	
Adilson Braga dos Santos.	
Daniela Zanoni Bausen.	

Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS
 End: RJ 099, n.º 971 Piranema
 Cep: 23.890-000 Seropédica/RJ
 Telefax: (21) 3782-4895 R: 30
 Email: comsas.seropedica@gmail.com



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Seropédica
 Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil
 Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS
 End.: RJ 099, n.º 971 - Piranema CEP: 23.890-000 Seropédica/RJ
 Email: comsas.seropedica@gmail.com



RESOLUÇÃO N.º 015/2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEROPÉDICA - COMSAS, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA AOS DIAS 11 DE JULHO DE 2018.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEROPÉDICA - COMSAS, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA AOS DIAS ONZE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO (11/07/2018), NA CÂMARA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA, SITUADA À AVENIDA MINISTRO FERNANDO COSTA S/N.º, CENTRO, SEROPÉDICA/RJ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE CONFEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM SAÚDE ONDE O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEROPÉDICA - COMSAS DELIBEROU A PUBLICAÇÃO DA PRESENTE RESOLUÇÃO:

RESOLVE.

ARTIGO 1º - PUBLICAR O PARECER FAVORÁVEL N.º 015/2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEROPÉDICA - COMSAS AO CANCELAMENTO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE REFERENTE AS PROPOSTAS 13813.1070001/13-007; 13813.1070001/13-011 E 13813.1070001/13-009

ARTIGO 2º - ESSE PARECER ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO FICANDO REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SEROPÉDICA, 11 DE JULHO DE 2018.

[Assinatura]
 Miguel Jorge Gomes de Oliveira
 Presidente do COMSAS



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Seropédica.
 Secretaria Municipal de Saúde de Seropédica.
 Conselho Municipal de Saúde - COMSAS.



Resolução nº. 017/2018 - do Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS com o Parecer Favorável nº. 017/2018.

Resolve:

Em reunião ordinária realizada aos dias onze de julho de dois mil e dezoito - 11/07/2018, na Câmara Municipal de Seropédica, sito Avenida Ministro Fernando Costa nº 775 - Centro - Seropédica o Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS, após apresentação do Plano Municipal de Saúde 2018 - 2021, feito os devidos esclarecimentos e sendo perguntado aos conselheiros presentes se estavam esclarecidos a votar e respondido que sim foi colocado em votação e pelos presentes aprovado é deliberado Parecer Favorável nº 017/2018 ao Plano Municipal de Saúde 2018 - 2021.

RESOLVE.

Art. 1º - Publicar o Parecer Favorável nº. 017/2018 do Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS com a Aprovação do Plano Municipal de Saúde 2018 - 2021.

Art. 2º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Seropédica 11 de julho de 2018.

GESTORES.

Ángelo D'Alessandro Emerick.	
Ana Paula de Oliveira.	
Wagner Marino da Silva.	
Elisângela Machado de Faria.	
Adilson Braga dos Santos.	
Daniela Zanoni Bausen.	
Profissionais de Saúde	
Sérgio Alarcon.	
Márcia Cristina Carvalhosa dos Santos.	
Márcia Meneses da Silva.	
Paulo Roberto Davi Gomes.	
Samuel Debossam Haubrik.	
Usuários	

Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS
 End: RJ 099, n.º 971 Piranema
 Cep: 23.890-000 Seropédica/RJ
 Telefax: (21) 3782-4895 R: 30
 Email: comsas.seropedica@gmail.com



**PLANO
 MUNICIPAL DE
 SAÚDE DE
 SEROPÉDICA
 2018 - 2021**



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Seropédica.
 Secretaria Municipal de Saúde de Seropédica.
 Conselho Municipal de Saúde - COMSAS.



José Azevedo dos Santos.	
Edivaldo Lopes da Silva.	
Aldemi Gomes de Paiva.	
James de Paula Moraes.	
Marco Antonio Rodrigues da Silva.	
Humberto Henrique Guerra.	
Miguel Jorge Gomes de Oliveira.	
Manoel Pequeno de Sales.	
Mauro José da Silva.	
Rogério José da Silva.	
Marcelo dos Santos Silva.	
Rodrigo Domingues de Moraes.	

Miguel Jorge Gomes de Oliveira
 Presidente do COMSAS.



**PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE
 DE SEROPÉDICA/RJ
 2018 - 2021**

Anabal Barbosa de Souza
 Prefeito Municipal de Seropédica

Ángelo D'Alessandro Emerick
 Secretário Municipal de Saúde e Defesa
 Civil

Seropédica/RJ - 2017

Conselho Municipal de Saúde de Seropédica - COMSAS
 End: RJ 099, n.º 971 Piranema
 Cep: 23.890-000 Seropédica/RJ
 Telefax: (21) 3782-4895 R: 30
 Email: comsas.seropedica@gmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEROPÉDICA/RJ
COMPOSIÇÃO DO ORGANOGRAMA COM SUAS EQUIPES TÉCNICAS
SUB-SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE

1- Diretoria de Vigilância em Saúde

- 1.1 – Coordenação de Vigilância Epidemiológica
- 1.2 – Coordenação de Vigilância Sanitária
- 1.3 – Coordenação de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis - DANTS
- 1.4 – Coordenação de Ações e Combate às Endemias
- 1.5 – Coordenação de Educação e Promoção em Saúde
- 1.6 – Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador
- 1.7 – Coordenação de Imunização
- 1.8 – Coordenação de Vigilância Ambiental e saúde

2- Diretoria de Atenção Básica

- 2.1 – Coordenação da Estratégia de Saúde da Família
- 2.2 - Coordenação de Saúde Bucal
- 2.3 – Coordenação o Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD
- 2.4- Coordenação de Programa de Saúde na Escola - PSE
- 2.4 - Coordenação de Unidades Básicas de Saúde

3- Diretoria de Áreas Programáticas em Saúde

- 3.1-- Coordenação do Programa de Atenção à Mulher, Criança e Adolescente
- 3.2- Coordenação do Programa de Controle da Tuberculose
- 3.3- Coordenação do Programa de Controle da Hanseníase
- 3.4- Coordenação do Programa de Controle das DST/AIDS e Hepatites Virais
- 3.5- Coordenação do Programa de Saúde Mental
- 3.6- Coordenação do Programa de Saúde do Idoso
- 3.7- Coordenação do Programa de Vigilância Nutricional – ATAN

4- Diretoria da Assistência Especializada

- 4.1-- Coordenação da Assistência Médica Especializada
- 4.2-Coordenação de Enfermagem
- 4.3- Coordenação de Fisioterapia
- 4.4- Coordenação de Fonoaudiologia
- 4.5- Coordenação de Diagnóstico por Imagem
- 4.6- Coordenação de Farmácia e Manipulação
- 4.7- Coordenação de Laboratório
- 4.8- Coordenação do Serviço Social
- 4.9- Coordenação de Perícias Médicas

3

ÍNDICE

Nº	DESCRIÇÃO	PAG.
1	Introdução	06
2	Apresentação	07
3	Objetivos	08
4	Análise Situacional - Caracterização do Município	09
5	Aspecto Territorial	09
6	Regionalização	10
7	Limites e Divisão por Bairros	13
8	Aspectos Demográficos – Sócio Econômicos	14
9	População	14
10	Administração Municipal	16
11	Situação dos Domicílios	17
12	Taxa de Analfabetismo	19
13	Saneamento Básico	19
14	Licenciamento Ambiental	22
15	Monitoramento da Região Hidrográfica II – Guandu	23
16	IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	24
17	Aspectos Educacionais	25
18	Saúde -Aspectos da Saúde	28
19	Organograma da Saúde	31
20	Atenção Básica	32
21	Rede Pública Assistencial da Saúde	35
22	Vigilância em Saúde – Imunização	37
23	Vigilância em Saúde – Dados Vitais - Nascidos Vivos	38
24	Vigilância em Saúde – Dados Vitais - Mortalidade	43
25	Produção Ambulatorial	48
26	Morbidade Hospitalar	52
27	Indicadores de Saúde – Pactuação	54
28	Ficha Técnica Municipal	56
29	Finanças – Repasse de Recursos	57
30	PMS – Planejamento para o Quadrênio – 2018/2021	60
31	Monitoramento do Plano Municipal de Saúde	120

5

5- Diretoria da Assistência em Urgência e Emergência

- 5.1-- Coordenação do SAMU
- 5.2 -Coordenação da UPA
- 5.3 -Coordenação da Unidade Pré Hospitalar

6 - Diretoria Geral do Hospital Maternidade

- 6.1- Secretária da Direção
- 6.2- Divisão da Assistência Hospitalar
- 6.3 - Coordenação Médica
- 6.4 –Coordenação de Enfermagem

SUB-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE
E APOIO À INFRAESTRUTURA

7 - Diretoria de Planejamento e Programação em Saúde

- 7.1 - Coordenação de Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria
- 7.2- Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento
- 7.3- Coordenação de Contas Médicas e Faturamento
- 7.4 –Coordenação do Complexo de Regulação
- 7.5 –Coordenação de Tecnologia da Informação – TI

8- Diretoria de Administração da Saúde

- 8.1- Coordenação de Recursos Humanos
- 8.2- Coordenação de Expediente Administrativo
- 8.3 -Coordenação de Viaturas e Ambulâncias
- 8.4 –Coordenação Geral do Patrimônio
- 8.5 –Coordenação de Obras e Reparos na Saúde
- 8.6 –Coordenação de Manutenção em Informática

9- Diretoria do Fundo Municipal de Saúde

- 9.1—Coordenação de Contabilidade e Finanças
- 9.2 - Coordenação de Contratos, Convênios e Projetos de Saúde
- 9.3 - Coordenação de Controle e Custos em Saúde
- 9.4 –Coordenação de Compras e Almoxarifado

4

01 – Introdução

A Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de Seropédica tem como missão "cuidar" de forma integral da saúde do cidadão residente no município, buscando garantir seus direitos e respeitando as diversidades que possam existir, trabalhando, desse modo, em concordância com a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90 e 8142/90), que tem como princípios e diretrizes a universalidade do acesso aos serviços de saúde, a integralidade da assistência e a igualdade da assistência à saúde.

O Plano Municipal de Saúde, além de constituir-se numa exigência legal, é um instrumento fundamental para a consolidação do SUS, visto que, através dele, busca-se explicitar o caminho a ser seguido pela Secretaria de Saúde no compromisso de realizar essa missão.

Dessa forma, o conteúdo desse documento expressa a identificação das necessidades de saúde da população de Seropédica e apresenta diretrizes a serem observadas para a sua gestão no período de 2018 a 2021, tendo como base as orientações da Portaria nº 2135, de 25 de setembro de 2013 e do Decreto nº 7508/2011, que estabelecem o sistema de planejamento no Sistema Único de Saúde.

Esse plano pretende servir de instrumento de gestão das ações de saúde que serão desenvolvidas pelo município nesse período tendo como base um estudo realizado da análise situacional do município que apontaram as intenções e resultados esperados pela população do município num período de quatro anos, expressos pelas diretrizes, seus objetivos, ações e metas.

O Plano Municipal de Saúde é portanto o instrumento que norteia todas as medidas e iniciativas para o cumprimento dos preceitos do SUS na esfera municipal em coerência e devidamente expressadas nas Programações Anuais de Saúde. Seus resultados são sempre avaliados nos Relatórios Anuais de Gestão com a participação e controle da comunidade a partir do Conselho Municipal de Saúde e de realização das Conferências Municipais de Saúde tendo também o papel de orientar a definição do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) se consolidando como fundamental instrumento de planejamento na saúde do município.

6

02 – Apresentação

As ações de saúde propostas neste plano estão subordinadas aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) consolidando a gestão plena dos serviços de saúde prestados à população do município de Seropédica, tornando o poder público o principal ator para a prestação de ações e serviços de saúde.

Este documento definirá intenções, fornecendo elementos para a coordenação, articulação, negociação, programação, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria dos serviços de saúde, qualificando as decisões do gestor municipal e, além disso, possibilitando sua utilização pelas lideranças comunitárias para efetivo controle social dos serviços de saúde.

A importância deste instrumento é traduzir as ações de saúde municipais oriundas da relação do governo municipal e população na busca de serviços de saúde mais resolutivos e humanizados, contribuindo para definição de políticas e aplicação de recursos que visem solucionar os problemas de saúde nas comunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem estar social de seus municípios

Este plano foi elaborado de forma participativa pelos profissionais da saúde envolvidos, sendo desenvolvido e apresentado primeiramente pelo diagnóstico situacional do município, assim como a situação epidemiológica e os serviços de saúde existentes, apresentando informações gerais das condições em que vive a população de Seropédica que está exposta aos principais indicadores de saúde de morbi-mortalidade. A gestão participativa e o controle social são fundamentais nesse contexto uma vez que permite o planejamento horizontal e ascendente e a garantia de transparência na gestão e desenvolvimento de ações e serviços.

7

04 - ANÁLISE SITUACIONAL

04.1 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

ASPECTO TERRITORIAL

Seropédica pertence à Região Metropolitana, que também abrange os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá.

O município tem um único distrito-sede, ocupando uma área total de 283,8 quilômetros quadrados, correspondentes a 5,3% da área da Região Metropolitana I. Os limites municipais, no sentido horário, são: Itaguaí, Paracambi, Japeri, Queimados e Nova Iguaçu e Rio de Janeiro.

A rodovia Presidente Dutra atravessa o município de leste a oeste, alcançando, respectivamente, Queimados e Paracambi. O município também é atendido pela BR-465, antigo traçado da Rio -São Paulo, alcançando a BR-116, rodovia Presidente Dutra, ao norte, e Nova Iguaçu, a leste, chegando à Avenida Brasil na altura do bairro carioca de Campo Grande. A RJ-099 o liga a Itaguaí, ao sul, e a RJ-125 acessa Japeri, ao norte. O município é, ainda, atravessado de norte a sul pelo ramal ferroviário Japeri - Mangaratiba.

Um arco rodoviário da Região Metropolitana (BR-493, RJ-109 e RJ-099) faz a ligação do porto de Sepetiba, em Itaguaí, à BR-101, em Itaboraí. Passa por Seropédica e requer a construção de trecho entre Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Lá ele cruza com a BR-040, juntando-se à BR-116 em Magé, e segue para Guapimirim, chegando a Itaboraí no trevo de Manilha.

9

03 – Objetivos

03.1- Geral:

Auxiliar o gestor na organização do Sistema de Saúde Municipal com garantia do acesso, da resolutividade e qualidade das ações e serviços de saúde, otimizando, readequando e ampliando a sua oferta de serviços, integrando recursos na busca da prevenção, tratamento de doenças e redução de danos ou de sofrimentos que possam estar comprometendo as possibilidades viver de modo saudável da população.

03-2- Específicos:

- 1- Garantir o acesso com qualificação e humanização das ações de saúde.
- 2- Promover a articulação efetiva dos diferentes níveis de atenção à saúde: básica, média e alta complexidade, com integração entre as ações preventivas, curativas, vigilância e promoção à saúde.
- 3- Fortalecer a gestão de vigilância à saúde do município, implementando a integração e a descentralização das ações, de forma a ampliar a capacidade de análise da situação de saúde com ênfase ao atendimento das necessidades da população.
- 4- Aperfeiçoar os instrumentos de gestão do sistema de saúde através da utilização de informações estratégicas visando à tomada de decisão, o planejamento das ações, o controle social e a avaliação das políticas implantadas e a regulação assistencial
- 5- Implementar a política de gestão do trabalho com a participação dos diversos atores envolvidos.
- 6- Prevenir e controlar danos, perigos e agravos à Saúde Coletiva, através do monitoramento dos fatores de riscos oriundo da produção e consumo de bens e serviços do meio ambiente, das zoonoses e da transmissão de doenças que sejam alvo de controle da Vigilância à Saúde.

8

04.2 – Regionalização

Território Municipal em Região do Estado

A Regionalização da Saúde é entendida enquanto um processo de organização das ações e serviços de saúde numa determinada região, visando a universalidade do acesso, a equidade, a integralidade do cuidado e resolutividade das ações de saúde. Promove a ação cooperativa entre os gestores do SUS da região e o fortalecimento do controle social. É fundamental para organizar a rede de ações e serviços de saúde, assegurando o cumprimento dos princípios constitucionais de descentralização do Sistema Único de Saúde – SUS sendo um importante processo para diminuir as grandes desigualdades no território brasileiro.

Os mapas a seguir mostram as regiões em que está dividido o Estado do Rio de Janeiro e, isoladamente, a Região Metropolitana I onde se encontra inserido o município de Seropédica



Região Metropolitana I



Fonte: IBGE / SUPPLAN / SEMEC RJ

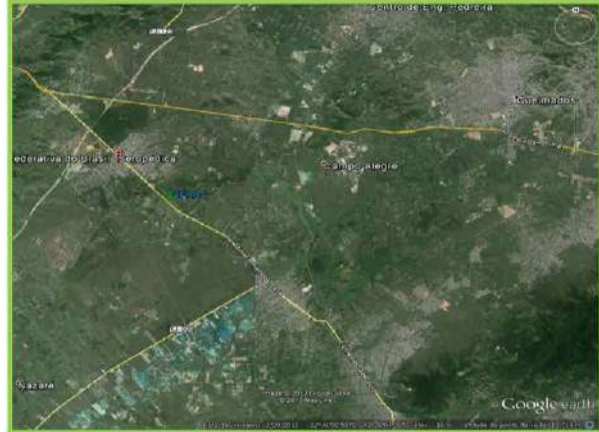
10

Municípios que compõe a Região de Saúde Metropolitana I

Belford Roxo | Duque de Caxias | Itaguaí | Japeri | Magé | Mesquita | Nilópolis | Nova Iguaçu | Queimados | Rio de Janeiro | São João de Meriti | Seropédica.

Estradas importantes que cortam o município de Seropédica:

Mapa mostrando as principais estradas que cortam o município.



Estradas:

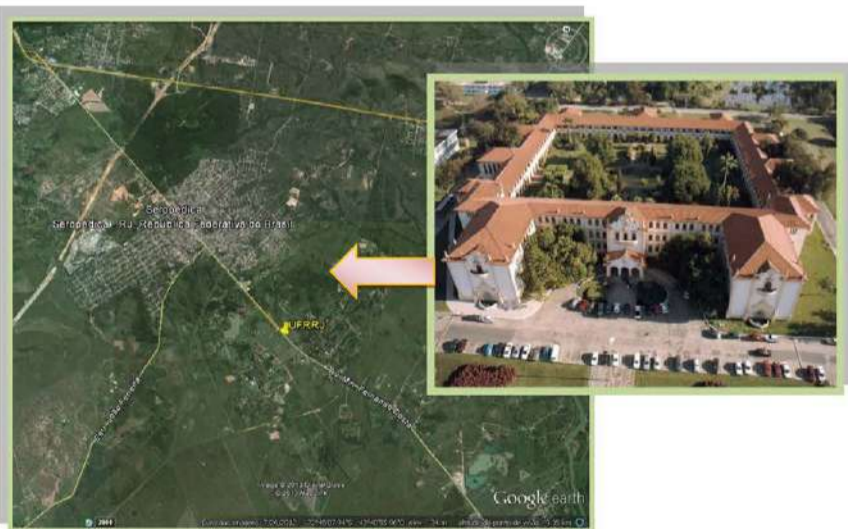
- 1-Rodovia Presidente Dutra
- 2-Antiga Rio-São Paulo – BR 465
- 3-Rodovia RJ 099
- 4-Rodovia RJ 125

A presença de estradas federal e estadual que cortam o município faz com que tenhamos um fluxo constante de tráfego de pessoas, caminhões, ônibus e carros de passeio das mais distantes regiões do país causando riscos de acidentes, agravos e de disseminação de doenças consideradas de transmissibilidade e de notificação que fogem ao controle da Vigilância da Saúde no município por ter que conviver com riscos que não podem ser parametrados e, portanto, de difícil inserção no planejamento desse setor.

04.3- Limites Municipais e Divisão do Município por Bairros



UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Mapa mostrando a localização da UFRRJ em Seropédica

A presença de Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no município de Seropédica altera o perfil da população local com um acréscimo em cerca de 12 000 habitantes de alunos "não residentes" mas que de fato "residem" por um longo tempo no município, acarretando um acréscimo da demanda na utilização dos serviços de saúde locais, porém não contabilizado no repasse de recursos oriundos do SUS quando os mesmos são estabelecidos pela população registrada pelo IBGE.

04.4 - Aspectos Demográficos e Socio-econômicos

Em 2010, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE, Seropédica tinha uma população de 78.186 habitantes, correspondente a 0,7% do contingente da Região Metropolitana, com uma proporção de 96,7 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 275,5 habitantes por km², contra 2.221,8 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 82% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 19,8%, o 21º maior em crescimento no estado.

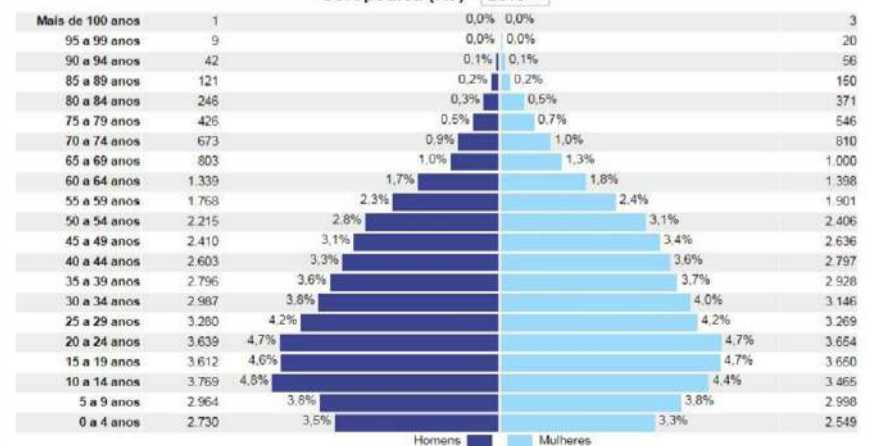
A população de Seropédica, em 2016, foi estimada em 82.892 pessoas. O município tinha um contingente de 53.793 eleitores, correspondente a 66% do total da população.

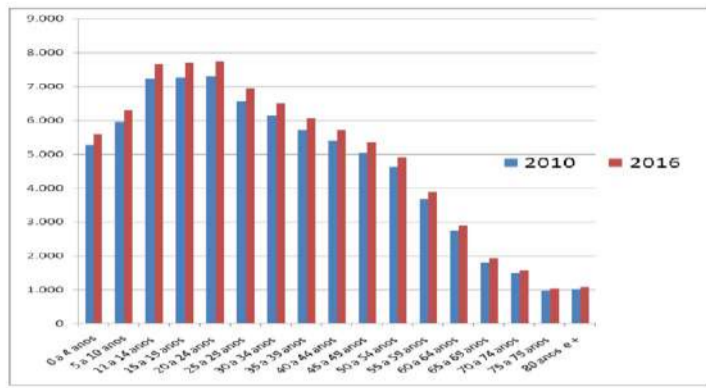
A distribuição da população fluminense segundo faixa etária e sexo em 2010 s IBGE e a projeção para 2016 dava-se conforme tabela e gráfico a seguir :

POPULAÇÃO DE SEROPÉDICA

- População residente por Faixa Etária e Sexo
- Estimativa Populacional 2017 (IBGE): 83.677 habitantes

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Seropédica (RJ) - 2010





Segundo o levantamento, o município possuía 30.945 domicílios dos quais 10% eram de uso ocasional. Seropédica possui duas agências de correios, cinco agências bancárias e dois estabelecimentos hoteleiros. Quanto aos equipamentos culturais, o município não tem cinema e teatro, mas dispõe de dois museus e de uma biblioteca pública.

Seropédica em relação à Região Metropolitana I e Estado - Área e Dados Popacionais

Regiões/Estado	Área (km2)	Percentual da área em relação à região	População	% da população na região	Densidade demográfica
Metropolitana I	3.466,4	7,92	9.873.610	61,75	2.848,38
Belford Roxo	77,80	2,24	469.332	4,75	6032,54
Duque de Caxias	467,60	13,49	855.048	8,66	1828,59
Itaguaí	275,90	7,96	109.091	1,10	395,40
Japeri	81,90	2,36	95.492	0,97	1165,96
Magé	388,50	11,21	227.322	2,30	585,13
Mesquita	39,10	1,13	168.376	1,71	4306,29
Nilópolis	19,40	0,56	157.425	1,59	8114,69
Nova Iguaçu	521,20	15,04	796.257	8,06	1527,74
Queimados	75,70	2,18	137.962	1,40	1822,48
Rio de Janeiro	1200,30	34,63	6.320.446	64,01	5265,72
São João de Meriti	35,20	1,02	458.673	4,65	13030,48
Seropédica	283,80	8,19	78.186	0,79	275,50
Estado	43.779,8	-	15.989.929	-	365,24

Fonte: Censo IBGE - 2010

04.6 - Situação dos Domicílios

Em 2010, Seropédica contava com 2.119 domicílios particulares ocupados em sete aglomerados subnormais, onde viviam 6.854 pessoas.

A energia elétrica, em 1.407 domicílios, era fornecida por companhia distribuidora, com medidor de uso exclusivo do domicílio. Em 708 domicílios, a energia era fornecida de forma inadequada. Não existia energia elétrica em quatro domicílios.

O IBGE aponta que o município de Seropédica dispõe de mapeamento de áreas com risco de eventos como enchentes, inundações, enxurradas, escorregamentos e deslizamentos.

A pesquisa informa ainda que existe legislação sobre zona e/ou área de interesse social para assentamentos habitacionais de população de baixa renda, como parte integrante do Plano Diretor municipal, porém o município não dispõe de programas habitacionais para realocação da população residente em áreas de risco.

O município dispõe do Plano Municipal de Redução de Riscos como instrumento de política urbana para prevenção, redução e gestão de riscos e desastres. Junto com o Plano Diretor, tem por meta regular o uso e ocupação do solo urbano.

SEROPÉDICA - DETALHAMENTO DA SITUAÇÃO DE DOMICÍLIOS
Censo Demográfico IBGE 2010

Informação de Domicílios Particulares Permanentes

Descrição	Total	%
Domicílios particulares permanentes	24249	100,00
Domicílios particulares permanentes urbanos	20116	82,96
Domicílios particulares permanentes rurais	4133	17,04

SEROPÉDICA - DETALHAMENTO DA SITUAÇÃO EMPRESARIAL

Descrição	Valor/Unidade
Número de unidades locais	827 Unidades
Pessoal ocupado total	12805 Pessoas
Pessoal ocupado assalariado	11743 Pessoas
Salário médio mensal	4 Sal. Mínimos

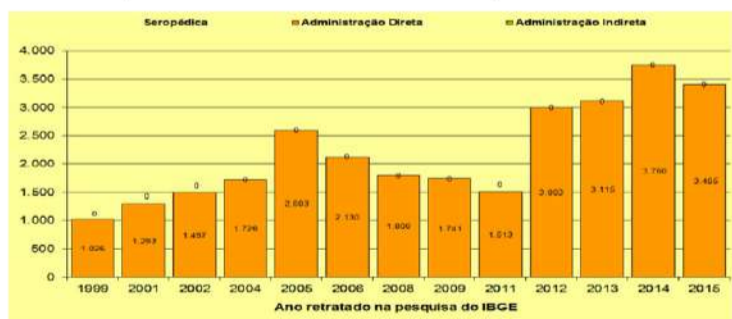
Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2011. Rio de Janeiro/2012

04.5 - Administração Municipal

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais, conhecida como Munic, é apurada pelo IBGE na totalidade do país. Na versão 2015, foram estabelecidos os seguintes eixos: recursos humanos das administrações municipais, instrumentos de planejamento, recursos para a gestão (cadastro do IPTU e ISS, taxas, implantação de empreendimentos e arranjos produtivos locais), terceirização e informatização, gestão ambiental e articulação interinstitucional (indica se o município faz parte de consórcio nas áreas de educação, saúde, assistência e desenvolvimento social, turismo, cultura, habitação, meio ambiente, transporte, desenvolvimento urbano, saneamento básico, gestão das águas e manejo de resíduos sólidos).

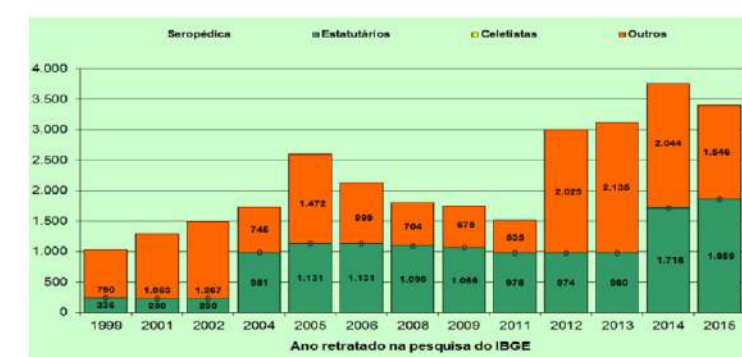
A Pesquisa Munic/IBGE aponta a seguinte evolução do quadro de pessoal de Seropédica:

Evolução do número de funcionários do município – 1999-2015



O vínculo empregatício dos funcionários da administração direta apresentou o seguinte comportamento:

Total de funcionários da administração direta por vínculo empregatício – 1999-2015



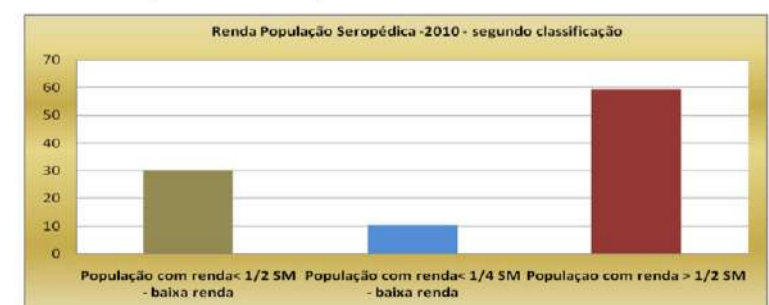
Descrição	Valor/Unidade
Área da unidade territorial	283 762 Km
Estabelecimentos de Saúde SUS	23 estabelecimentos
Número de unidades locais	827 unidades
Pessoal ocupado total	12 805 pessoas
PIB per capita a preços correntes	R\$10 904,34
População residente	78 186 pessoas
População residente – Homens	38 433 pessoas
População residente – Mulheres	39753 pessoas
População residente alfabetizada	67 808 pessoas
População residente que frequentava creche ou escola	24977, pessoas
Valor do rendimento - Área Rural	R\$ 1573,00
Valor do rendimento - Área Urbana	R\$2023,55

Município: Seropédica- Período 2010

Classificação de Renda	%
População com renda < 1/2 SM - baixa renda	30,22
População com renda < 1/4 SM - baixa renda	10,46
População com renda > 1/2 SM	59,32
Total	100

Fonte : CENSO IBGE 2010

Gráfico apontando a distribuição de renda considerando baixa renda e outras



Fonte: IBGE – 2010 -Censos Demográficos

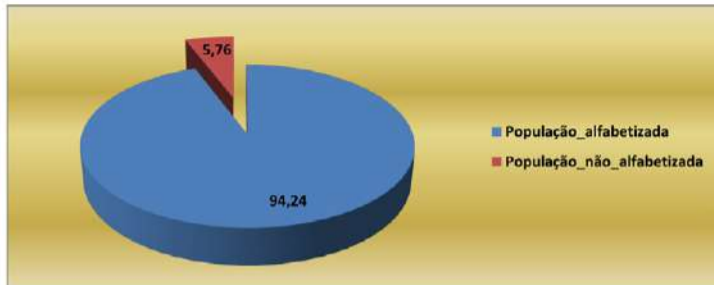
Considera-se de baixa renda a população que percebe abaixo de ½ salários mínimos sendo, no caso representado por 40,68%.

Taxa de Analfabetismo – 2010

População alvo	Total	%
População alfabetizada	55495	94,24
População não alfabetizada	3392	5,76
Total População de 15 anos ou mais	58887	100,00

Fonte: IBGE – 2010 -Censos Demográficos

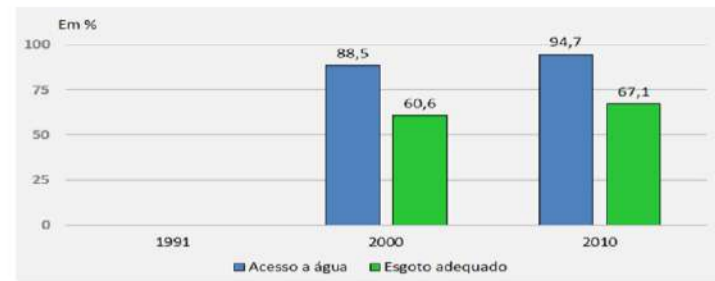
Gráfico mostrando a Taxa de Analfabetismo em População de 15 anos e mais Seropédica – Ano 2010



04.7 - Saneamento Básico

De acordo com a Política Nacional de Saneamento Básico – PNSB (Lei Federal nº 11.445/2007), saneamento básico é um conjunto de serviços, infra estruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

O relatório de acompanhamento brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 18 aponta a evolução dos indicadores de "acesso a água" e "esgoto adequado" em Seropédica, entre 1991 e 2010, a partir de dados publicados pelo IBGE nos censos decenais. Percentual manteve-se inalterado.



O esgotamento sanitário adequado distribuía-se entre a rede geral de esgoto ou pluvial (em 14.113 domicílios) e fossa séptica. Outros 10.084 utilizavam formas inadequadas como fossa rudimentar, rio, lago ou mar e valas. Não dispunham de banheiro ou sanitário 48 domicílios.

O município de Seropédica participa do programa coleta seletiva solidária, que consiste na coleta dos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, visando fortalecer as organizações comunitárias.

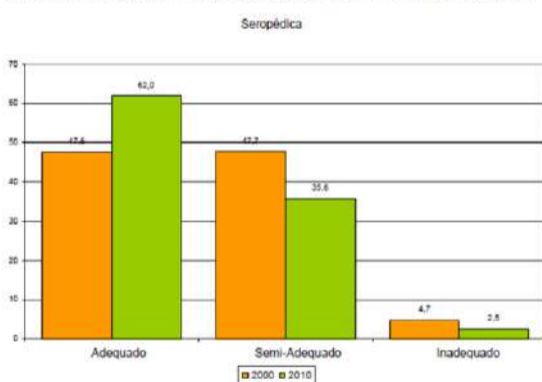
O arranjo regional Baía de Sepetiba abrange os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Rio de Janeiro e Seropédica. Conta com uma central de tratamento de resíduos sólidos localizada em Seropédica, composta por um aterro sanitário e por unidades de tratamento de resíduos de poda. A CTR, apesar de estar situada em Seropédica, é concedida pela cidade do Rio de Janeiro.

O mapa a seguir demonstra a composição do arranjo regional e a destinação atual ou tendencial dos resíduos.



Em Seropédica, a evolução do indicador ocorreu conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Distribuição percentual por tipo de saneamento – série histórica 2000/2010



Fonte: IBGE Cidades. Censo 2010. Disponível em <http://IBGE.gov.br>.

Em 1.982 domicílios, a coleta de lixo era feita diretamente por serviço de limpeza, e em 32 através de caçamba de serviço de limpeza. Em 105 domicílios, o lixo era queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio, entre outras possibilidades inadequadas.

Quando se compara a região urbana à rural, o percentual de domicílios com saneamento adequado restringe-se a 47%, enquanto o de inadequados alcança 10,3% enterrado ou jogado em terreno baldio, entre outras possibilidades inadequadas.

A energia elétrica, em 1.407 domicílios, era fornecida por companhia distribuidora, com medidor de uso exclusivo do domicílio. Em 708 domicílios, a energia era fornecida de forma inadequada. Não existia energia elétrica em quatro domicílios.

O saneamento básico elimina chances de contágio por diversas moléstias e está relacionado aos índices de mortalidade, principalmente infantil. O censo informa que, no município, o percentual de crianças entre 0 a 5 anos residentes em domicílios permanentes com saneamento inadequado reduziu-se de 5,7% para 2,3%.

O abastecimento de água era feito adequadamente, através da rede geral de distribuição, em 22.741 domicílios. Formas inadequadas, como a utilização de poço ou nascente dentro ou fora da propriedade, ou o armazenamento de água da chuva, eram utilizadas em 1.515 domicílios.

- CTR/Aterro Sanitário em Operação
- CTR Previsto
- ✘ Aterro a Desativar
- Destino Atual ou Tendencial dos Resíduos

04.8 - Licenciamento ambiental

O Estado do Rio de Janeiro instituiu o Programa de Descentralização do Licenciamento Ambiental com o objetivo de promover a estruturação e a qualificação dos municípios para realizarem o licenciamento e a fiscalização ambiental de atividades de impacto local e de baixo e médio potencial poluidor.

O mapa a seguir mostra os municípios fluminenses (na cor bege) que se encontram habilitados a implementar o licenciamento ambiental. A Munic informa que Seropédica realiza licenciamento ambiental.



Monitoramento da Região Hidrográfica II – Guandu

O IBGE considera adequado o saneamento de domicílios com ligação à rede geral de esgoto, rede pluvial ou fossa séptica. Cabe observar que o censo não registra se o esgoto coletado é tratado, nem se o tratamento, quando ocorre, é de tipo primário, secundário ou terciário.

O mapa abaixo apresenta a média anual, em 2015, resultante do monitoramento dos corpos de água doce da RH II – Guandu, onde está situado Seropédica, a partir da aplicação do Índice de Qualidade de Água – Iqansf, calculado pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA. A água do ponto de coleta no município estava apropriada para tratamento convencional visando ao abastecimento público.

As cores verde e amarela expressam esta condição, enquanto os pontos marcados em laranja e vermelho, situados em municípios vizinhos, referem-se a águas impróprias que requerem tratamentos mais avançados.



Ranking

Seropédica ocupa a 1.514ª posição em relação a 5.565 municípios do Brasil. Em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro, ocupa a 41ª posição.

Tabela mostrando posições IDHM dos municípios no Estado do Rio de Janeiro

1º - Niterói	0,837	23º - Natividade	0,730	47º - São Pedro da Aldeia	0,712	70º - Areal	0,684
2º - Rio de Janeiro	0,799	24º - Itaperuna	0,730	47ª - Conc. de Macabu	0,712	70ª - Belford Roxo	0,684
3º - Rio das Ostras	0,773	26º - Barra Mansa	0,729	49º - Duque de Caxias	0,711	72ª - Rio Claro	0,683
4º - Volta Redonda	0,771	26ª - Cordeiro	0,729	50º - Rio Bonito	0,710	73ª - Rio das Flores	0,680
5º - Resende	0,768	28º - Armação dos Búzios	0,728	51ª - Saquarema	0,709	73ª - Quilombados	0,680
6º - Maricá	0,765	29º - Casimiro de Abreu	0,726	51ª - Cantagalo	0,709	75ª - Sapucaia	0,675
7ª - Macaé	0,764	30ª - Três Rios	0,725	51ª - Magé	0,700	76 - Puy de Aferes	0,671
8ª - Iguaçu Grande	0,761	31ª - Angra dos Reis	0,724	54ª - Piraí	0,708	76ª - São João da Barra	0,671
9ª - Mangaratiba	0,753	32ª - Engo. Paulo de Frontin	0,722	55ª - Guissambá	0,704	78ª - Laje do Muriaé	0,668
9ª - Nilópolis	0,753	33ª - Paracambi	0,720	56ª - Macuco	0,703	78ª - Santa M. Madalena	0,668
11ª - Petrópolis	0,745	34ª - São João de Meriti	0,719	57ª - Paraíba do Sul	0,702	80ª - Trajano de Moraes	0,667
11ª - Nova Friburgo	0,745	35ª - Santo Ant. de Pádua	0,718	58ª - Cachoeiras de Macacu	0,700	81ª - Bom Jardim	0,660
11ª - Miguel Pereira	0,745	35ª - Araruama	0,718	59ª - Casimirim	0,698	81ª - São J. V. R. Preto	0,660
14ª - São Gonçalo	0,739	37ª - Campos dos Goytacazes	0,716	60ª - Porciúncula	0,697	83ª - Duas Barras	0,659
15ª - Valença	0,738	38ª - Itaguaí	0,715	61ª - Carmo	0,696	83ª - Japeri	0,659
16ª - Mesquita	0,737	38ª - Pinheiral	0,715	62ª - Itaboraí	0,693	83ª - Varré-Sai	0,659
16ª - Itaboraí	0,737	40ª - Vassouras	0,714	62ª - Paraty	0,693	86ª - Tanguá	0,654
18ª - Mendes	0,736	41ª - Porto Real	0,713	64ª - Aporizé	0,692	86ª - Silva Jardim	0,654
19ª - Cabo Frio	0,735	41ª - Miracema	0,713	65ª - Cambuci	0,691	88ª - São José de Ubatã	0,652
20ª - Barra do Piraí	0,733	41ª - Nova Iguaçu	0,713	65ª - São Fidélis	0,691	88ª - Cardoso Moreira	0,648
20ª - Anápolis do Cabo	0,733	41ª - Carapebus	0,713	67ª - Quatis	0,690	89ª - São Seb. do Alto	0,646
22ª - Bom J. do Itabapoana	0,732	41ª - Itocara	0,713	68ª - Itaiva	0,688	91ª - São F. Itabapoana	0,639
23ª - Teresópolis	0,730	41ª - Seropédica	0,713	69ª - Com. Levy Gasparian	0,685	92ª - Sumidouro	0,611

05- Aspectos Educacionais



05.1 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb

Há longa data o MEC implementou sistemas de avaliação de desempenho educacional. Em 2007, apresentou o primeiro Ideb, relativo a 2005. Ele é um indicador sintético de qualidade educacional que combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino: desempenho em exames padronizados e rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). O indicador final é a pontuação no exame padronizado (Prova Brasil) ajustada pelo tempo médio, em anos, para conclusão de uma série naquela etapa de ensino. A proficiência média é padronizada para o Ideb estar entre zero e dez.

Nas 6 (seis) edições do IDEB com resultados já conhecidos, Seropédica apresentou os seguintes quadros:

04.9 - IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e pela Fundação João Pinheiro (de Minas Gerais) com uma série de ajustes para se adaptar à realidade brasileira.

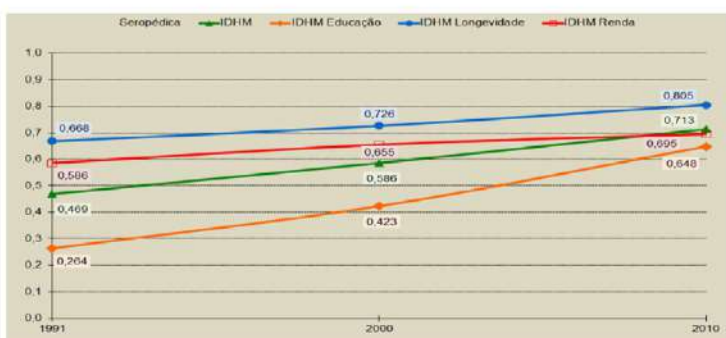
O resultado divulgado em 2013, baseado nas informações do Censo 2010, está publicado com o nome de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (<http://atlasbrasil.org.br/2013/>). Para possibilitar a comparação com os resultados do IDHM de 1991 e 2000, estes foram recalculados conforme as adaptações metodológicas introduzidas na versão atual.

O IDHM varia de zero a um e classifica os resultados em cinco faixas de desenvolvimento: muito baixo (de 0,000 a 0,499), baixo (de 0,500 a 0,599), médio (de 0,600 a 0,699), alto (de 0,700 a 0,799) e muito alto (de 0,800 a 1,000). Portanto, quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano apurado.

O município de Seropédica está situado na faixa de desenvolvimento humano alto. Como mostra o gráfico a seguir, o IDHM passou de 0,469, em 1991, para 0,713, em 2010.

Isso implica um crescimento de 52,03%. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (mais 0,384), seguida por longevidade e por renda.

IDHM – Município – 1991-2000-2010



Notas médias e variação do Ideb do Ensino Fundamental – rede municipal local de 2005 a 2015

Rede municipal	Ideb 2005	Ranking 2005	Ideb 2007	Ranking 2007	Ideb 2009	Ranking 2009	Ideb 2011	Ranking 2011	Ideb 2013	Ranking 2013	Ideb 2015	Ranking 2015	Meta Ideb 2015	Attingiu meta de 2015?
Anos Iniciais	3,2	81º entre 88 avaliados	3,8	84º entre 91 avaliados	3,7	83º entre 91 avaliados	4,3	67º entre 91 avaliados	4,7	56º entre 91 avaliados	4,5	83º entre 92 avaliados	4,5	sim
Anos Finais	3,5	37º entre 73 avaliados	3,7	35º entre 83 avaliados	3,5	67º entre 80 avaliados	3,7	55º entre 77 avaliados	3,4	56º entre 83 avaliados	3,6	64º entre 81 avaliados	4,8	não

Notas médias e variação do Ideb do Ensino Fundamental – rede estadual local de 2005 a 2015

Rede estadual	Ideb 2005	Ranking 2005	Ideb 2007	Ranking 2007	Ideb 2009	Ranking 2009	Ideb 2011	Ranking 2011	Ideb 2013	Ranking 2013	Ideb 2015	Ranking 2015	Meta Ideb 2015	Attingiu meta de 2015?
Anos Iniciais	3,1	65º entre 71 avaliados	-	não avaliado	-	não avaliado	-	não avaliado	-	não avaliado	-	não avaliado	4,5	NA
Anos Finais	3,3	54º entre 90 avaliados	2,8	67º entre 90 avaliados	2,8	80º entre 90 avaliados	3,4	54º entre 89 avaliados	2,7	85º entre 87 avaliados	-	não avaliado	4,5	NA

05.2 - A Educação no Município



O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio regulares de Seropédica, em 2014, foi de 21.360 alunos, tendo evoluído para 20.187 em 2015, apresentando variação de -5,5% no número de estudantes.

Creche – Rede Pública Municipal

Ano	Nº Unidades	Total de Matrículas
2010	20	606
2011	29	782
2012	27	1.041
2013	29	1.080
2014	25	921
2015	26	852

Pré-escola- Rede Pública Municipal

Ano	Nº Unidades	Total de Matrículas
2010	38	1827
2011	42	2286
2012	40	2226
2013	40	2276
2014	39	2556
2015	40	2431

Ensino Fundamental- Rede Pública Municipal

Ano	Nº Unidades	Total de Matrículas
2010	56	14574
2011	53	14556
2012	53	14488
2013	51	13895
2014	51	13642
2015	45	12993

O Pacto pela Saúde dividia-se em Pacto pela Vida, que definiu as prioridades para o SUS; Pacto em Defesa do SUS, que propunha uma agenda de repolitização do SUS com a sociedade e a busca de financiamento adequado; e Pacto de Gestão, que estabeleceu as diretrizes e redefiniu as responsabilidades de gestão em função das necessidades de saúde da população e da busca de equidade social.

No Pacto pela Vida, foram enumeradas prioridades básicas que os três níveis de governo deveriam perseguir, com metas e indicadores para avaliação anual.

A agenda de atividades prioritárias buscava a atenção integral à saúde do idoso; ao controle do câncer de colo de útero e de mama; à redução da mortalidade materna e infantil; ao fortalecimento da atenção básica; à promoção da saúde; e ao reforço de ações para o controle de emergências e endemias com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza.

No estado do Rio de Janeiro, 54 dos 92 municípios aderiram ao Pacto pela Saúde, entre eles Seropédica. Em julho de 2012, o Ministério da Saúde extinguiu a exigência de adesão ao Pacto pela Saúde ou de assinatura do Termo de Compromisso de Gestão – TCG.

Desde então, as ações para o cumprimento das responsabilidades sanitárias devem estar expressas na programação anual de saúde de cada ente federado e vinculadas às diretrizes e aos objetivos dos respectivos planos de saúde.

Na esteira do Decreto 7.508/2011, a Resolução CIT Nº 05/2013 instituiu as regras do processo de pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2013-2015 para fortalecimento do planejamento, buscando o alinhamento e a integração de conteúdos, processos e instrumentos de planejamento das diferentes esferas governamentais. Desse modo, espera-se que a pactuação de metas para o Rol de indicadores expressem o compromisso assumido pelos gestores com o planejamento para a melhoria da situação de saúde no estado.

06- SAÚDE

ASPECTOS DA SAÚDE



A formulação de uma política de atenção à saúde voltada para a organização de um sistema equânime, integral e resolutivo requer o atendimento efetivo dos problemas de saúde da população e a realização de um conjunto de ações articuladas e complementares entre os diferentes níveis hierárquicos de atuação: atenção básica, média complexidade e alta complexidade

Iniciado em 2006, o Pacto pela Saúde foi um conjunto de reformas institucionais ajustadas entre União, estados e municípios visando a alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS. A implementação do pacto se dava pela adesão dos entes federados ao Termo de Compromisso de Gestão – TCG, que substituiu os processos de habilitação das várias formas de gestão anteriormente vigentes e estabeleceu metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente.

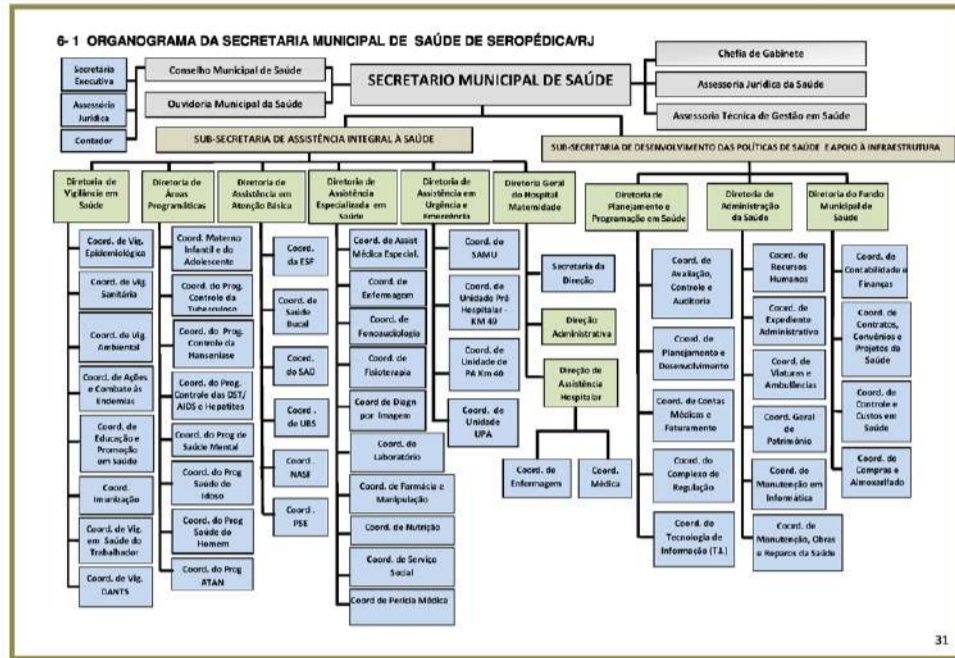
O pacto alterou o processo de habilitação dos entes federados, não havendo mais a divisão entre municípios ou estados "habilitados" e "não habilitados". Todos passaram a ser gestores das ações de saúde, com atribuições definidas e metas a cumprir. A adesão dos municípios ao Pacto pela Saúde indicava a formalização da assunção das responsabilidades e atribuições da esfera municipal na condução do processo de aprimoramento e consolidação do SUS. Para todas as responsabilidades, eram estabelecidas categorizações de "realiza" e "não realiza" e, conseqüentemente, um plano de ação e prazo para realização daquelas ainda não realizadas.

As formas de transferência dos recursos federais para estados e municípios também foram modificadas, passando a ser integradas em cinco grandes blocos de financiamento (atenção básica; média e alta complexidade da assistência; vigilância em saúde; assistência farmacêutica; e gestão do SUS), substituindo, assim, as mais de 100 rubricas que eram utilizadas para essas finalidades.

A SAÚDE PÚBLICA

NO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA





31

Situação da implantação das equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde.

Equipes	Teto	Credenciado	Implantado	Valor mensal do repasse
eSF	40	33	22	R\$ 151.035,00
ACS	200	200	135	R\$ 136.890,00

Situação atual da implantação das Equipes de Saúde Bucal.

Equipes	Teto	Credenciado	Implantado	Valor mensal do repasse
eSB - I	40	28	16	R\$ 36.795,00
eSB - II		0	0	R\$ 0,00

Situação atual da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas

CEO Modalidades	Implantado (em funcionamento)	Repasse Mensal custeio	Observação: valor do incentivo "viver sem limites"
I	0	R\$ 0,00	-
II	1	R\$ 11.000,00	-
III	0	R\$ 0,00	-

Fonte: Nota Técnica DAB 2017

Os dados a seguir coletados no sistema DATASUS, referem-se à rede local e aos recursos materiais e humanos em Saúde disponíveis em Seropédica.

06.2 - Recursos Humanos – Ocupações – Município – Dezembro 2015.

Ocupação Profissional	Quant.	SUS	Ocupação Profissional	Quant.	SUS
Assistente Social	14	100%	Nutricionista	5	100%
Bioquímico/Farmacêutico	12	92%	Odontológico	34	85%
Cirurgião Geral	1	100%	Pediatra	14	100%
Clínico Geral	19	89%	Psicólogo	8	88%
Enfermeiro	38	100%	Psiquiatra	7	100%
Fisioterapeuta	22	86%	Radiologista	2	50%
Fonoaudiólogo	7	57%	Sanitarista	0	0%
Ginecologista/Obstetra	21	95%	Outras especialidades médicas	25	72%
Médico de Família	22	100%	Outras ocup.nível sup relativo à saúde	7	57%

Fonte: DATASUS/2015

33

O Organograma acima detalha de forma hierárquica a organização da Secretaria Municipal de Saúde de Seropédica apontando as funções que desempenham todos os seus setores - aí definidos e as relações que apresentam entre si.

06.1 - Atenção Básica

A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais se assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinâmica existente no território em que vivem essas populações. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Com vistas à operacionalização da atenção básica, definem-se como áreas estratégicas para atuação: a eliminação da hanseníase, o controle da tuberculose, o controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde do idoso, a saúde bucal e a promoção da saúde.

A estratégia saúde da família, com a participação dos agentes comunitários de saúde - ACS e das equipes de saúde bucal - eSB, pretende superar o antigo modelo exclusivamente centrado na doença, passando a uma ação preventiva que deverá sempre se integrar a todo o contexto de reorganização do sistema de saúde. Conforme o Ministério da Saúde, a estratégia saúde da família favorece a reorientação do processo de trabalho, com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

O município de Seropédica tem a Estratégia de Saúde da Família como modelo único para as unidades de saúde em atenção básica.

De acordo com a Nota Técnica do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, tomando como referência o mês de dezembro de 2017, o município possuía população para cálculo de PAB - Fixo (Faixa 2 - 26,00 per capita) de 83.667 habitantes, corresponde a R\$ 173.632,33 de repasse mensal.

Apresentava cobertura de Atenção Básica de 95,00 %, considerando Estratégia Saúde da Família com cobertura de 95,00 %.

O parâmetro utilizado para cálculo de cobertura para PNAB, IDSUS e COAP considera uma população de 3.000/hab./equipe, sendo que para equipes organizadas de outras formas, leva-se em consideração a carga horária médica na Atenção Básica de 60h/semanais para 3.000 hab.

32

06.3 - Programa Saúde na Escola – PSE

O PSE constitui estratégia interministerial - Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS), para integração e articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, envolvendo intersetorialmente as equipes de Atenção Básica e as equipes da Educação.

No Termo de Compromisso, pactuado no momento da adesão pelos gestores municipais da saúde e da educação, constam as ações a serem implementadas, quantidade de escolas e equipes de Atenção Básica que participarão do Programa. Um conjunto de 12 ações pode ser priorizado conforme demanda da escola, indicadores de saúde e demais indicadores sociais (violência, gravidez na adolescência, evasão escolar, etc.) e no ato da adesão o município também pode incluir ações que serão monitoradas exclusivamente por meio do e-SUS AB.

Situação do Programa Saúde na Escola – PSE

CRECHE	EDUCANDOS PRÉ-ESCOLA	EDUCANDOS ENS. FUND	EDUCANDOS ENSINO MÉDIO	EDUCANDOS EJA	TOTAL EQUIPES
12	1.225	6.493	0	997	18

06.4 - Estabelecimentos e Leitos por tipo – Município – Dezembro 2015

Estabelecimento por Tipo	Quantidade
Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF	1
Centro de Atenção Psicossocial	2
Centro de saúde/Unidade Básica de Saúde	17
Consultório	4
Farmácia	1
Hospital Especializado - Maternidade	1
Policlínica	1
Unidade de Pronto Atendimento	1
Secretaria de Saúde	1
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnóstico e Terapia	2
Unidade Móvel Pré-Hospitalar - Urgência/Emergência	2

34

06.5 - REDE PÚBLICA ASSISTENCIAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO

1- UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

Posto de Saúde Dr. José Buenos Lopes – km 49 – Unidade Pré-Hospitalar

2- UNIDADE HOSPITALAR

Hospital Maternidade Municipal de Seropédica

3- UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ATENÇÃO BÁSICA

- Unidade de ESF de Piranema – Bairro Piranema
- Unidade de ESF Santa Sofia – Bairro Santa Sofia
- Unidade ESF Julia dos Santos Pereira – Bairro Jardim Maracanã
- Unidade ESF Maria Antônia de Brito – Bairro Canto do Rio
- Unidade ESF de Saúde Alcides Teles da Conceição Bairro do INCRA
- Unidade de ESF Manoel Mendes – Bairro Vera Cruz – Km 42
- Unidade de ESF Mario Soares de Oliveira – Bairro do Coletivo
- Unidade de ESF Joaquim Raimundo Ferreira - Bairro do Km 39
- Unidade de ESF Pedro de Carvalho – Bairro do Mutirão
- Unidade de ESF Jovino Evaristo Carrero - Bairro do Peixoto
- Unidade de ESF São Miguel - Bairro São Miguel
- Unidade de ESF Onofre F. Mendes - Bairro Boa Esperança

07- VIGILÂNCIA EM SAÚDE

07.1 IMUNIZAÇÃO

Imunização é definida como a aquisição de proteção imunológica contra uma doença infecciosa.

Prática que tem como objetivo aumentar a resistência de um indivíduo contra infecções.

É administrada por meio de vacina, imunoglobulina ou por soro de anticorpos

Cobertura por Imunobiológico – 2012/2016

Imunobiológico	2012	2013	2014	2015	2016	2017
072 BCG	86,99	66,85	155,07	138,65	136,2	148,38
099 Hepatite B em < 1mes	...	-	68,39	83,76	98,16	113,85
061 Rotavírus Humano	129,34	103,88	120,38	128,08	96,67	69,76
053 Meningococo C	196,68	113,48	128,03	139,04	77,83	87,03
073 Hepatite B	140,13	101,66	124,85	98,34	99,47	109,64
080 Penta	35,15	101,57	124,85	98,34	99,47	109,64
012 Pneumocócica	186,99	102,31	99,7	94,13	125,15	96,84
074 Poliomielite	106,18	99,91	113,12	133,17	98,77	95,79
006 Febre Amarela	0,18	-	1,19	-	0,09	6,57
101 Febre Amarela 4 anos	0,28	18,05
096 Hepatite A	...	-	50,99	104,4	69,24	73,09
091 Pneumocócica(1ª ref)	...	59,74	108,65	82,09	87,64	70,46
092 Meningococo C (1ª ref)	...	63,71	124,75	129,26	86,59	67,22
093 Poliomielite(1ª ref)	...	56,97	95,43	137,77	62,14	79,93
021 Tríplice Viral D1	71,03	91,41	92,84	84,54	116,04	109,29
098 Tríplice Viral D2	...	25,02	89,17	115,26	7,27	55,92
097 Tetra Viral(SRC+VZ)	...	24,93	89,17	118,4	7,27	55,92
075 DTP	111,44	101,57	124,85	98,34	99,47	109,64
102 DTP REF (4 e 6 anos)	1,51	2,71
095 Tríplice Bacteriana(DTP)(1ª ref)	...	58,26	60,34	110,27	60,47	55,74
094 Dupla adulto e tríplice acelular gest	...	15,88	12,92	19,98	37,42	20,86
003 dTpa gestante	...	16,81	4,37	18,81	4,82	10,69
067 HPV Quadrivalente D1 9 anos - Fem	3,81	31,51
068 HPV Quadrivalente D2 9 anos - Fem	0,76	4,26
062 HPV Quadrivalente D1 10 anos - Fem	1,18	13,42
063 HPV Quadrivalente D2 10 anos - Fem	1,18	5,9
064 HPV Quadrivalente D1 11 anos - Fem	0,43	13,18
065 HPV Quadrivalente D2 11 anos - Fem	0,86	3,87
066 HPV Quadrivalente D1 12 anos - Fem	0,7	15,78
069 HPV Quadrivalente D2 12 anos - Fem	3,63
070 HPV Quadrivalente D1 13 anos - Fem	0,41	7,29
071 HPV Quadrivalente D2 13 anos - Fem	0,28	6,05
108 HPV Quadrivalente D1 9 anos - Masc	-	0,59
110 HPV Quadriv D1 10 anos - Masc	-	0,97
081 HPV Quadriv D1 11 anos - Masc	-	11,98
083 HPV Quadriv D1 12 anos - Masc	12,28

- Unidade de ESF Sebastião J. Soares Filho – Bairro Dom Bosco
- Unidade de ESF Waldemar Marques de Moura – Bairro Fonte Limpa
- Unidade ESF OZA - Bairro Jardim das Acácias
- Unidade ESF Florencio José Guedes – Bairro Santa Alice
- Unidade ESF - Manoel Vicente de Carvalho – Bairro Nazaret
- Unidade Básica de Saúde Josino Jose de Paiva – Bairro Carretão
- Unidade ESF - Fazenda Caxias – Bairro Fazenda Caxias
- Unidade ESF - Clínica da Família no Campo Lindo – Bairro Campo Lindo

4- UNIDADES DE SAÚDE COM ESPECIALIDADES – MAC

- Centro de Atenção Psicossocial Bicho da Seda CAPS
- Centro de Atenção Psicossocial Infantil João e Maria
- Centro Municipal de Especialidade Médicas (CEMES)
- Centro Municipal de Especialidade Odontológicas (CEO)

084 HPV Quadriv D2 12 anos - Masc	0,13
085 HPV Quadriv D1 13 anos - Masc	8,52
086 HPV Quadriv D2 13 anos - Masc	0,13
104 HPV Quadrivalente D2 - Total - Fem	13,59
105 HPV Quadrivalente D1 - Total - Fem	3,37
106 HPV Quadrivalente D1 - Total - Masc	7,33
107 HPV Quadrivalente D2 - Total - Masc	0,04
059 Meningococo C 9 Anos	0,07
089 Meningococo C 12 Anos	6,94
090 Meningococo C 13 Anos	5,31
Total	106,41	61,18	95,71	102,26	47,35	32,12

Fonte: Programa Nacional de Imunizações - PNI

Considerações:

Para a grande maioria dos imunobiológicos apresentados, o município tem alcançado coberturas consideradas ideais chegando,às vezes, a ultrapassar 100% da sua população alvo, conforme demonstra planilha acima por atender à população de cidades vizinhas como Nova Iguaçu.

07.2 ESTUDO DE DADOS VITAIS

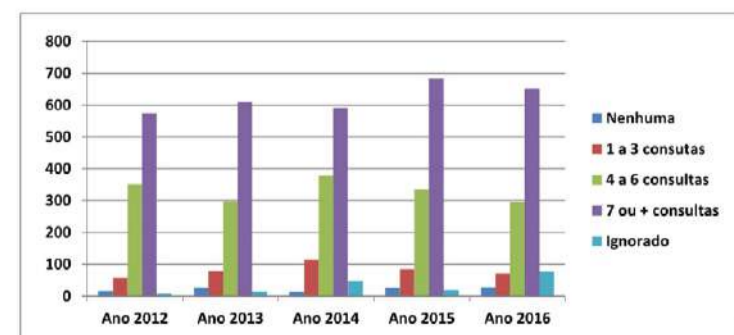
07.2.1 - NASCIDOS VIVOS

Período: 2012/2016

Nascimentos p/residência da mãe/ por Consulta Pré-Natal

Consultas de pré-natal	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Nenhuma	16	26	14	26	27
De 1 a 3 consultas	58	79	113	85	71
De 4 a 6 consultas	351	297	378	336	295
7 ou mais consultas	573	609	592	683	652
Ignorado	8	15	48	19	77
Total	1006	1026	1145	1149	1122

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC



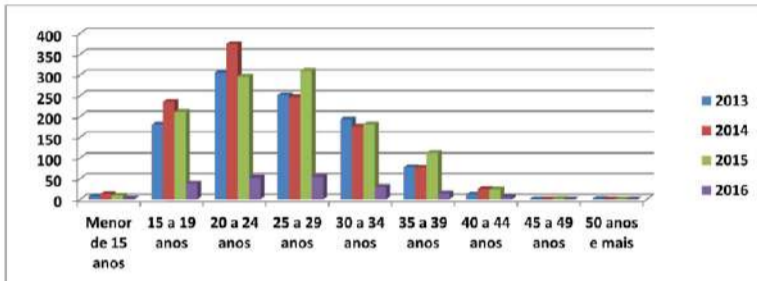
Município de residência: Seropédica

Período:2013-2016

Faixa etária da mãe	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Menor de 15 anos	7	13	9	9
15 a 19 anos	180	235	211	218
20 a 24 anos	305	374	296	310
25 a 29 anos	251	246	309	272
30 a 34 anos	193	176	180	195
35 a 39 anos	77	76	112	94
40 a 44 anos	12	25	24	24
45 a 49 anos	-	-	1	-
50 anos e mais	1	-	-	-
Total	1.026	1.145	1.142	1.122

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

Obs: Colunas em negrito com maiores valores encontrados



Nascimentos p/residência da mãe /por Peso ao Nascer

Peso ao nascer	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Menos de 500g	-	1	2	1	3
500 a 999g	4	1	5	7	4
1000 a 1499 g	2	7	3	9	10
1500 a 2499 g	58	81	78	65	72
2500 a 2999 g	261	243	283	280	243
3000 a 3999 g	635	648	704	716	733
4000g e mais	46	45	70	71	57
Total	1.006	1.026	1.145	1.149	1.122

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

Nascidos Vivos

Município de residência: Seropédica

Período:2013-2016

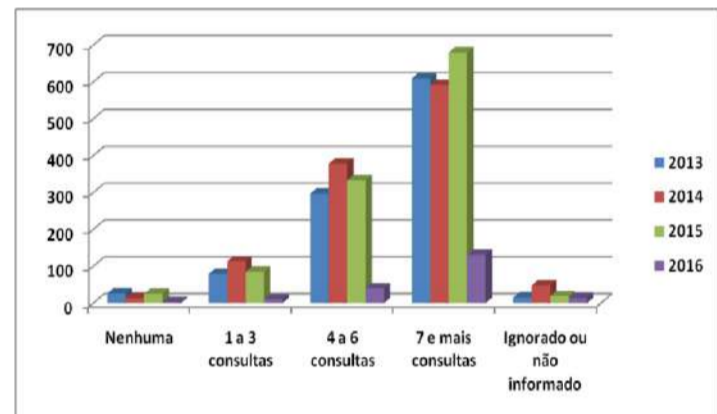
Consultas de pré-natal	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Nenhuma	26	14	25	27
1 a 3 consultas	79	113	85	71
4 a 6 consultas	297	378	333	295
7 e mais consultas	609	592	680	652
Ignorado ou não informado	15	48	19	77
Total	1.026	1.145	1.142	1.122

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC Obs: Colunas em negrito com maiores valores encontrados

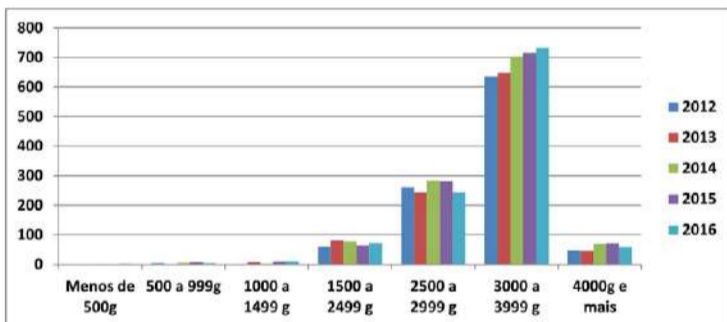
Considerações:

Em relação aos Nascidos Vivos,o município apresenta maior número de gestantes na faixa etária esperada de 20 a 29 anos, porém um dado preocupante é detectado pelo número crescente de gestantes na faixa etária de 15 a 19 anos ou seja, de adolescentes.

Importante ressaltar que o nº de gestantes que realiza de 7 ou mais consultas de pré-natal prevalece nos anos estudados, o que faz com que o município alcance a meta proposta e ideal para esse indicador de saúde.



Fonte:SINASC

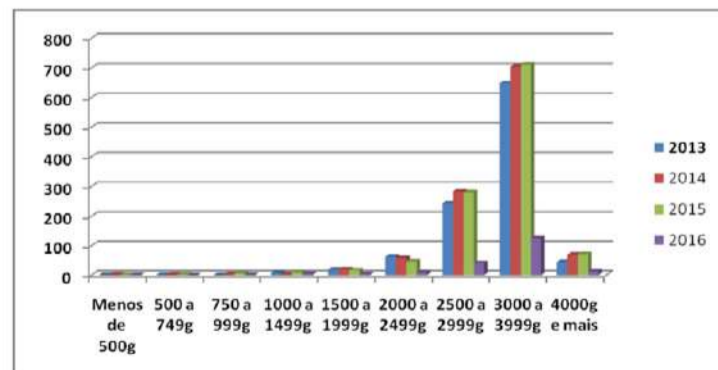


Considerações:

Em relação aos Nascidos Vivos,o município apresenta maior número de gestantes na faixa etária esperada de 20 a 29 anos; porém um dado preocupante é detectado pelo número crescente de gestantes na faixa etária de 15 a 19 anos, ou seja, de adolescentes.

Importante ressaltar que o nº de gestantes que realiza de 7 ou mais consultas de pré-natal prevalece nos anos estudados, o que faz com que o município alcance a meta proposta e ideal para esse indicador de saúde.

Em relação ao peso do Nascidos Vivos ao nascer o município tem apresentado bons resultados também para esses indicadores.



As planilhas acima devem ser levadas em consideração os dados referentes até ano de 2016. Dados referentes a 2017 não estão presentes. Motivo: Banco de dados SINASC do DATASUS não encerrado para esse ano.

Nascidos Vivos

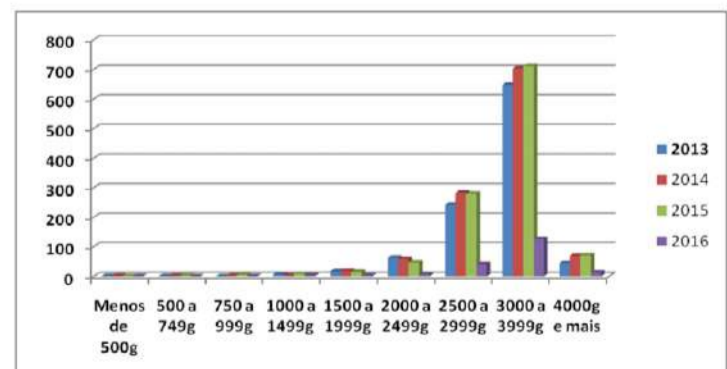
Município de residência: Seropédica

Período:2013-2016

Peso ao nascer	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Menos de 500g	1	2	1	3
500 a 749g	1	2	2	-
750 a 999g	-	3	5	4
1000 a 1499g	7	3	9	10
1500 a 1999g	18	19	16	72
2000 a 2499g	63	59	47	-
2500 a 2999g	243	283	280	243
3000 a 3999g	648	704	711	733
4000g e mais	45	70	71	57
Total	1.026	1.145	1.142	1.122

Fonte:SINASC

Em relação ao peso do Nascidos Vivos ao nascer o município tem apresentado bons resultados também para esses indicadores.



2016*: As planilhas acima não devem ser levados em consideração os dados referentes ao ano 2016 como total para ano porque se referem apenas ao estudo de meses iniciais do ano avaliado. Motivo: Banco de dados não encerrado.

07.2.2 - ESTUDO DA MORTALIDADE

Óbitos por residência por Causa do óbito - capítulo e Ano do óbito
Município de residência: Seropédica

Causa do óbito - capítulo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	23	25	28	25
II. Neoplasias (tumores)	72	56	71	72
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	2	1	4	9
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	36	41	39	40
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	4	3
VI. Doenças do sistema nervoso	9	14	6	9
IX. Doenças do aparelho circulatório	201	174	170	185
X. Doenças do aparelho respiratório	58	56	54	63
XI. Doenças do aparelho digestivo	26	21	27	31
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	-	1	6
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	1	1	3
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	21	20	17	18
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	2	7	7	9
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	3	4	2	1
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	46	37	63	78
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	54	75	89	65
Total	555	532	583	617

Fonte: SIM

Óbitos por residência por Causa do óbito - capítulo e Sexo

Município de residência: Seropédica
Período: 2012-2015

Capítulo CID-10	Masculino	Feminino	Ignorado	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	76	39	-	115
II. Neoplasias (tumores)	169	181	-	350
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	12	11	-	23
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	78	125	-	203
V. Transtornos mentais e comportamentais	7	-	-	7
VI. Doenças do sistema nervoso	25	21	-	46
IX. Doenças do aparelho circulatório	463	411	1	875
X. Doenças do aparelho respiratório	154	139	-	293
XI. Doenças do aparelho digestivo	78	43	-	121
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	5	5	-	10
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	10	-	11
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	47	50	-	97
XV. Gravidez parto e puerpério	-	5	-	5

43

Considerações:

Os óbitos nas tabelas apresentadas apresentam como causas mais frequentes as de origem por doenças do aparelho circulatório, sendo o sexo mais atingido o masculino e a faixa etária de 55 anos em diante, sendo dados preocupantes porém esperados pelos aumentos de índices que se apresentam em todo o mundo as doenças cônicas não transmissíveis, principalmente aquelas decorrentes do sistema circulatório.

Período : 2012/2016

Óbitos de Mulheres em Idade Fértil

Óbitos mulheres idade fértil por Óbito investigado segundo Ano do Óbito

Ano do Óbito	Óbito investigado com ficha síntese informada	Óbito investigado sem ficha síntese informada	Óbito não Investigado	Total
2012	31	1	1	33
2013	25	-	2	27
2014	33	3	4	40
2015	38	-	1	39
2016	44	-	-	44
Total	171	4	8	183

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Óbitos mulheres idade fértil por Capítulo CID-10 e Óbito investigado

Período: 2012-2016

Capítulo CID-10	Investigado	Não Investigado	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	11	1	12
II. Neoplasias (tumores)	137	2	37
III. Doenças sangue órgãos hematop e transt. imunitários	4	-	4
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	14	-	14
VI. Doenças do sistema nervoso	4	-	4
IX. Doenças do aparelho circulatório	41	3	41
X. Doenças do aparelho respiratório	12	1	12
XI. Doenças do aparelho digestivo	4	-	4
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	-	1
XIII. Doenças sist osteomuscular e tecido conjuntivo	6	-	6

45

XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	17	13	-	30
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	5	5	1	11
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	174	123	-	297
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	298	60	-	358
Total	1609	1241	2	2852

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Obs: Colunas em negrito com maiores valores encontrados

Óbitos por residência por Causa do óbito - Capítulo e Idade

Município de residência: Seropédica
Período: 2012-2016

Capítulo CID-10	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	4	-	-	1	1	10	7	16	13	19	22	22	-
II. Neoplasias (tumores)	1	3	1	1	1	4	10	40	67	88	74	60	-
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-	-	4	1	3	4	4	2	5	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2	-	-	-	1	3	6	10	39	48	51	43	-
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	1	2	1	-	2	1	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	2	-	1	1	-	3	6	3	4	8	10	8	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	1	-	1	1	1	7	15	72	150	220	198	205	4
X. Doenças do aparelho respiratório	5	-	-	-	1	1	6	16	31	55	83	95	-
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	-	-	-	2	2	1	12	23	33	31	17	-
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-	-	1	-	2	3	1	3	-
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	1	-	1	4	-	3	1	1	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-	-	1	-	2	9	13	18	23	31	-
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	2	2	1	-	-	-	-	-	-
XVI. Algumas afec originadas período perinatal	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	10	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
XVIII. Sint sinais e achados anorm ex clín e laboratorial	-	1	1	1	1	2	9	21	49	58	55	98	1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	5	1	-	3	33	106	56	51	38	25	13	25	2
Total	60	5	4	8	45	145	124	258	434	584	565	613	7

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Obs: Colunas em negrito com maiores valores encontrados

44

XIV. Doenças do aparelho geniturinário	7	-	7
XV. Gravidez parto e puerpério	5	-	5
XVIII. Sint sinais e achad anorm exames clínicos e laborat	13	1	13
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	23	-	23
Total	171	8	183

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Óbitos Infantis

Óbitos infantis p/Residência e por Capítulo CID-10 e Óbito investigado

Capítulo CID-10	Investigado	Não Investigado	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	4	-	4
II. Neoplasias (tumores)	1	-	1
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2	-	2
VI. Doenças do sistema nervoso	2	-	2
IX. Doenças do aparelho circulatório	1	-	1
X. Doenças do aparelho respiratório	5	-	5
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	26	4	30
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	10	-	10
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	5	-	5
Total	60	4	60

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Óbitos por Causas Externas

Óbitos p/Residência por Grupo CID10 e Ano do Óbito

Período: 2012-2016

Grupo CID10	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Total
Acidentes	18	29	27	35	32	141
Acidentes de transporte	11	17	17	19	17	81
Pedestre traumatizado em um acidente de transp	4	6	6	6	5	27
Motociclista traumat em um acidente transporte	-	3	1	1	4	9
Ocupante automóvel traumat acidente transporte	-	2	-	4	-	6
Ocupante veíc transp pesado traumat acid transp	1	-	-	-	-	1
Outros acidentes de transporte terrestre	6	6	10	8	8	38
Outras causas ext de traumatismos acidental	7	12	10	16	15	60
Quedas	2	2	3	3	3	13
Exposição a forças mecânicas inanimadas	-	-	-	1	-	1
Afogamento e submersão acidentais	2	2	2	3	2	11
Outros riscos acidentais à respiração	2	6	3	2	6	19
Expos corr elêtr, radiação e temp press extrem	-	-	2	-	3	5
Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	1	1	-	-	-	2
Exposição acidental a outr fatores e aos não e	-	1	-	7	1	9

46

Lesões autoprovocadas intencionalmente	-	2	2	3	1	8
Agressões	22	27	53	32	23	157
Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada	12	16	7	5	9	49
Complicações de assistência médica e cirúrgica	-	1	-	2	-	3
Reaç anorm compl tard proc cirúrg méd s/menç aci	-	1	-	2	-	3
Total	52	75	89	77	65	358

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Óbitos por Causas Externas													
Óbitos p/Residência por Grupo CID10 e Faixa Etária													
Grupo CID10	Menor 1 ano	1 a 4 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada	Total
Acidentes	4	1	3	14	34	13	24	16	11	9	12	-	141
Acidentes de transporte	-	-	-	7	26	9	17	12	6	3	1	-	81
Pedestre traumatizado em um acidente de transp	-	-	-	3	4	2	7	4	3	3	1	-	27
Motociclista traumat em um acidente de transp	-	-	-	-	5	3	-	1	-	-	-	-	9
Ocupante automóvel traumat acidente transporte	-	-	-	-	1	3	2	-	-	-	-	-	6
Ocupante veic transp pesado traumat acid trans	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Outros acidentes de transporte terrestre	-	-	-	4	15	1	8	7	3	-	-	-	38
Outras causas externas de traumatismos acidentais	4	1	3	7	8	4	7	4	5	6	11	-	60
Quedas	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	5	-	13
Exposição a forças mecânicas inanimadas	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Afogamento e submersão acidentais	-	1	1	5	1	1	2	-	-	-	-	-	11
Outros riscos acidentais à respiração	4	-	1	-	1	3	3	1	1	1	4	-	19
Expos corr elétr, radiação e temp press extrem	-	-	-	-	3	-	1	1	-	-	-	-	5
Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Exposição acidental a outr fatores e aos não e	-	-	-	1	3	-	1	-	1	1	2	-	9
Lesões autoprovocadas intencionalmente	-	-	-	1	2	-	2	-	-	-	1	-	8
Agressões	1	-	-	17	65	34	21	13	4	1	1	-	157
Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada	-	-	-	1	5	9	4	7	9	1	11	2	49
Complicações de assistência médica e cirúrgica	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	3
Reaç anorm compl tard proc cirúrg méd s/menç acidentais	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	3
Total	5	1	3	33	106	56	51	38	25	13	25	2	358

47

Produção Ambulatorial do SUS - por Gestor
Qtd. Aprovada por Grupo Procedimento e Ano Processamento

Grupo procedimento	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	235920	196003	223250	171202	203183	88041
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	281332	352879	287031	236560	146093	112818
03 Procedimentos clínicos	1464972	822965	554151	485638	391969	272106
04 Procedimentos cirúrgicos	23474	29256	17448	11776	12592	5880
07 Órteses, próteses e materiais especiais	430	383	142	247	182	89
08 Ações complementares da atenção à saúde	640	441	27	232	912	111
Total	2006768	1401927	1082049	905655	754931	479045

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Produção Ambulatorial do SUS - por Gestor
Qtd. Aprovada por Forma de Organização e Ano Processamento

Formade Organização	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
010101 Educação em saúde	3371	5405	11464	11178	1720	1219
010102 Saúde bucal	40217	34775	37901	10053	6027	701
010103 Visita domiciliar	171520	139596	152424	131284	147737	60378
010104 Alimentação e nutrição	17875	14785	20742	17411	45033	23854
010201 Vigilância sanitária	2937	1442	719	1276	2666	1889
020101 Coleta de material por meio de punção/biópsia	15	5	10	-	-	1
020102 Outras formas de coleta de material	8716	10020	18127	9801	6170	3824
020201 Exames bioquímicos	83839	69531	61119	56030	47829	30579
020202 Exames hematológicos e hemostasia	84571	182069	126582	86560	23310	33733
020203 Exames sorológicos e imunológicos	20889	5768	10386	10536	7951	4782
020204 Exames coprológicos	10062	9834	5822	6700	1555	23
020205 Exames de uroanálise	16782	15151	11827	14186	11817	8386
020206 Exames hormonais	-	471	434	2921	3540	1478
020208 Exames microbiológicos	12	-	-	473	403	31
020209 Exames em outros líquidos biológicos	83	26	176	-	-	-
020212 Exames imunohematológicos	2182	5566	5572	5088	2619	1938
020401 Exames radiológicos da cabeça e pescoço	4742	3684	2504	1921	1772	1590
020402 Exames radiológicos da coluna vertebral	2520	2531	1910	1378	1455	1135
020403 Exames radiológicos do tórax e mediastino	9549	10070	6317	6660	5848	4489
020404 Exames radiol da cintura escape dos membros sup	3674	3042	2119	1568	1615	1547
020405 Exames radiológicos do abdome e pelve	450	351	189	146	133	144
020406 Exames radiol da cintura pélvica/membros infer	4382	4352	2871	2741	2962	2144

49

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Considerações:

Óbitos por causas externas são em sua maioria causados por casos de agressões causados pelo aumento de comunidade atingidas pelo tráfico de drogas no município oriundo de municípios vizinhos.

Óbitos a serem investigados pela vigilância epidemiológica não atingem 100% de investigações realizadas principalmente pela dificuldade apresentada do fluxo de retorno tardio, dificuldade de acesso a prontuários visto a maioria deles ocorrerem em unidades hospitalares fora do município já que o município não abriga uma unidade hospitalar, nem pública ou privada, contando apenas com uma maternidade pública para partos de baixo risco.

8 - PRODUÇÃO AMBULATORIAL - Período: 2012 / 2017

Produção Ambulatorial do SUS - por Gestor
Qtd. aprovada por Complexidade e Ano processamento

Complexidade	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Atenção Básica	1360612	721014	598150	464727	410338	189399
Média complexidade	641957	678560	483001	439231	340936	287668
Alta complexidade	284	87	37	15	6	-
Não se aplica	3915	2266	861	1682	3651	1978
Total	2006768	1401927	1082049	905655	754931	479045

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Produção Ambulatorial do SUS - por Gestor
Qtd. aprovada por Financiamento e Ano processamento

Financiamento	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
01 Atenção Básica (PAB)	1360612	721014	598150	464727	410338	189399
05 Incentivo - MAC	3570	2080	650	1436	1971	2461
06 Média e Alta Complexidade (MAC)	639649	677391	482530	438216	339954	285286
07 Vigilância em Saúde	2937	1442	719	1276	2668	1899
Total	2006768	1401927	1082049	905655	754931	479045

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

48

020501 Ultra-sonografias do sist circulatório	738	935	736	511	-	766
020502 Ultra-sonografias dos demais sistemas	1902	1407	2164	1489	1554	622
020901 Aparelho digestivo	768	741	340	-	-	-
020904 Aparelho respiratório	-	-	26	8	49	-
021102 Diagnóstico em cardiologia	7289	2192	2529	2444	2561	847
021104 Diagnóstico em ginecologia-obstetrícia	-	64	277	249	400	453
021105 Diagnóstico em neurologia	736	614	754	426	401	160
021106 Diagnóstico em oftalmologia	335	464	735	836	747	518
021107 Diagnóstico em otorrinolaringologia/fonoaudi	331	129	457	618	703	494
021301 Exames- doenças e agravos de notific compulsória	-	-	-	-	2	10
021401 Teste realizado fora da estrutura de laboratório	16765	23862	23048	23270	20697	13124
030101 Consultas médicas/outras prof de nível superior	362687	146893	172823	145126	62842	51848
030103 Atendimento pré-hospitalar de urgência	3570	2080	650	1436	1971	2461
030104 Outros atend realizados por prof de níveis superior	97	133	553	75	-	1137
030105 Atenção domiciliar	4759	6873	12139	5075	250	146
030106 Consulta/Atendimento às urgências (em geral)	256433	225271	129089	99940	99514	103712
030107 Atend/acomp em reabil física, mental, visual etc	-	1	24	111	13	-
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	28045	3174	5109	10836	9886	5392
030110 Atendimentos de enfermagem (em geral)	779542	395512	215053	194417	193455	96421
030202 Assist fisioterapêutica em alterações oncológicas	-	1	-	-	-	-
030204 Assist fisiot cardiovasculares e pneumo-funcionais	-	-	-	1	-	-
030205 Assist fisiotera nas disfunções musculo esquele	11510	16698	5661	10872	6860	3881
030206 Assistência fisioterapêutica em neurologia	648	782	602	887	789	613
030307 Tratamento de doenças do aparelho digestivo	-	-	-	-	-	6
030309 Trat de doenças do sist osteomuscular/tec conj	4496	4066	-	-	-	212
030701 Dentística	5219	7002	3496	4306	6034	1788
030702 Endodontia	2349	1998	1602	1400	1812	550
030703 Periodontia clínica	3860	11384	7103	10688	8427	3693
030704 Moldagem/Manutenção	1757	1097	247	468	116	245
030903 Terapias do aparelho geniturinário	-	-	-	-	-	1
040101 Pequenas cirurgias	20546	24527	15360	9173	8851	4404
040401 Cirurgia das vias aéreas superiores e do pescoço	7	2	-	-	-	-
040402 Cirurgia da face e do sistema estomatognático	305	518	163	22	3	8
040907 Vagina, vulva e períneo	-	-	3	-	-	-
041301 Tratamento de queimados	-	-	-	5	-	-
041401 Buco-maxilo-facial	2	-	-	-	-	-
041402 Cirurgia oral	2614	4209	1922	2576	3738	1467

50

041504 Procedimentos cirúrgicos gerais	-	-	-	-	-	1
070107 OPM em odontologia	430	383	142	247	182	89
080101 Incentivos	92	-	27	73	109	111
080301 Deslocamento/Ajuda de custo	548	441	-	159	803	-
Total	2006768	1401927	1082049	905655	754931	479045

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Considerações:

Os procedimentos clínicos tem superado as demais ações ambulatoriais no município e a tabela acima demonstra um investimento menor da saúde pública no município para as ações de promoção e prevenção em saúde, o que aponta para o gestor a necessidade de um planejamento que privilegie mais essa área tão importante na saúde, principalmente porque o município tem toda sua atenção básica sendo executada pela Estratégia de Saúde da Família.

09- PRODUÇÃO HOSPITALAR

Período:2012/2017

**Procedimentos Hospitalares do SUS - por Gestor
AIH Aprovadas por Procedimento e Ano Processamento**

Procedimento	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
0303100010 TRAT DE COMPLICACOES RELACIONADAS AO PUERPERIO	4	-	16	2	5	9
0303100036 TRAT DE EDEMA, PROT E TRANST HIPERT-	-	1	-	-	-	-
0303100044 TRATDE INTERCORRENCIAS CLINICAS NA GRAVIDEZ	17	64	160	119	54	78
0303160020 TRATDE INFECCOES ESPECIFICAS DO PERIODO PERINATAL	-	-	-	-	-	2
0310010039 PARTO NORMAL	19	166	725	812	663	534
0407040161 LAPAROTOMIA EXPLORADORA	-	4	11	2	1	3
0409060011 CERCLAGEM DE COLO DO UTERO	-	1	3	1	-	1
0409060046 CURETAGEM SEMIOTICA DO COLO DO UTERO	-	2	6	-	-	-
0409060100 HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL)	-	-	2	1	-	-
0409060119 HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA (UNI / BILATERAL)	-	-	5	3	-	-
0409060127 HISTERECTOMIA SUBTOTAL	-	-	-	-	1	-
0409060135 HISTERECTOMIA TOTAL	-	-	5	6	16	-
0409060186 LAQUEADURA TUBARIA	1	2	10	4	14	-
0409060194 MIOMECTOMIA	-	-	2	-	-	-
0410010014 DRENAGEM DE ABSCESSO DE MAMA	-	-	1	-	-	-
0411010034 PARTO CESARIANO	-	48	218	205	159	257
0411010042 PARTO CESARIANO C/ LAQUEADURA TUBARIA	-	-	-	6	2	1
0411020013 CURETAGEM POS-ABORTAMENTO / PUERPERAL	6	34	136	100	55	70

51

XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	12	14	17	13	20	19
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	53	105	105	136	108	133
XXI. Contatos com serviços de saúde	7	16	33	26	31	27
Total	1135	1579	1890	1924	1754	1803

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

**Morbidade Hospitalar do SUS - por local de residência
Internações por Capítulo CID-10 e Faixa Etária 1**

Capítulo	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	46	42	16	9	18	38	49	36	44	58	42	32
II. Neoplasias (tumores)	6	21	9	19	15	22	77	199	187	171	99	20
III. D. sangue órgãos hemat/ transt imunitár	4	2	4	5	7	15	18	16	11	9	15	11
IV. Doenças endócrinas nutricionais /metaból	1	3	-	7	9	23	14	17	28	41	30	9
V. Transtornos mentais e comportamentais	1	-	-	-	10	16	17	14	7	1	1	-
VI. Doenças do sistema nervoso	2	5	7	5	4	5	7	22	21	13	6	1
VII. Doenças do olho e anexos	3	-	1	1	-	2	-	2	13	18	12	3
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	3	-	2	-	1	1	4	1	-	1	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	2	7	5	10	11	36	60	77	184	208	131	61
X. Doenças do aparelho respiratório	59	61	31	15	15	31	25	27	39	68	61	38
XI. Doenças do aparelho digestivo	15	31	33	28	29	102	115	108	177	129	78	33
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	12	33	22	13	10	14	14	13	19	10	7	-
XIII.Doenças sist osteomusc e tec conjuntivo	2	4	6	12	19	23	37	36	58	39	13	2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	44	92	32	21	52	131	96	86	133	73	49	26
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	37	892	2008	730	85	-	-	1	-
XVI. Algumas afecções - período perinatal	143	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromos	27	33	22	14	5	3	2	-	2	1	-	-
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	3	4	-	3	4	5	9	10	17	27	9	4
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas ext	7	21	28	27	53	104	121	70	76	64	35	34
XXI. Contatos com serviços de saúde	6	10	10	1	13	27	39	13	12	6	1	2
Total	384	373	226	229	1167	2607	1432	835	1029	936	591	276

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Considerações:

As doenças do aparelho circulatório, do aparelho digestivo e do aparelho geniturinário, representam as causas mais frequentes que levam à internações de residentes de Seropédica. Temos também que considerar o capítulo XV que se refere ao Parto e Puerpério que não entram como classificação de morbidade causadas por doenças mas, na sua maioria pela evolução natural e fisiológica na realização dos partos.

53

0411020048 TRATAMENTO CIRURGICO DE GRAVIDEZ ECTOPICA	1	-	1	-	-	-
Total	48	322	1301	1261	970	955

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

**Procedimentos Hospitalares do SUS - por Gestor
AIH Aprovadas por Forma Organização e Ano Processamento**

Forma organização	2012	2013	2014	2015	2016	2017
030310 Tratam durante a gestação, parto e puerpério	21	65	176	121	59	87
030316 Tratam de algumas afecções-período neonatal	-	-	-	-	-	2
031001 Parto e nascimento	19	166	725	812	663	534
040704 Parede e cavidade abdominal	-	4	11	2	1	3
040906 Útero e anexos	1	5	33	15	31	1
041001 Mama	-	-	1	-	-	-
041101 Parto	-	48	218	211	161	258
041102 Outras cirurgias relacionadas c/estado gestac	7	34	137	100	55	70
Total	48	322	1301	1261	970	955

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

MORBIDADE HOPITALAR

Período : 2012/2017

**Morbidade Hospitalar do SUS - por local de residência - Rio de Janeiro
Internações por Capítulo CID-10 e Ano processamento**

Capítulo CID-10	2012	2013	2014	2015	2016	2017
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	56	51	84	87	81	71
II. Neoplasias (tumores)	139	105	151	147	160	143
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	19	19	14	20	29	16
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	24	19	33	35	34	37
V. Transtornos mentais e comportamentais	6	5	10	24	10	12
VI. Doenças do sistema nervoso	7	15	19	15	17	25
VII. Doenças do olho e anexos	8	17	3	5	12	10
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	2	3	5	4
IX. Doenças do aparelho circulatório	125	117	121	127	149	153
X. Doenças do aparelho respiratório	58	80	61	80	85	106
XI. Doenças do aparelho digestivo	133	158	125	158	165	139
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	14	24	18	27	41	43
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	20	41	47	64	39	40
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	105	184	162	135	136	113
XV. Gravidez parto e puerpério	318	558	858	771	596	652
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	22	33	10	28	20	34
XVII.Malf cong deformid/anomalias cromossômicas	9	18	17	23	16	26

52

010 - SISFACTO – SISTEMA DE PACTUAÇÃO ANUAL PARA INDICADORES DE SAÚDE

010.1 - ESTUDO DE INDICADORES DE SAÚDE – RESULTADOS APRESENTADOS
PERÍODO : 2012-2017

INDICADOR	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
População total	80138	81260	82090	82892	82892	82892
1.Cobertura de equipes atenção básica	67,33%	61,02	72,14	72,14	75,87	94,3
2.%Int.condições sensíveis a atenção básica	29,61	23,79	18,12	21,46	25,15	24,96
3.Cobertura acomp condicionalidade de saúde PBF	71,02	76,85	81,39	78,13	76,28	74
4.Cobertura de equipes saúde bucal	53,04	56,15	59,9	63,64	63,64	69,56
5.Média escovação dental supervisionada	3,75	3,2	2,97	0,25	0,07	/
6.%Exodontias relacionadas proced. clínicos em geral	10,89	9,38	7,54	6,91	11,46	0,17
7.Proc.ambulatorial média complexidade/100hab	1,06	1,41	1,1	0,71	-	-
8.Internações ,média complexidade/100hab	0,97	1,11	1,24	1,27	-	-
9.Proc.ambulatorial de alta complexidade/100hab	2,13	2,4	2,9	2,68	-	-
10.Internações alta complex./1000hab	0,86	1,03	1,43	1,21	-	-
12.Nº US c/serv notificação violências implantados	2	7	3	1	3	3
13.%Acesso hospitalar de óbitos p/acidente	26,32	50	33,33	26,09	-	-
14.%Óbitos em internação p/IAM	-	20	27,27	27,27	-	-
15.%Óbitos em UTI menores 15anos	16,67	15,38	-	5,56	-	-
18.Rz exames citopatológicos de colo útero	0,58	0,34	0,36	0,37	0,37	0,33
19.Rz mamografias realizadas	0,07	0,08	0,08	0,05	0,05	0,02
20.%Partos normais	34,63	37,33	40,98	41,18	43,33	42,34
21.%NV c/7+ consultas de pré-natal	58,92	59,36	51,66	59,44	58,49	47,38
22.Nº testes sífilis/gestante	2,89	1,87	-	-	-	-
23.Número de óbitos maternos	2	0	0	1	0	1
24c.Nº óbitos infantis	7	8	12	15	15	15
25.%Óbitos infantis/fetais investigados	88,89	42,11	50	86,21	84,85	81,48
26.%Óbitos maternos investigados	50	-	-	100	100	100
27.%Óbitos mulheres de idade fértil investigados	93,75	92,59	82,5	91,89	88,37	79,49
28.Incidência sífilis congênita/nº absoluto	7	3	3	6	4	8
29ª.Cobertura CAPS	1,25	2,46	2,44	2,41	2,39	2,37
30a.Nº óbitos prematuros de DCNT	143	181	151	159	133	161
35b.%Vacinas c/cobertura adequada	62,5	62,5	75	87,5	87,5	0
36.%Cura caso novos TB pulmonar	82,22	74,19	71,88	55,56	51	56,25
37.%Casos novos TBC c/exame HIV	68,42	40,91	93,22	89,14	60	70,37
38.%Óbitos c/causa definida	86,41	92,01	93,22	89,14	86,87	81,2
39.%Doenç Notif Compulsória encerramento oportuno	72,73	66,67	100	-	85,7	/
40b.Notificação de doenças de trabalho	9	10	9	2	-	/
41b.%Ações vigilância sanitária realizada	85,71	85,71	85,71	85,71	100	100
43a.%Pacientes com HIV+ c/CD4<200	25	40	21,05	20	-	-
44.Testes sorológicos antiHCV	330	259	218	232	50%	-
45.%Cura casos novos hanseníase	94,19	100	100	100	92,31	64,5
46.%Contatos hanseníase examinados	80,25	100	84,21	100	100	-
51.Óbitos por dengue	-	-	1	-	-	-

54

53a.%Análises realizadas de água 83,33 98,61 166,49 29,57 28 107,12

010.2 - VALORES ABSOLUTOS UTILIZADOS EM CÁLCULOS DE INDICADORES DE SAÚDE

PERÍODO: 2013 A 2015

POPULAÇÃO	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
População Total	81.206	82.090	82.892
População Feminina de 25 a 64 anos	20.992	20.992	20.992
População Feminina de 50 a 69 anos	6.873	6.873	6.873
População Total de 30 a 69 anos	36.010	36.010	36.010
ATENÇÃO BÁSICA	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
População Alvo para Atenção Básica	80.138	80.138	80.138
Equipes de ESF implantadas	15	18	19
Equipes Esf equivalentes	1,3	1,27	1,27
População coberta pela Atenção Básica	48.900	57.810	60.810
Equipes Atenção Básica na Saúde Bucal	15	16	17
SAÚDE MENTAL	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Nº de CAPS II	1	1	1
Nº de CAPS Infantil	1	1	1
Nº Ponderado de CAPS	2	2	2
BOLSA FAMÍLIA	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Famílias do Programa Bolsa Família - Total	5.468	5.400	5.267
Famílias do Programa Bolsa Família acompanhadas pela Atenção Básica	4.202	4.395	4.115
INTERNAÇÕES	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Internações Clínicas no SUS	601	629	643
Internações por condições sensíveis à Atenção Básica	143	114	138
Internações de Média Complexidade	898	1.020	1.055
Internações de Alta Complexidade	84	117	100
Internações por IAM de pacientes com 20anos e +	15	11	11
Internações por IAM de pacientes com 20anos e + com óbito	3	3	3
Internações de menores de 15 anos em UTI	13	8	18
Internações com Óbitos de menores de 15 anos em UTI	2	0	1
Internações para Partos no SUS	431	611	574
SAÚDE BUCAL	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Média de ações de escovações dentárias supervisionadas	2.603	2.435	211
Total de exodontias realizadas	2.757	1.069	1.613
Total de Procedimentos odontológicos preventivos/curativos	29.378	14.187	23.327
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Procedimentos Ambulatoriais selecionados de Média Complex	1.149	900	591
Procedimentos Ambulatoriais selecionados de Alta Complexidade	1.948	2.377	2.225
Exames citopatológicos do colo do útero/mulheres de 25 a 64 anos	2.387	2.549	2.568
TUBERCULOSE	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Casos novos de Tuberculose -TBC CNP positivos	31	32	27
Casos novos de Tuberculose -TBC CNP positivos curados	23	23	15

55

**Ministério da Saúde/Datasus
SES/RJ: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos**

Financiamento/Gestão					
Capacidade de investimento próprio em Saúde					
Indicador	Valor	Quartil	Indicador	Valor	Quartil
IDHm	0,713	3º	PIB per capita	R\$ 22.607,97	2º
Renda média domiciliar per capita	R\$ 585,83	3º	Receita per capita	R\$ 1.191,09	4º
% de Receita aplicada em saúde	20,5%	5º	Despesa com recursos próprios em saúde per capita	R\$ 244,10	5º

012 - FINANÇAS - RECURSOS REPASSADOS POR ANO PARA CADA BLOCO:

BLOCO	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
ASSISTENCIA FARMACEUTICA	R\$523.655,29	R\$503.817,63	R\$532.661,88	R\$587.464,04	R\$ 499.829,28
ATENCAO BASICA	R\$5.883.694,72	R\$6.666.240,40	R\$7.238.533,96	R\$9.314.239,14	R\$ 7.070.075,86
GESTÃO DO SUS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 13.000,00
MEDIA /ALTA COMPLEX AMBUL E HOSP	R\$5.675.221,08	R\$6.313.676,77	R\$8.198.264,44	R\$9.567.649,50	R\$ 8.357.796,37
INVESTIMENTO	R\$1.938.582,00	R\$2.151.300,00	R\$1.467.030,00	R\$1.567.920,00	R\$ 2.039.150,00
VIGILANCIA EM SAUDE	R\$732.371,96	R\$675.780,85	R\$649.943,85	R\$826.428,86	R\$ 718.264,53
Total	R\$14.853.525,05	R\$16.310.815,45	R\$18.077.434,13	R\$21.863.701,54	R\$18.698.116,04

Fonte : Fundo Nacional de Saúde

012.1 - FINANCIAMENTO E A TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FEDERAIS

Em 2017, A Portaria GM/ nº 3.992, de Dezembro, altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde.

"Art. 2º O financiamento das ações e serviços públicos de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), observado o disposto na

57

Casos novos de Tuberculose -TBC	44	35	32
Casos novos de Tuberculose -TBC com exame HIV	18	12	22
HANSENIASE	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Casos novos de Hanseníase curados	16	9	6
Casos novos de Hanseníase	16	9	6
Contatos Hanseníase examinados	32	16	18
ÓBITOS	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Óbitos por acidente	32	27	23
Óbitos hospitalares por acidente	16	9	6
Óbitos infantis	8	12	15
Óbitos por Doenças crônicas não transmissíveis	181	151	159
Óbitos com causa definida	530	509	509
Óbitos totais	576	546	571
Óbitos infantis/fetais registrados	19	30	29
Óbitos infantis/fetais registrados investigados	8	15	25
Óbitos maternos registrados	0	0	1
Óbitos maternos registrados investigados	0	0	1
Óbitos de mulheres em idade fértil registrados	27	40	37
Óbitos de mulheres em idade fértil registrados investigados	25	33	34
NASCIDOS VIVOS	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Nascidos Vivos por parto normal	383	468	467
Nascidos Vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal	609	590	674
Nascidos vivos	1.026	1.142	1.134
Vacinas do calendário básico de crianças	8	8	8
Vacinas do calendário básico de crianças com cobertura adequada	5	6	7

Fonte: TABNET /SES- Informações de Saúde

011 - FICHA TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Dados Sócio - Demográficos e Saúde Suplementar					
	População Total (2015)	% de População Idosa (60 anos e mais) (2012)	Nº de Nascidos Vivos (2015)	% População urbana (2010)	Cobertura de Saúde Suplementar (2015)
Município	82.892	10,2%	1.142	82,2%	13,2%
Região	10.118.003	13,3%	147.349	99,6%	40,7%
Estado	16.550.024	13,0%	236.239	96,7%	35,5%

Fontes:

IBGE: Estimativas populacionais

IBGE: Censo Demográfico 2010

56

Constituição Federal, na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e na Lei Orgânica da Saúde." (NR)

"Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, a serem repassados na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento:

I - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde:

- ✓ Atenção Básica;
- ✓ Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;
- ✓ Assistência Farmacêutica;
- ✓ Vigilância em Saúde;
- ✓ Gestão do SUS;
- ✓ Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde:
- ✓ Atenção Básica;
- ✓ Atenção Especializada;
- ✓ Vigilância em Saúde;
- ✓ Gestão e desenvolvimento de tecnologias em Saúde no SUS;
- ✓ Gestão do SUS.

II - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde:

- ✓ Aquisição de equipamentos voltados para a realização de ações e serviços públicos de saúde;
- ✓ Obras de construções novas utilizadas para a realização de ações e serviços públicos de saúde;
- ✓ Obras de reforma e/ou adequações de imóveis já existentes utilizados para a realização de ações e serviços públicos de saúde.

§ 1º Os recursos que compõem cada Bloco de Financiamento serão transferidos, fundo a fundo, de forma regular e automática, em conta corrente específica e única para cada Bloco, mantidas em instituições financeiras oficiais federais e movimentadas conforme disposto no Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011.

Com relação ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde acima do mínimo exigido, o Município de Seropédica investe com responsabilidade e de forma efetiva na manutenção e ampliação de seus serviços de saúde, dentre outras ações, possibilitando

58

a inserção de políticas nos mais variados setores da saúde, fortalecendo o Sistema Único de saúde em nível Local.

Os valores correspondentes aos investimentos municipal serão apresentados na Programação Anual de Saúde.

Previsão da receita para os próximos anos, com base nas receitas anteriores - FNS.

BLOCOS	ANO DE 2017	ANO DE 2018	ANO DE 2019	ANO DE 2020	ANO DE 2021
CUSTEIO	R\$ 16.658.966,04	R\$ 18.324.862,64	R\$ 20.157.348,91	R\$ 22.173.083,80	R\$ 24.390.392,18
INVESTIMENTO	R\$ 2.039.150,00	R\$ 2.243.065,00	R\$ 2.467.371,50	R\$ 2.714.108,65	R\$ 2.985.519,52
Total	R\$ 18.698.116,04	R\$ 20.567.927,64	R\$ 22.624.720,41	R\$ 24.887.192,45	R\$ 27.375.911,69

Fonte : Fundo Nacional de Saúde

Considerações Finais

O Município de Seropédica não fugiu à regra do impacto causado pela crise econômica que afetou todo o país a partir de 2016. Isso acabou refletindo na Saúde Pública do município, principalmente na redução de investimentos, em cortes de pessoal, e em decisões do gestor para priorização de setores que tivessem mais a ver com a redução de danos de caráter emergenciais. Com esse Plano Municipal de Saúde espera-se para os próximos quatro anos um aporte maior de investimentos na área de Promoção e Prevenção na Saúde Pública, principalmente em áreas onde se observam menor interesse de gestores e profissionais de saúde; a saber, em linhas gerais, nas áreas de:

- 1- Informação em Saúde;
- 2- Vigilância em Saúde;
- 3- Educação Permanente;
- 4- Monitoramentos das Ações de Saúde – Linhas de Cuidados;
- 5- Humanização dos Serviços de Saúde.

Manter os Insumos nas Unidades Básicas de Saúde de ESF	Solicitar dentro de uma rotina de planejamento e monitoramento das demandas, as necessidades de medicamentos e materiais médico/hospitalares para realização dos procedimentos de diagnósticos e tratamento dos casos atendidos pelas unidades de saúde.	70%	80%	90%	95%
Implementar a utilização do Sistema de Informação SISAB - e-Sus	Garantir execução plena do Sistema de Informação do e-Sus com as implantações necessárias para todas as suas atualizações e utilizações exigidas pelo MS.	60%	70%	80%	95%
Integrar as unidades de saúde com o Programa Melhor em Casa - Serviço de Atenção Domiciliar (SAD)	Executar trabalho integrado com equipe SAD na garantia de atendimentos e acompanhamentos de pacientes em suas residências com dificuldade de locomoção	70%	80%	90%	95%
	Proporcionar aos pacientes (de acordo com o limite máximo da portaria) do programa, um atendimento humanizado.	70%	80%	90%	95%
Garantir execução plena PMAQ nas ESF que aderiram ao programa	Monitorar através de instrumentos de avaliação interna o funcionamento das ESF que aderiram ao PMAQ.	70%	80%	90%	95%
Manter as Equipes da ESF	Manter equipes completas com registros em SCNES necessárias para garantir execução de ações pertinentes à ESF.	70%	80%	90%	95%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento das unidades de saúde da ESF, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	70%	80%	90%	95%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.	70%	80%	90%	95%

013 - DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE

DIREÇÃO: Atenção Básica

COORDENAÇÃO: Estratégia de Saúde da Família

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Ampliar a cobertura da ESF e unidades de Saúde	Implantação de novas equipes e unidades de saúde.	20%	50%	70%	90%
Aprimorar e qualificar as equipes de Atenção Básica ESF	Realização e/ou garantia de participações em cursos, capacitações e atualizações da Educação Permanente para todas as equipes de ESF dentro de suas áreas de atuação.	50%	70%	90%	95%
Avaliar as ações de desempenho das equipes ESF	Utilização de instrumentos de avaliação nas unidades básicas ESF do desempenho das equipes e de suas ações.	80%	85%	90%	95%
	Implantação de mecanismo que garanta a comunicação e/ou troca de informação entre as unidades de saúde de ESF, coordenações de programas e outras áreas da saúde.	70%	80%	90%	95%
Aprimorar a melhoria na qualidade das ações da Atenção Básica	Monitoramento da implantação e garantir a aplicação de todos os protocolos e fluxos assistenciais em Atenção Básica estabelecidos pelo MS.	70%	80%	90%	95%
	Implantação e monitoramento do uso dos protocolos e fluxos assistenciais em Atenção Básica estabelecidos pelo MS, nas unidades de ESF	70% das unidades de ESF	80% das unidades de ESF	90% das unidades de ESF	95% das unidades de ESF
Aprimorar e melhorar a qualidade das ações em Atenção Básica ESF com apoio do matriciamento de equipe do NASF	Ofertar capacitações em educação permanente, para utilização dos protocolos e fluxos assistenciais estabelecidos pelo MS, nas unidades de ESF.	70% das unidades de ESF	80% das unidades de ESF	90% das unidades de ESF	95% das unidades de ESF

necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.					
Reformar, Ampliar ou adequar o espaço físico das unidades de saúde da ESF, através de recurso próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria Ministeriais de incentivo financeiro.	Realizações de reformas, ampliação ou adequações necessárias.	70%	80%	90%	95%
Manter o instrumento de Referência e Contra-Referência	Garantir o fluxo de referências e contra-referências quando necessário.	70%	80%	90%	95%
Ampliar a cobertura NASF	Encaminhamento de Projeto para implantação de mais 3 (três) equipes de NASF.	-	01	-	-
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	95%

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE

DIREÇÃO: Atenção Básica

COORDENAÇÃO: SAD

PROGRAMA : Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Garantir atendimento continuado e humanizado	Realização de visitas domiciliares através de equipe multidisciplinar de pacientes acamados com necessidades de atendimento em suas residências até obtenção de alta.	70%	80%	90%	95%
	Promover estudos de levantamentos de dados de desempenho do Programa com registros das demandas solicitadas.	70%	80%	90%	95%

aos pacientes egressos de hospitalização e encaminhados pelas Unidades ESF	Garantir equipe capacitada com relação à Linhas de Cuidados, Humanização do Atendimento e processo da Alta Assistida.	70%	80%	90%	95%
	Promover capacitação para cuidadores	70%	80%	90%	95%
	Solicitar equipamentos, material e transporte para execução das ações de equipe do SAD.	70%	80%	90%	95%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	95%

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE					
DIREÇÃO: Atenção Básica					
COORDENAÇÃO: Saúde Bucal					
PROGRAMA: Saúde Bucal					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Ampliar a cobertura de Equipes de Saúde Bucal	Implementação da rede de atenção integral em saúde bucal ampliando o número de equipe de saúde bucal em relação às equipes de ESF.	20%	50%	70%	100%
Implantar a promoção e prevenção em saúde bucal	Solicitar aquisição de kits de higiene bucal para a população assistida na Estratégia de Saúde da família e UBS, para efetivação dos procedimentos preventivos coletivos.	70%	80%	90%	95%
Garantir execução plena PMAQ nas Equipes ESB que aderiram ao programa	Monitorar através de instrumentos de avaliação interna o funcionamento das equipes ESB que aderiram ao PMAQ.	70%	80%	90%	95%
Implementar a utilização do Sistema de Informação SISAB - e-Sus	Garantir execução plena do Sistema de Informação do e-Sus com as implantações necessárias para todas as atualizações e utilizações exigidas pelo MS.	70%	80%	90%	95%

63

recurso próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria Ministeriais de incentivo financeiro .	necessárias.				
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	95%

DIREÇÃO: Atenção Básica					
COORDENAÇÃO: Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF					
PROGRAMA: NASF					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Matriciamento de equipe do NASF para aprimoramento e melhoria na qualidade das ações em Atenção Básica das equipes ESF.	Garantir aplicação de estratégia para organização da clínica e do cuidado em saúde a partir da integração e cooperação entre as equipes responsáveis pela atenção básica de determinado território.	70%	80%	90%	95%
	Criação de espaços coletivos de discussões das necessidades apontadas no território e na saúde de grupos populacionais e da coletividade.	70%	80%	90%	95%
Ampliar a cobertura NASF.	Encaminhar Projeto para implantação de mais 03 equipes para garantir cobertura do NASF para todas as equipes ESF.	-	03 equipes	-	-
Aprimorar e melhorar na qualidade das ações das ESF/NASF com viabilização de ações intra e inter setoriais	Garantir sempre que necessário articulações intra e inter setoriais envolvendo setores, programas e outros profissionais do quadro da saúde local, de outras secretarias e instituições.	70%	80%	90%	95%
Cumprir de agendas e visita unidades de saúde e usuários	Garantir transporte da equipe NASF para cumprimento de cronogramas e agendamentos nas unidades de saúde ESF .	70%	80%	90%	95%

65

Garantir os Insumos nas Unidades Básicas de Saúde com equipes ESB	Solicitar dentro de uma rotina de planejamento e monitoramento das demandas, as necessidades de medicamentos, materiais, equipamentos e manutenção odontológica para realização dos procedimentos de diagnósticos e tratamento dos casos atendidos pelas equipes de ESB.	70%	80%	90%	95%
Qualificar as Equipes de Atenção em Saúde Bucal	Capacitar profissionais de Saúde Bucal da Estratégia de Saúde da Família de acordo com a nova política adotada na busca da resolutividade das ações de atenção integral em saúde bucal.	70%	80%	90%	95%
Implementar as ações em saúde bucal	Garantir o aumento da cobertura 1ª consulta odontológica programática.	30%	50%	50%	50%
	Garantir o aumento da cobertura de ação coletiva de escovação dental supervisionada.	50%	50%	50%	50%
	Aumentar a média de procedimentos odontológicos básicos individuais.	30%	50%	50%	50%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da saúde bucal, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	50%	80%	90%	95%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva	70%	80%	90%	95%
Reformar, Ampliar ou adequar o espaço físico da Saúde bucal da ESF, através de	Realizações de reformas, ampliação ou adequações	70%	80%	90%	95%

64

Garantir os Insumos para NASF	Solicitar dentro de uma rotina de planejamento e monitoramento das suas demandas, as necessidades da equipe NASF para realização e registros dos processos de matriciamento realizados.	70%	80%	90%	95%
-------------------------------	---	-----	-----	-----	-----

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE					
DIREÇÃO: Atenção Básica					
COORDENAÇÃO: Programa de Saúde nas Escolas					
PROGRAMA: PSE					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Implementar as ações do Programa Saúde nas Escolas (PSE)	Trabalhar sempre em consonância com decisões de reuniões das equipes formadoras do Grupo de Trabalho Intersetorial - GTI formado por representantes das Secretarias de Saúde e Educação.	50%	70%	80%	90%
	Desenvolver trabalho intersetorial das equipes ESF com a secretaria de educação para execução das ações referentes ao PSE	50%	70%	80%	90%
Avaliar os determinantes de problemas de saúde em escolares do município	Avaliar resultados das ações do PSE desenvolvidas.	50%	70%	80%	90%
	Desenvolver indicadores de saúde que possam monitorar desempenho do PSE e os resultados obtidos.	50%	70%	80%	90%
	Repassar resultados obtidos para equipes realizadoras das ações e escolas contempladas.	50%	70%	80%	90%
Manter a resolutividade para possíveis detecções de necessidades de acompanhamentos da assistência na Saúde	Realizar encaminhamento das casos detectados em ações realizadas para encaminhamento a áreas e /ou serviços compatíveis com a necessidade apontada.	50%	70%	80%	90%

66

Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	50%	70%	80%	90%
-------------------------	--	-----	-----	-----	-----

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE					
DIREÇÃO: Área Programática em Saúde					
COORDENAÇÃO: Atenção Integral à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente					
PROGRAMA: Atenção Integral à Saúde da Mulher					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Ampliar a oferta de exames do câncer de colo do útero	Garantir exames preventivos do câncer do colo do útero população feminina usuária do SUS na faixa etária de 25 a 64 anos.	50%	60%	70%	80%
	Ofertar condições de produção de exames e relacioná-la com a capacidade instalada de serviços para coleta do exame preventivo Papanicolaou.	80%	90%	95%	100%
	Garantir o material necessário para realização dos exames.	80%	95%	95%	100%
	Garantir referenciamento para outros municípios de acordo com avaliação das evoluções de seus tratamentos, diagnóstico de lesões intra epiteliais de alto grau do colo do útero.	80%	95%	95%	100%
Garantir a oferta de mamografia	Garantir a oferta de mamografia visando alcançar mulheres de 50 a 69 anos.	20%	30%	40%	50%
	Garantir o atendimento da realização de regulação desses exames através de referenciamento para o serviço de outro município ou própria.	80%	95%	95%	100%
Ofertar TIG nas Unidades	Garantir a oferta de TIG para mulheres municipais, com mais de 15 dias de amenorréia.	80%	95%	95%	100%

67

	Ofertar na rede municipal de saúde o serviço de laqueadura, vasectomia e inserção de DIU no planejamento familiar, conforme protocolo estabelecido pelo MS.	30%	40%	50%	60%
Promover atenção à saúde da criança	Reduzir número de óbitos infantil	10	10	10	10
	Garantir o acompanhamento de gestantes em Pré Natal.	60%	70%	80%	90%
	Implementar o serviço de puericultura que garanta o acompanhamento do RN desde seu nascimento até seu 1º ano de vida.	30%	40%	50%	70%
	Reduzir o número de óbitos neonatal garantindo o acompanhamento de gestantes em Pré Natal e puerpério.	50%	60%	70%	80%
	Reduzir a proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer garantindo o acompanhamento de gestantes em consultas de Pré Natal.	10%	10%	10%	10%
Apoio a Amamentação	Estimular a criação de grupos de apoio a amamentação nas ESF.	30%	40%	50%	60%
Monitoramento da Saúde da Criança	Garantir a distribuição da caderneta de saúde da criança para todas as crianças nas maternidades.	50% dos RN	60% dos RN	90% dos RN	100% dos RN
Promover a atenção integral à saúde do adolescente.	Implantar, de forma intersetorial e integrada, a política municipal de saúde do adolescente.	-	30%	40%	50%
Promover a educação em Saúde para Adolescentes	Reduzir a gravidez na adolescência através de ações educativas para escolares e grupos de adolescentes na ESF.	-	30%	40%	50%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	80%	95%	95%	100%

69

Garantir 7 (sete) consultas de Pré Natal para gestantes do município	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.	30%	40%	50%	60%
	Capacitação permanente dos agentes comunitários de saúde para busca às consultas de Pré Natal agendadas.	80%	95%	95%	100%
Reduzir os partos cesáreos	Reduzir a proporção de partos casarios ofertando nas unidades que realizam o pré-natal a formação de grupos de gestantes para informação da importância do parto vaginal.	50%	50%	50%	50%
Reduzir a Mortalidade Materna	Redução da taxa de mortalidade materna.	20 casos /100 000	20 casos /100 000	20 casos /100 000	20 casos /100 000
	Número de consultas de pré natal ideal para o acompanhamento das gestantes, do seu parto e pós-parto assistidos.	50%	55%	60%	70%
	Garantia da consulta puerperal até 30 dias após o parto.	50%	55%	60%	70%
Ofertar os insumos e medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde que realizam procedimentos pertinentes ao Programa Materno Infantil, através de Recurso Próprio, Emenda parlamentar e/ou Portaria de incentivo financeiro.	Solicitação de insumos e materiais médico hospitalares necessários a realização dos procedimentos de diagnósticos e tratamento em ginecologia e obstetrícia às pacientes atendidas na rede pública municipal através de planejamento e monitoramento das demandas e dispensação.	80%	95%	95%	100%
Ampliar a oferta do Planejamento familiar	Treinar as equipes de ESF para a realização de Planejamento familiar nas unidades de Saúde.	80%	95%	95%	100%
	Fomentar a oferta da parte Educativa do Planejamento Familiar aos municípios em todas as unidades de ESF.	80%	95%	95%	100%

68

DIREÇÃO: Área Programática em Saúde					
COORDENAÇÃO: Saúde do Homem					
PROGRAMA: Atenção Integral à Saúde do Homem					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Implantar o Programa de Saúde do Homem.	Implantar a Promoção Integral a Saúde do Homem de acordo com os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde nas unidades da ESF.	50%	70%	90%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	50%	70%	90%	100%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Área Programática em Saúde					
COORDENAÇÃO: Programa de Área Técnica de Alimentação e Nutrição – ATAN					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Controlar as anemias por carência de ferro em populações alvo	Implementar o Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF), nas unidades da ESF.	-	30%	40%	50%
	Garantir manutenção do protocolo de atendimento do PNSF em todas as unidades de ESF	80%	95%	95%	100%
	Garantir entrega dos Suplementos a todas unidades de ESF, para atender a clientela assistida pelo programa.	-	30%	40%	50%
	Garantir a distribuição de material educativo para todas as unidades de ESF, e o desenvolvimento de ações educativas.	-	30%	40%	50%
Acompanhar os	Garantir o Acompanhamento das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família em todas as unidades de ESF.	10%	50%	70%	80%

70

Beneficiários com Perfil Saúde do Programa Bolsa Família	Garantir a aquisição de equipamentos antropométricos para todas as unidades de ESF, para a realização de acompanhamento Nutricional.	10%	50%	70%	80%
	Garantir a distribuição de material educativo para todas as unidades de ESF, e o desenvolvimento de ações educativas.	10%	50%	70%	80%
	Aumentar a cobertura de acompanhamento dos beneficiários com perfil saúde.	70%	70%	70%	70%
Manter a alimentação dos sistemas de informação.	Garantir abastecimento em tempo hábil e com qualidade da informação do Sistema de Informação do Programa Bolsa Família.	50%	60%	70%	80%
	Garantir abastecimento em tempo hábil e com qualidade da informação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN.	10%	30%	50%	70%
	Garantir insumos de informática e rede de Internet para execução do Sistema de Informação do Programa.	40%	40%	90%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Área Programática em Saúde					
COORDENAÇÃO: Programa de Controle da Tuberculose					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
	Garantir cura de todos os casos diagnosticados de tuberculose através da realização de uma rotina de diagnóstico, tratamento e monitoramento de todos os casos positivos da doença.	70%	75%	80%	85%

71

Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%
-------------------------	--	-----	-----	-----	------

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Área Programática em Saúde					
COORDENAÇÃO: Programa de Controle da Hanseníase					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Ampliar a cura de casos novos de Hanseníase diagnosticados a cada ano	Reduzir o abandono de tratamento da hanseníase, através da busca ativa de todos os casos.	20%	20%	15%	15%
	Garantir a cura dos casos diagnosticados de hanseníase através da realização de uma rotina no monitoramento da evolução de todos os casos positivos.	80%	80%	80%	80%
	Garantir a disponibilidade de viatura para atender as necessidades do programa.	01 viatura	01 viatura	01 viatura	01 viatura
	Reforçar o atendimento de pacientes portadores de hanseníase através de ampliação do quadro de profissionais de saúde com 01(um) técnico de enfermagem capacitado que atue junto as unidades onde se encontra o programa para executar todos os processos de informação, registro e acompanhamento que são exigidos nos protocolos.	01 Técnico de Enf.	01 Técnico de Enf.	01 Técnico de Enf.	01 Técnico de Enf.
Ampliar a detecção de casos novos de Hanseníase.	Realizar a avaliação de grau de incapacidade física nos casos de hanseníase reduzindo a proporção de grau de incapacidade física I e II registrado no momento do diagnóstico.	80%	80%	80%	80%
	Ofertar treinamento as equipes das ESF (ACS e enfermeiros) para identificação e capacitação de caos novos de Hanseníase.	90% dos casos	90% dos casos	90% dos casos	90% dos casos
	Garantir a realização de exames de contactantes dos portadores de hanseníase.	80%	80%	80%	80%

73

Ampliar a cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilifera diagnosticados a cada ano.	Garantir a solicitação do medicamentos, para o tratamentdos portadores de tuberculose.	80%	100%	100%	100%
	Ampliar o quadro de profissionais de saúde, com enfermeiro ou técnico de enfermagem capacitados para atuarem no programa no PCT.	01 equipe	01 equipe	01 equipe	01 equipe
	Garantir a investigação de todos os casos de multiresistência e/ou de falência do tratamento convencional.	80%	95%	95%	100%
	Reduzir proporção de abandono de tratamento com a realização da busca ativa de todos os casos de abandono de pacientes portadores de tuberculose.	30%	25%	10%	15%
	Garantir profissionais capacitado para atuarem no Programa de Controle da Tuberculose.	01 equipe capacitada	01 equipe capacitada	01 equipe capacitada	01 equipe capacitada
Ampliar a detecção de casos novos de Tuberculose pulmonar bacilifera.	Garantir a disponibilidade de viatura para realização de visitas domiciliares, busca ativa de faltosos, abandono de tratamento e na investigação de casos suspeitos de Tuberculose.	01 Viatura	01 Viatura	01 Viatura	01 Viatura
	Ofertar treinamento aos profissionais das ESF (ACS e enfermeiros), para identificação e captação de sintomáticos respiratórios.	90% dos profissionais treinados	90% dos profissionais treinados	90% dos profissionais treinados	90% dos profissionais treinados
	Descentralizar a execução das ações para captação de sintomático respiratório nas ESF.	70% Das ESF	80% das ESF	90% das ESF	100% das ESF
	Oferecer exames, de acordo com o protocolo do MS, aos contactantes dos portadores de Tuberculose.	80%	80%	80%	80%
Ampliar a detecção do HIV, nos casos de tuberculose.	Oferecer o teste anti-HIV a todos os doentes de tuberculose.	80%	95%	95%	100%

72

Monitorar dos casos de hanseníase	Garantir o abastecimento rotineiro das notificações de casos de hanseníase e acompanhamento da evolução dos casos registrados no sistema SINAN até sua alta por cura.	80%	100%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Área Programática em Saúde					
COORDENAÇÃO: Programa de Controle das IST/AIDS e Hepatites Virais					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Aumentar a detecção de casos novos de HIV/AIDS	Realizar campanhas de testagem rápida, rastreando precocemente os usuários que desconhecem sua condição sorológica	05 camp anhas	05 camp anhas	05 camp anhas	05 camp anhas
Apoio ao diagnóstico do HIV	Garantir o apoio laboratorial com testes rápidos para triagem e diagnóstico do HIV da demanda existente.	90%	90%	90%	90%
	Monitorar a transmissão vertical de HIV através de acompanhamento dos RN e das gestantes.	80%	80%	80%	80%
Apoiar o diagnóstico das hepatites	Garantir o apoio laboratorial com insumos para testagem de hepatites virais da demanda existente.	80%	80%	80%	80%
Apoio ao Diagnóstico e tratamento da sífilis	Garantir o apoio laboratorial com testes rápidos para sífilis da demanda existente.	80%	80%	80%	80%
	Garantir o apoio laboratorial com testes rápidos para sífilis da demanda existente.	80%	80%	80%	80%
	Garantir o apoio laboratorial com testes rápidos para sífilis da demanda existente.	80%	80%	80%	80%
	Garantir o tratamento adequado com penicilina benzatina de 1.200.000	80%	80%	90%	100%

74

Apoiar o controle da sífilis materna e congênita.	Garantir tratamento de gestantes positivas para sífilis e monitorar RN no nascimento.	80%	80%	80%	80%
Ofertar os medicamentos referentes ao tratamento HIV no próprio programa	Garantir o acesso ao medicamento seguro e eficaz dos portadores de DTS/AIDS e Hepatites otimizando todo o processo de disponibilização de insumos farmacêuticos para essas patologias.	80%	80%	80%	80%
	Garantir o tratamento antirretroviral para profilaxia pós exposição sexual, ou acidente com material biológico no posto de saúde Abelardo Bueno KM 49 e na maternidade municipal.	80%	90%	100%	100%
Garantir o apoio das ESF	Implantar o aconselhamento pré e pós, e testagem rápida nas Unidades de ESF com capacitação dos enfermeiros	90%	90%	100%	100%
	Garantir o tratamento com penicilina benzatina para os casos de sífilis	90%	90%	90%	90%
Promover as ações de prevenção às DST/AIDS em Unidades Básicas de Saúde e outras Instituições	Realizar ações de prevenção às DST/AIDS em Unidades Básicas de Saúde e outras Instituições que solicitem as ações.	80%	80%	80%	80%
	Garantir a distribuição de preservativos colocados à disposição nas Unidades Básicas de Saúde e em outras Instituições parceiras ao Programa.	90%	100%	100%	100%
	Garantir a disponibilidade de viatura para atender as necessidades do programa.	01 viatura	01 viatura	01 viatura	01 viatura
Ampliar a cura de casos novos de DST/AIDS e Hepatites diagnosticados a cada ano.	Reduzir proporção de abandono de tratamento das DST/AIDS e Hepatites com a realização da busca ativa de todos os casos de abandono de tratamento.	80%	80%	80%	80%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

75

Implementar as ações de integração e apoio entre Atenção Básica e Atenção Psicossocial.	Matriciar os usuários da Saúde Mental e de Álcool e outras drogas na Atenção Básica com apoio de equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF.	70%	100%	100%	100%
Divulgar as ações desenvolvidas pela rede de atenção psicossocial.	Criação de blog ou um link sobre Saúde Mental.	80%	100%	100%	100%
Introduzir temas da atenção psicossocial na educação permanente das equipes de ESF.	Capacitar os profissionais da ESF para o cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas.	50%	70%	80%	100%
Adquirir equipamentos, materiais permanentes, insumos e correlatos necessários para o desenvolvimento das ações do CAPS para adultos e CAPSi. Através de Recurso Próprio, Emenda parlamentar e/ ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos, material permanente, insumos e correlatos para CAPS para adultos e CAPSi.	50%	100%	100%	100%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva	-	80%	100%	100%
Construir, Reformar, Ampliar ou adequar o espaço físico, através de recurso próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria Ministeriais de incentivo financeiro.	Realizações de reformas, ampliações, adequações necessárias ou construção.	35%	100%	100%	100%
Garantir equipe mínima capacitada em Atenção Psicossocial para CAPSi, CAPS adulto e RT	Contratação de profissionais com comprovada expertise em atenção psicossocial para compor a equipe mínima dos serviços de Saúde Mental	100%	100%	100%	100%
	Aquisição de equipamentos de	100%	100%	100%	100%

77

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE					
DIREÇÃO: Área Programática em Saúde					
COORDENAÇÃO: Programa de Saúde do Idoso					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Implantar o Programa de Saúde do Idoso.	Implantar a Promoção Integral a Saúde do Idoso de acordo com os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde nas unidades de saúde	50% das Unidades	70% das Unidades	90% das Unidades	100% das Unidades
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	30%	40%	50%	70%

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE					
DIREÇÃO: Área Programática em Saúde					
COORDENAÇÃO: Programa de Saúde Mental					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Qualificar e ampliar a rede de atenção psicossocial.	Transformação do CAPS II em CAPS III.	-	100%	100%	100%
Qualificar e ampliar a rede de atenção psicossocial.	Manter o CAPSi em imóvel separado do CAPS adulto.	-	01	01	01
	Implantação do CAPS AD.	-	01	01	01
Atualizar o organograma da Coordenação Municipal de Saúde Mental	Promover alterações do organograma da área técnica de Saúde Mental do município.	80%	100%	100%	100%
Organizar o fluxograma da Rede de Atenção Psicossocial.	Promover alterações do fluxograma da Área Técnica de SM e entre a Área Técnica e o restante da rede de saúde e rede intersetorial do município.	80%	100%	100%	100%
Garantir suporte material (equipamentos, material permanente, insumos e correlatos) para a atenção psicossocial.	Garantir estabilidade do fluxo de material permanente e de consumo para a execução dos Projetos Terapêuticos Singulares.	50%	80%	100%	100%

76

Informatar prontuários e agendamento	informática e capacitação de profissional para utilizar o sistema inserindo os agendamentos.				
Implantar acesso à internet na Rede Psicossocial.	Garantir o acesso a Internet para Regulação de vagas psiquiátricas e confecção/envio das RAAS.	100%	100%	100%	100%
Ampliar e diversificar as ações para prevenção e redução dos riscos a danos ao consumo de substâncias psicoativas	Implantação de Unidade de Acolhimento associada a CAPSAD.	-	-	01	01
Garantir a mobilidade do Programa de Saúde Mental	Aquisição de viatura para desenvolvimento das ações da rede de atenção psicossocial.	-	30%	50%	100%
Atendimento de paciente em crise	Criação de 02 (dois) leitos de retaguarda para pacientes de Saúde Mental em crise, em Unidade Hospitalar, ou pré-hospitalar.	-	80%	90%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratação de profissionais para compor a equipe da Residência Terapêutica, do CAPS e CAPSi.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Vigilância de Agravos e Doenças Não Transmissíveis – VIGDANT					
PROGRAMA: Vigilância de Agravos e Doenças Não Transmissíveis					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Atualizar e Implantar o Programa de Vigilância das DANTS	Desenvolvimento do Programa das Doenças e Agravos Não Transmissíveis nas Unidades ESF.	80%	90%	100%	100%
Trabalhar as informações para monitoramento da frequência e casos das DANTS	Capacitar equipes de ESF para informações de registros e monitoramentos necessários para a Vigilância das DANTS.	80%	90%	100%	100%
	Criar rotina de acompanhamento de diversos banco de dados para coleta de informações de Vigilância das DANTS.	80%	90%	100%	100%

78

	Criar indicadores para acompanhamento e avaliações de projetos criados para a Vigilância das DANTS no município.	80%	90%	100%	100%
Criar mecanismos de desenvolvimento de ações para Prevenção e Promoção em Saúde para DANTS	Desenvolver Projetos de Ações Preventivas para as reduções dos casos de casos de DANTS.	80%	90%	100%	100%
	Desenvolver Projetos de Ações de Promoção em Saúde para as reduções dos casos de fatores condicionantes para o desenvolvimento das DANTS.	80%	90%	100%	100%
Reduzir o índice de casos de DANTS associadas ao sedentarismo	Implantar Academia da Saúde no município em Unidade ESF visando ações de promoção em saúde com uso de atividades físicas para os usuários.	80%	90%	100%	100%
	Desenvolver junto às equipes ESF trabalho de sensibilização do usuário em relação aos benefícios da atividade física e os males causados pelo sedentarismo criando com eles alternativas para aplicação no seu dia a dia.	80%	90%	100%	100%
Reduzir o índice de casos de DANTS associadas à Má Alimentação	Desenvolver junto às equipes ESF trabalho de sensibilização do usuário em relação aos benefícios da alimentação saudável e os males causados pela má de alimentação alternativas para aplicação no seu dia a dia.	90%	100%	100%	100%
Reduzir as casos de DANTS associadas ao uso de produtos derivados do tabaco.	Ampliar o Programa de Controle do Tabagismo nas unidades ESF e Unidades Básicas de Saúde dentro da perspectiva da redução de danos e promoção da saúde.	90%	100%	100%	100%
	Criar grupo na equipe que seja capacitados para ofertar ao usuário conhecimentos sobre tabaco e os males causados pelo mesmo.	90%	100%	100%	100%
Reduzir as casos de	Fortalecer o Programa de Saúde Mental em relação à importância à implantação do CAPS AD no município.	70%	80%	90%	100%

79

participação da CIES na Região Metropolitana I	Integração Ensino – Serviço da CIR na Região Metropolitana I para Educação Permanente.				
Garantia da Educação Permanente	Implementar e/ou referenciar para cursos de capacitações e atualizações ofertados a nível municipal ou regional, presencial ou no formato EAD, os profissionais de saúde de níveis médio e superior	80%	85%	90%	100%
	Garantir representação e participação efetiva do município junto à CIES – Comissão de Integração Ensino-Serviço na Região Metropolitana I	80%	85%	90%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS

DIREÇÃO: Vigilância Em Saúde

COORDENAÇÃO: Coordenação de Ações de Prevenção e Combate a Endemias

PROGRAMA: Ações de Prevenção e Combate a Dengue, Zika, Chikungunya e Febre Amarela

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Reduzir a taxa de infestação	Manter sob controle índice de infestação do mosquito <i>Aedes aegypti</i> em < 1% com realização de ações preventivas de controle do vetor em visitas domiciliares periódicas (ciclos) para avaliação de possíveis focos e criadouros.	< 1%	< 1%	< 1%	< 1%
	Reduzir o percentual de pendências de imóveis não visitados.	20%	20%	20%	20%
	Implementar as ações de Educação em Saúde Ambiental e Mobilização Social no combate ao vetor.	80%	90%	100%	100%
	Ampliar a divulgação das ações de controle da dengue na mídia local com uso de espaços publicitários em Jornais, Rádios, TVs, Outdoors	80%	90%	100%	100%

81

DANTS associadas ao uso de álcool e drogas	Criar grupo na equipe que seja capacitados para ofertar ao usuário conhecimentos sobre uso de álcool e drogas os males causados pelos mesmos.	70%	80%	90%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS

DIREÇÃO: Vigilância em Saúde

COORDENAÇÃO: Educação e Promoção em Saúde

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Desenvolver o Plano Municipal para o PRO EPS-SUS de Educação Permanente	Criação e implantação do Programa EPS-SUS para unidades e equipes ESF.	80%	85%	90%	100%
Desenvolver as ações da Educação Permanente	Apoiar todas as ações de Educação Permanente para profissionais da SMS oriundas de iniciativa de profissionais qualificados do quadro de profissionais da SMS e de ofertas da CIES Regional	80%	85%	90%	100%
Desenvolver as Ações Educativas e de Promoção em Saúde para a População	Implementar a Sala de Espera em Unidades ESF com objetivo de ofertar informações de saúde para os usuários	80%	85%	90%	100%
	Implementar ações educativas para escolas, comunidades e outros segmentos da sociedade com execução e apoio em Projetos que desenvolvam a promoção e prevenção em saúde para o usuário	80%	85%	90%	100%
	Apoiar o Programa Saúde na Escola (PSE) conforme as normatizações do Ministério da Saúde em relação Educação e Promoção em Saúde.	80%	85%	90%	100%
Representar e	Garantir Representação e participação do município na CIES – Comissão de	80%	85%	90%	100%

80

do <i>Aedes Aegypti</i> .	e carro de som.				
	Realizar visitas periódicas nos imóveis, considerando pontos estratégicos (26 vis./P.E./ano), para executar o tratamento focal e perifocal.	26 visitas ano	26 visitas ano	26 visitas ano	26 visitas ano
	Realizar aplicação espacial de inseticida (UBV) visando reduzir a população de mosquitos alados, em situações de áreas com ocorrências de notificações de casos de dengue para bloqueio.	80%	90%	100%	100%
	Manter integração com a Vigilância Epidemiológica, para realizar imediata das ações de bloqueio em casos de notificações .	80%	90%	100%	100%
	Monitorar as áreas isentas dos mosquitos <i>Aedes aegypti</i> e <i>Aedes albopictus</i> , através de instalação de armadilhas.	80%	90%	100%	100%
	Realizar a pesquisa larvária através da visita domiciliar para levantamento de índice rápido do <i>Aedes aegypti</i> (LIRAA).	80%	100%	100%	100%
Construir, Reformar, ou adequar o espaço físico, através de recurso próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria Ministeriais de incentivo financeiro .	Realizações de reformas, construção ou adequações necessárias.	-	50%	80%	100%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.	80%	100%	100%	100%
Garantir as ações da Coordenação de Ações de Prevenção e Combate a Endemias.	Aquisição de materiais de consumo.	80%	100%	100%	100%

82

Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	80%	100%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: PROMOÇÃO À SAÚDE POR MEIO DE MEDIDAS VOLTADAS AO CONTROLE DE DETERMINANTES E CONDICIONANTES DA SAÚDE DA POPULAÇÃO					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Vigilância Ambiental					
PROGRAMA: Vigilância da Qualidade da Água - VIGIÁGUA					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Promover as ações de vigilância em Saúde Ambiental - VIGIÁGUA	Realizar o controle da qualidade da água nos estabelecimentos inspecionados pela Vigilância Ambiental. Manter atualizado cadastro de sistemas e soluções alternativas individuais e coletivas de abastecimento	80%	90%	100%	100%
	Cadastrar fontes de abastecimento de água para consumo humano.	80%	90%	100%	100%
	Manter atualizado cadastro de sistemas e soluções alternativas individuais e coletivas de abastecimento.	80%	90%	100%	100%
	Realizar periodicamente ou quando necessário inspeções nos sistemas e soluções.	80%	85%	90%	100%
Garantir as ações do Programa de Vigilância da Qualidade da Água - VIGIÁGUA.	Aquisição de materiais de consumo.	20%	30%	50%	70%
Adquirir equipamentos e	Aquisição de equipamentos e				

83

Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	70%	80%	90%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: PROMOÇÃO À SAÚDE POR MEIO DE MEDIDAS VOLTADAS AO CONTROLE DE DETERMINANTES E CONDICIONANTES DA SAÚDE DA POPULAÇÃO					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Vigilância Ambiental					
PROGRAMA: Vigilância de Qualidade do Ar - VIGIAR					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Promover as ações de vigilância em saúde ambiental -- VIGIAR	Obter informações que visem o preenchimento do instrutivo de identificação dos Municípios de risco - IIRM.	80%	90%	100%	100%
	Preencher o instrumento de identificação do risco para Vigilância em Saúde Ambiental relacionada a qualidade do Ar.	80%	90%	100%	100%
Garantir as ações do Programa Vigilância de Qualidade do Ar - VIGIAR.	Aquisição de materiais de consumo.	80%	90%	100%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos	Contratações, capacitação,				

85

materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	materiais permanentes.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: PROMOÇÃO À SAÚDE POR MEIO DE MEDIDAS VOLTADAS AO CONTROLE DE DETERMINANTES E CONDICIONANTES DA SAÚDE DA POPULAÇÃO					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Vigilância Ambiental					
PROGRAMA: Vigilância de Qualidade da Solo- VIGISOLO					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Promover as ações de vigilância em saúde ambiental -- VIGISOLO	Realizar a Vigilância em Saúde de populações expostas à contaminação do solo.	80%	90%	100%	100%
	Atualização do Plano Vigidesastre anualmente, inserindo dados atualizados.	80%	90%	100%	100%
Controlar a Saúde das populações expostas a solos contaminados.	Identificar as indústrias que manipulam as substâncias químicas em seu processo de produção e depósitos irregulares de produtos químicos	80%	90%	100%	100%
	Identificar e cadastrar as populações residentes próximas a indústrias, expostas a substâncias químicas manipuladas e dispostas de forma irregular no meio ambiente.	80%	90%	100%	100%
	Criar integração de ações com a Vigilância Epidemiológica e Saúde do Trabalhador.	80%	90%	100%	100%
Garantir as ações do Programa de Vigilância de Qualidade da Solo- VIGISOLO.	Aquisição de materiais de consumo.	80%	100%	100%	100%

84

Humanos	qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%
---------	---	-----	-----	-----	------

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Coordenação de Ações de Prevenção e Combate a Endemias					
PROGRAMA: Ações de Controle de Malária					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Manter o Índice Malárico	Realizar visitas permanentes aos postos de notificação, pontos estratégicos e áreas de riscos, visando o monitoramento destes locais.	80%	90%	100%	100%
	Coleta de informação e acompanhamento do paciente até 5 anos após a cura.	80%	90%	100%	100%
	Captura e identificação do vetor.	80%	90%	100%	100%
	Aplicação de inseticida.	80%	90%	100%	100%
Garantir as ações do Programa de Ações de Controle de Malária.	Aquisição de materiais de consumo.	80%	90%	100%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Coordenação de Ações de Prevenção e Combate a Endemias					

86

PROGRAMA: Ações de Controle de Leishmaniose					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Manter a Vigilância e o monitoramento de áreas endêmicas.	Investigar autoctonia da LTA e LV	80%	90%	100%	100%
	Realizar diagnóstico clínico e laboratorial de cães suspeitos	80%	90%	100%	100%
	Reduzir o contato homem vetor através de barreira física e aplicação de inseticidas.	80%	90%	100%	100%
	Capturar e identificar o vetor.	80%	90%	100%	100%
Garantir o diagnóstico precoce e tratamento eficaz da doença,	Capacitar, qualificar os profissionais de Saúde a identificar casos humanos suspeitos e realizar o diagnóstico (teste de Montenegro) e fluxo de referenciamento para tratamento.	80%	90%	100%	100%
Ofertar de Educação em Saúde para população	Orientar população moradoras em áreas endêmicas de formas de contágios, de sinais e sintomas da doença e de métodos preventivos.	80%	90%	100%	100%
Garantir as ações do Programa de Controle de Leishmaniose.	Aquisição de materiais de consumo.	80%	90%	100%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Coordenação de Ações de Prevenção e Combate a Endemias					
PROGRAMA: Ações de Controle de Esquistossomose					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Implementar o Programa de Controle da Esquistossomose	Disponibilizar recursos materiais.	80%	90%	100%	100%
	Identificar coleções hídricas de importância epidemiológica.	80%	90%	100%	100%
	Coleta de moluscos para identificação da espécie.	80%	90%	100%	100%
Garantir as ações do Programa de Controle de Esquistossomose.	Aquisição de materiais de consumo.	80%	90%	100%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

87

Prevenção e Combate a Endemias					
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: PROMOÇÃO À SAÚDE POR MEIO DE MEDIDAS VOLTADAS AO CONTROLE DE DETERMINANTES E CONDICIONANTES DA SAÚDE DA POPULAÇÃO					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Coordenação de Ações de Prevenção e Combate a Endemias					
PROGRAMA: Controle de Roedores					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Controlar a Infestação de roedores	Colocação de iscas (raticidas) nos locais com presença de roedores.	80%	90%	100%	100%
	Sensibilizar os órgãos públicos a investirem em saneamento básico.	80%	90%	100%	100%
Garantir as ações de Controle de Roedores.	Aquisição de materiais de consumo.	80%	90%	100%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos	70%	80%	90%	90%

89

Implementar o Programa de Controle da Esquistossomose	Disponibilizar recursos materiais.	80%	90%	100%	100%
	Identificar coleções hídricas de importância epidemiológica.	80%	90%	100%	100%
	Coleta de moluscos para identificação da espécie.	80%	90%	100%	100%
Garantir as ações do Programa de Controle de Esquistossomose.	Aquisição de materiais de consumo.	80%	90%	100%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: PROMOÇÃO À SAÚDE POR MEIO DE MEDIDAS VOLTADAS AO CONTROLE DE DETERMINANTES E CONDICIONANTES DA SAÚDE DA POPULAÇÃO					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Ações de Prevenção e Combate a Endemias					
PROGRAMA: Controle do Caramujo Africano (<i>Achatina fulica</i>)					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Controlar a infestação do caramujo <i>Achatina fulica</i>	Mapear e monitorar as áreas endêmicas.	80%	90%	100%	100%
	Identificar a presença do caramujo <i>Achatina fulica</i> no município	80%	90%	100%	100%
	Orientar a população sobre prevenção, métodos de controle os dos riscos à saúde humana.	80%	90%	100%	100%
Garantir as ações de	Aquisição de materiais de consumo.	80%	90%	100%	100%

88

	profissionais para garantir a qualidade do programa.				
--	--	--	--	--	--

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Imunização					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Prevenir e controlar as doenças imunopreveníveis	Assegurar índices de cobertura vacinal relação às vacinas do calendário básico: pólio, pentavalente, hepatite B, tríplice viral, com vacinação em Unidades Básicas de Saúde.	95%	95%	95%	95%
	Rotavírus (indicador – 80%)	80%	80%	80%	80%
	Assegurar índices de cobertura vacinal, relação à BCG com vacinação em Unidades Básicas de Saúde.	95%	95%	95%	95%
	Vacinar anualmente contra influenza e garantir cobertura na população com 60 anos e mais.	85%	85%	85%	85%
	Manter a cobertura vacinal contra Hepatite B da população em Unidades Básicas de Saúde.	20%	30%	40%	50%
Garantir de qualidade na conservação de imunobiológicos.	Ofertar rede de frio para manutenção dos imunobiológicos obedecendo normas técnicas estabelecidas pelo PNI.	20%	30%	40%	50%
Aumentar a cobertura de postos de vacinação.	Ofertar postos volantes de vacinação para cobrir toda a população do município com oferta dos imunobiológicos de rotina.	80%	80%	80%	80%
Manter a Vigilância de eventos adversos à vacinas.	Notificação e investigação de eventos adversos ocorridos pós vacinação.	80%	80%	80%	80%
Manter atualização do Sistema de Informações.	Alimentar mensalmente o banco de dados SI-PNI.	80%	80%	80%	80%
Manter Recursos	Contratações, capacitação,	70%	80%	90%	100%

90

Humanos	qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.				
DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Saúde do Trabalhador					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Oficializar o Programa de Saúde do Trabalhador	Garantir a oficialização do Programa de Saúde do Trabalhador com sua regulamentação publicada em diário oficial do município.	80%	90%	90%	100%
Implantar o Programa de Vigilância na Saúde do Trabalhador com Equipe	Criar quadro de recursos humanos com de equipe mínima necessária.	80%	90%	90%	100%
	Adequar, treinar e capacitar os membros da equipe de acordo com as orientações do CEREST/RENAST, e as necessidades e peculiaridades do Município.	80%	90%	90%	100%
	Participação em Congressos, Fóruns, Seminários, dentre outros a fim de divulgar o trabalho executado em nível municipal e promover a troca de experiências com os diversos setores vinculados à saúde.	80%	90%	90%	100%
Implantar o Programa de Vigilância na Saúde do Trabalhador com Diagnóstico situacional	Mapeamento das situações de trabalho no âmbito municipal Diagnóstico situacional dos locais de trabalho (formal e informal)	80%	90%	90%	100%
	Identificar locais de trabalho com maior ocorrência de agravos relacionados ao trabalho.	80%	90%	90%	100%
	Orientar e encaminhar o trabalhador em conformidade com sua necessidade.	80%	90%	90%	100%
Implantar o Programa de Vigilância na Saúde do Trabalhador com	Realizar ações Educativas e de Promoção da Saúde do trabalhador direcionados para trabalhadores formais e informais	80%	90%	90%	100%

91

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Vigilância Epidemiológica					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Controlar as doenças transmissíveis	Notificar os casos suspeitos de Doenças de Notificação Compulsória – DNC, junto aos estabelecimentos de saúde públicos e privados.	80%	80%	80%	80%
	Encerrar oportunamente 80% das investigações de doenças de notificação compulsória, exceto dengue	80%	80%	80%	80%
	Investigar 70% de casos de doenças transmitidas por alimentos e água.	70%	70%	70%	70%
Manter atualização do Sistema de Informações de Vigilância	Confirmar laboratorialmente casos de Meningite Bacteriana.	40%	40%	40%	40%
	Cadastrar todos os Nascidos Vivos no sistema de informação de Nascidos Vivos - SINASC.	100%	100%	100%	100%
	Alimentar semanalmente os bancos de dados do SINAN.	80%	90%	100%	100%
Monitorar os agravos de relevância epidemiológica	Manter alimentação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) dos óbitos de residentes no Município.	95%	95%	95%	95%
	Monitorar os casos de Doenças Diarreicas Agudas em menores de 5 anos.	70%	70%	70%	70%
Descentralizar as ações de VE para as UBS's, incluindo a ESF.	Capacitar os funcionários das UBS e Estratégia de Saúde da Família em Vig. Epidemiológica para preenchimento das fichas de investigação de doenças de notificação compulsória.	80%	90%	100%	100%
Garantir pleno funcionamento dos sistema de informação da VE	Aquisição de computadores e instalação de Internet banda larga.	80%	90%	100%	100%

93

Educação					
Implantar o Programa de Vigilância na Saúde do Trabalhador com Ações Integradas de Saúde	Executar ações de notificação, investigação e inspeção conjuntas com a Vigilância Epidemiológica, Ambiental, Sanitária e Assistência.	80%	90%	90%	100%
	Atuar em parceria com a rede de saúde criando fluxo com a rede de assistência em saúde médica e convênio para referência e contra referência para alta complexidade.	80%	90%	90%	100%
	Garantir atendimento médico junto à rede de assistência para os agravos da saúde do trabalhador.	80%	90%	90%	100%
Implantar o Programa de Vigilância na Saúde do Trabalhador com Ações de Vigilância	Monitorar o número de acidentes ocorridos com os trabalhadores vinculados aos sindicatos com sede no município de Seropédica.	70%	70%	70%	70%
	Monitorar e controlar os acidentes de trabalho nos postos de Urgência e Emergência, na Maternidade, e nas unidades de Estratégia de saúde da Família.	70%	80%	85%	90%
Aprimorar o sistema de informação dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.	Criar rede informatizada para fiscalização de estabelecimentos.	80%	90%	100%	100%
	Notificação de acidentes e de doenças do trabalho.	70%	80%	85%	90%
	Adequação do sistema de informatização às necessidades do setor para garantir eficiência e eficácia.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

92

Garantir qualidade da informação de óbitos nas DOS	Treinamento de pessoal da VE em digitação, codificação CBO e codificação de óbitos.	80%	90%	100%	100%
	Criar o Serviço de Análise de Óbito;	80%	90%	100%	100%
	Capacitar os funcionários da VE para investigação de óbitos por causa mal definida	80%	90%	100%	100%
	Capacitar funcionários da VE em investigação de óbitos fetais, materno e infantil.	80%	90%	100%	100%
Garantir banco SINAN Atualizado	Realizar o envio de dados do SINAN por semana epidemiológica	12 remessas + campanhas	12 remessas + campanhas	12 remessas + campanhas	12 remessas + campanhas
Criar o Comitê Municipal de Investigação dos óbitos Infantis e Maternos	Propor a instalação do Comissão Municipal de Investigação aos óbitos fetal, infantis e maternos.	80%	90%	100%	100%
	Submeter a minuta de portaria de nomeação dos membros do Comitê para apreciação do secretário de saúde e do Conselho de Saúde.	80%	90%	100%	100%
	Acompanhar a votação e aprovação do comitê.	80%	90%	100%	100%
Criar fluxo de informação intersetorial e interinstitucional sobre maus tratos, violência sexual contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos e etc.	Promover encontros mensais entre as Coordenações da Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Assistência social, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente para discussão do tema.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	100%

94

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS					
DIREÇÃO: Vigilância em Saúde					
COORDENAÇÃO: Vigilância Sanitária					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Investir a equipe de VISA na função fiscalizadora.	Definir a equipe mínima a ser investida na função legal.	100%	100%	100%	100%
	Elaborar e encaminhar ao secretário de saúde documento (minuta de portaria) para investimento/designação da função.	100%	100%	100%	100%
	Publicar ato legal de investimento na função.	100%	100%	100%	100%
	Emitir carteiras funcionais.	100%	100%	100%	100%
Dotar a VISA de equipamentos específicos para fiscalização e meios de transporte.	Relacionar os equipamentos necessários à execução das ações de VISA	100%	100%	100%	100%
	Manutenção do veículo de uso exclusivo da Vigilância Sanitária.	100%	100%	100%	100%
	Aquisição de 01 (hum) veículo cabine dupla 1.6, para campanha de vacinação antirrábica, através de Recurso próprio, Emenda Parlamentar, Portaria Ministerial ou Fundo a Fundo.	100%	100%	100%	100%
	Aquisição de Equipamentos e materiais permanentes, através de Recurso Próprio ou Fundo a Fundo .	100%	100%	100%	100%
	Padronizar os modelos de termos legais da VISA através de ato do gestor municipal de saúde.	80%	100%	100%	100%
	Confeccionar e implementar os termos legais padronizados da VISA	100%	100%	100%	100%
Manter a Inspeção Sanitária	Fiscalizar e monitorar os estabelecimentos que estão sob vigilância da VISA de acordo com a portaria 1058/2014.	100%	100%	100%	100%

	Implementar o programa de monitoramento de produtos.	50%	50%	50%	50%
Realizar atividade educativa para profissionais do setor regulador.	Promover eventos de divulgação de normas sanitárias e capacitação dos profissionais do setor regulado.	100%	100%	100%	100%
Elaborar materiais educativos	Elaborar programa de comunicação e divulgação de informações em VISA.	90%	90%	90%	90%
	Proceder a revisão e adequação de material educativo de VISA disponível.	100%	100%	100%	100%
Implantar as ações de notificação, investigação e inspeção com a Vigilância Epidemiológica, Ambiental, Saúde do Trabalhador e Assistência	Elaborar, imprimir e distribuir material educativo definido no programa de comunicação e informação.	90%	90%	90%	90%
	Promover articulação com as áreas de vigilância e assistência para programação de ações conjuntas.	100%	100%	100%	100%
Participar dos processos de educação destinados às equipes de saúde da família e ACS	Executar ações programadas.	100%	100%	100%	100%
	Definir conjunto de informações de VISA para inserção nos processos de educação destinados às equipes de saúde da família e ACS.	50%	70%	90%	100%
Participar em instâncias de Controle Social do SUS	Realizar atividades de monitoria nos cursos.	50%	70%	90%	100%
	Pautar temas de interesse da VISA no Conselho de Saúde.	100%	100%	100%	100%
Participar de processos de qualificação de gestores	Participar de eventos promovidas pelos Conselhos de Saúde.	100%	100%	100%	100%
	Promover eventos para sensibilização de gestores sobre VISA.	100%	100%	100%	100%
	Promover a qualificação da	100%	100%	100%	100%

	Cadastrar os estabelecimentos de interesse à saúde pública com atividades sob Vigilância Sanitária.	70%	70%	70%	70%
	Manter cadastro de estabelecimento atualizado.	100%	100%	100%	100%
	Executar ações de VISA pactuadas com os servidores municipais de acordo com a Portaria nº 1.058/2014.	100%	100%	100%	100%
Elaborar o Plano de Capacitação da VISA	Elaborar e executar o plano de capacitação para a equipe VISA possibilitando a sua participação nas capacitações oferecidas pela SES, ANVISA, FIOCRUZ e outras Instituições de Ensino e Pesquisa.	100%	100%	100%	100%
Estabelecer parcerias com órgãos de atividade afins	Estabelecer ações integradas com outros órgãos da estrutura municipal no processo de licenciamento anual dos estabelecimentos com a orientação da documentação necessária para cada perfil de estabelecimento.	100%	100%	100%	100%
	Parceria com outras secretarias municipais para o desenvolvimento de ações da VISA.	100%	100%	100%	100%
Implementar Sistema de Informação	Definir Sistema de Informação para a VISA.	-	50%	60%	70%
	Implantar e operacionalizar Sistema de Informação.	-	50%	60%	70%
	Capacitar equipe para utilização do Sistema de Informação.	-	50%	60%	70%
Realizar coleta de amostra para análise.	Definir prioridades para o programa de monitoramento de produtos, conforme solicitado pela SES.	100%	100%	100%	100%
	Estabelecer com o LACEN as ações laboratoriais para os produtos priorizados.	100%	100%	100%	100%

	Coordenação de VISA para adoção dos instrumentos de gestão do SUS.				
Participar da Campanha Anual de Vacinação Antirrábica Animal.	Realizar Campanha Anual de Vacinação Antirrábica Animal.	80%	80%	80%	80%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	100%	100%	100%	100%
Desenvolver projetos	Elaboração e implementação de projetos da VISA, com parceria com a Secretaria da Educação.	100%	100%	100%	100%

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE					
DIREÇÃO: Hospital Maternidade Municipal de Seropédica					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Garantir manutenção e da operacionalização da Maternidade Municipal de Seropédica	Repassar programado de todos os insumos, de materiais e equipamentos necessários, de reposição e/ou uso permanente de todos os setores.	80%	90%	100%	100%
	Manutenção dos equipamentos com rotina de avaliações de resolução de possíveis avarias.	80%	90%	100%	100%
	Garantir serviço de esterilização com todos os componentes necessários modernizados para sua execução de forma segura e hábil.	80%	90%	100%	100%
	Implantar sistema de informatização de banco de dados de usuários.	80%	90%	100%	100%
	Garantir a manutenção dos leitos disponíveis.	80%	90%	100%	100%
	Implantar plano de gerenciamento de resíduos hospitalares.	70%	80%	90%	100%

	Propor a implantação de execução de determinadas cirurgias ginecológicas eletivas.	70%	80%	90%	100%
	Implantar o pré natal para adolescentes.	70%	80%	90%	100%
	Implantar o núcleo interno de regulação como meio de acesso ao SISREG.	70%	80%	90%	100%
	Garantir plena atuação das Comissões de revisão de óbito, prontuários e CCIH.	70%	80%	90%	100%
	Garantir rede de internet com alta velocidade de transmissão.	70%	80%	90%	100%
	Garantir o atendimento da demanda estabelecida pelo fluxo do Planejamento Familiar oriundo das Unidades Básicas de Saúde.	70%	80%	90%	100%
	Ofertar condições de estocagem de material com adequação do espaço físico do almoxarifado.	70%	80%	90%	100%
	Qualificar profissionais da recepção e todos do quadro geral da maternidade no atendimento humanizado.	70%	80%	90%	100%
	Garantir condições de conforto e espaço necessário no refeitório da maternidade.	70%	80%	90%	100%
	Criar mecanismos de avaliação de desempenho dos serviços prestados com análise e monitoramento de indicadores hospitalares.	70%	80%	90%	100%
	Garantir manutenção de quadro de funcionários com contratação imediata de pessoal em caso de perda de funcionário.	70%	80%	90%	100%

99

operacionalização do Laboratório Municipal de Saúde	de todos os equipamentos necessário do laboratório.	80%	90%	100%	100%
	Informatização do laboratório para banco de dados de usuários e acesso via internet de resultados de exames.	80%	90%	100%	100%
	Repasse programado dos insumos necessários para realização dos exames.	80%	90%	100%	100%
	Qualificação de pessoal de recepção na humanização do atendimento.	80%	90%	100%	100%
	Garantir realização dos exames em tempo hábil em resposta à solicitação de unidades de saúde.	80%	90%	100%	100%
	Garantir acesso a contato telefônico com pacientes e unidades de saúde.	80%	90%	100%	100%
	Criar mecanismo de rotina para coleta de material em Unidades de Saúde.	80%	90%	100%	100%
	Implementação do fluxo de informação junto a Vigilância Epidemiológica dos pacientes atendidos com exames e resultados de agravos e doenças de notificação compulsória.	80%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Garantir a Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais do Laboratório em suas diferentes áreas para garantir a qualidade do programa.	80%	90%	100%	100%

DIRETRIZ: GARANTIR A INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE

DIREÇÃO: Diretoria de Assistência Especializada em Saúde

COORDENAÇÃO: Farmácia

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Garantir a assistência	Adequar aquisição de medicamentos				

101

	Garantir respostas aos exames solicitados ao laboratório municipal de análises.	70%	80%	90%	100%
Implementação da adesão à Rede Cegonha	Garantir a execução de todas as ações contempladas na Rede Cegonha.	70%	80%	90%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Maternidade, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	70%	80%	90%	100%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.	70%	80%	85%	90%
Reformar, Ampliar ou adequar o espaço físico da Maternidade, através de recurso próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria Ministeriais de incentivo financeiro .	Realizações de reformas, ampliações, adequações necessárias ou construção.	50%	80%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Garantir a Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais da maternidade em suas diferentes áreas para garantir a qualidade do programa.	80%	90%	100%	100%

DIRETRIZ: GARANTIR A INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE

DIREÇÃO: Diretoria de Assistência Especializada em Saúde

COORDENAÇÃO: Laboratório

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Garantir manutenção e	Manutenção e modernização de				

100

farmacêutica e suprimentos ao Sistema Municipal de Saúde	de acordo com demanda das necessidades apontadas pelas unidades e programas de saúde.	80%	90%	100%	100%
	Garantir estoque extra de medicamentos necessário em situações de atendimentos de urgência e emergenciais e de epidemias.	80%	90%	100%	100%
	Garantir oferta programada de medicamentos básicos às Unidades de Saúde.	80%	90%	100%	100%
	Revisar rotineiramente elenco de medicamentos básicos que possam contemplar eventuais necessidades de exclusão ou inclusão de fármacos.	80%	90%	100%	100%
	Implementar informatização do setor com sistema, banco de dados e montagens de planilhas de estoque e dispensação.	80%	90%	100%	100%
	Garantir acesso a Internet e implantação do Sistema HORUS.	50%	80%	85%	100%
	Criar o Plano Municipal de Assistência Farmacêutica.	50%	70%	80%	100%
Ofertar Medicamentos da Saúde da Mulher e Diabetes	Realizar a dispensação de medicamentos contraceptivos e insulinas aos munícipes nas unidades de ESF de difícil acesso pelo NASF.	80%	90%	100%	100%
Ofertar repelente para a prevenção de Zika, Febre Amarela, Dengue e Chikungunya.	Garantir a dispensação dos repelentes para todas as gestantes e usuários impossibilitados de realizar a vacinação de Febre Amarela em todas as farmácias e ESFs do município.	80%	90%	100%	100%
Ampliar a Rede da Assistência farmacêutica Municipal.	Aumentar a quantidade de polos de dispensação de Medicamentos no Município, a fim de facilitar o acesso do usuário.	-	50%	80%	100%

102

Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Farmácia, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Centro de especialidade Médicas – CEMES.	50%	80%	90%	100%
	Aquisição para o Centro de Reabilitação Física de equipamentos e matérias permanentes, através de, Recurso próprio, com recurso de investimento ou Emenda Parlamentar.	50%	80%	90%	100%
	Aquisição de 01 (um) veículo para o transporte dos pacientes sem condições físicas para chegarem ao Centro de Reabilitação, através de Emenda Parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	-	50%	80%	100%
Manter 100% das atividades em funcionamento de CEMES.	Manutenção das ações.	80%	90%	95%	100%
	Manter o Centro de Especialização de Reabilitação Física em funcionamento com recursos de custeio, portarias ou recursos próprio.	80%	90%	95%	100%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.	80%	90%	95%	100%
Manter os equipamentos do CEMES com manutenção preventiva e corretiva.	Manutenção de todos equipamentos.	80%	90%	95%	100%
Reformar, Ampliar ou adequar o espaço físico do CEMES, através de recurso próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria	Realizações de reformas, ampliação ou adequações necessárias.	80%	90%	95%	100%

103

	Avaliação sistemática de resultados.	80%	90%	100%	100%
	Incluir na estrutura do organograma da Secretaria M. de Saúde e Defesa Civil todas coordenação novas e atualizar os nomes das existente.	-	80%	90%	100%
	Manter o setor de TFD	-	80%	80%	100%
	Aquisição de Equipamentos e materiais permanente para o setor de TFD (Tratamento Fora Domiciliar), através de recurso Próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria Ministerial.	-	80%	80%	100%
	Implantação do sistema informatizado para o de TFD (Tratamento Fora Domiciliar)	-	80%	80%	100%
Elaborar os projetos estruturantes que permitam a inserção na rede de serviços de novos programas e ações de saúde.	Elaboração de projetos estruturantes que permitam a inserção na rede de serviços de novos programas e ações de saúde.	80%	90%	100%	100%
Elaborar os projetos estruturantes que permitam a ampliação e adequação da grade de funcionários públicos da rede da SMS	Projeto de oferta de concurso público para ampliação de funcionários com vínculo protegido na SMS.	80%	90%	100%	100%
Desenvolver e coordenar o processo planejamento estratégico de ações e serviços de saúde em todos os níveis e setores da Secretaria Municipal de Saúde	Definição das prioridades e a proposta de gestão componentes do Plano Municipal de Saúde, observando as diretrizes emanadas do planejamento estratégico, do controle social e da gestão municipal.	80%	90%	100%	100%
	Coordenar a elaboração de Planos Municipais de Saúde, dos Relatórios de Gestão, das Agendas Municipais de Saúde e de outros instrumentos de gestão.	100%	100%	100%	100%

105

Ministeriais de incentivo financeiro .					
	Reformar ou ampliar o centro de Especialidade de Reabilitação Física com recursos de Portarias Ministeriais, Emenda parlamentar ou Recurso próprio.	80%	90%	100%	100%
Garantir a Educação continuada dos profissionais, através de recurso próprio ou Portaria Ministeriais de incentivo financeiro.	Realizar treinamentos para manter a qualificação de todos os profissionais da Rede da Assistência Farmacêutica em suas diferentes áreas para garantir a qualidade do programa com atendimento humanizado, Biossegurança e a segurança do paciente.	70%	80%	90%	100%
Manter Recursos Humanos da Rede de Tenção especializada, CEMES.	Garantir a contratação de profissionais para as diferentes áreas e funções para operacionalização do CEMES.	70%	80%	90%	100%
	Qualificar e capacitar todos os profissionais do CEMES em suas diferentes áreas para garantir o atendimento de qualidade.	70%	80%	90%	100%

104

	Executar avaliação sistemática das ações e das políticas de saúde implantadas na Secretaria Municipal de Saúde, monitorando a execução do Plano Municipal de Saúde e produzindo análises diagnósticas de situação por quadrimestre e anuais, capazes de orientar os ajustes necessários e subsidiar novas políticas, planos e projetos.	90%	90%	100%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	90%	90%	95%	100%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DA GESTÃO INTERFEDERATIVA DO SUS, DE MODO A MELHORAR E APERFEIÇOAR A CAPACIDADE RESOLUTIVA DAS AÇÕES E SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

DIREÇÃO: Planejamento e Programação em Saúde

COORDENAÇÃO: Comissão de Regulação, Avaliação, Auditoria e Controle

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Monitorar o cadastro de toda a população no cartão SUS	Realizar a identificação dos usuários do SUS, com vistas à vinculação de cliente e à sistematização de oferta dos serviços de saúde.	70%	70%	70%	70%
Monitorar e avaliar a Plano de Ações em Vigilância em Saúde de (PAVS).	Monitorar e avaliar as ações de vigilância em saúde, realizadas em seu território por intermédio de indicadores, desempenho, envolvendo aspectos epidemiológicos e operacionais no cumprimento de metas pactuadas.	80%	80%	80%	80%
Usar protocolos clínicos e outras diretrizes terapêuticas	Implantar e implementar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, em consonância com protocolos e diretrizes nacionais e estaduais nos serviços municipais de saúde.	80%	80%	80%	80%
Usar protocolos de regulação e de acesso	Implantar e implementar os fluxos de regulação de acesso de acordo com a PPI e os protocolos proposto pelos gestores federais, estaduais e /ou regionais nos serviços municipais de	80%	80%	80%	80%

106

	saúde.				
Utilizar plenamente a Programação Pactuada Integrada (PPI)	Controlar o sistema de referencia e contra - referencia de acordo com a Programação Pactuada e Integrada da Assistência procedendo à solicitação e /ou autorização previa quando couber.	80%	80%	80%	80%
	Conhecer a Programação Pactuada Integrada (PPI), os procedimentos pactuados e os municípios executores.	100%	100%	100%	100%
	Possuir processos para autorização dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares.	80%	80%	80%	80%
Definir a programação físico-financeiro por estabelecimento de saúde.	Estabelecer a programação físico-financeiro de cada prestador e emitir Ficha de Programação Orçamentária (FPO), respeitando o teto estabelecido na PPI por grupo (macro alocação).	100%	100%	100%	100%
Observar as normas dos estabelecimentos de saúde próprias e contratados.	Autorizar os procedimentos de alto custo através de APAC'S (autorização de procedimentos de alto custo e complexidade), BPA e AIHs, conforme sua capacidade de gestão, quanto couber.	100%	100%	100%	100%
	Possuir médico autorizador.	01	01	01	01
Processar a produção dos estabelecimentos de saúde próprias e contratados.	Realiza o processamento do SIS/SUS, BPA, AIH e APAC, pelos estabelecimentos de saúde que tem contrato/convênio SUS.	80%	80%	80%	80%
Garantir o pagamento dos prestadores de serviço.	Realizar o pagamento dos prestadores de serviço.	80%	80%	80%	80%
Implantar o complexo regulador para os serviços presentes no seu território, de acordo	Controlar a regulação dos serviços de saúde que estão determinado com sua responsabilidade.	90%	100%	100%	100%

107

Implantar o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria.	Implementar a auditoria sobre toda a produção de serviços de saúde públicos e privados, sob sua gestão, tomando com referencia as ações previstas no plano municipal de saúde e em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial.	70%	70%	85%	100%
	Realizar auditorias analíticas e operativas periódicas nas Unidades de saúde elaborando os respectivos relatórios e informando-os ao gestor local e ao Conselho Municipal de Saúde.	80%	85%	95%	100%
	Elaborar normas técnicas, complementares as das esferas estaduais e federais, para o município	-	50%	80%	80%
Elaborar o regimento e Regulamento do componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria.	Elabora o plano de Regulação, Controle e Avaliação.	-	50%	80%	80%
	Elabora normas técnicas municipais complementares às dos outros níveis.	-	50%	80%	80%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	50%	70%	80%	95%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DA GESTÃO INTERFEDERATIVA DO SUS, DE MODO A MELHORAR E APERFEIÇOAR A CAPACIDADE RESOLUTIVA DAS AÇÕES E SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

COORDENAÇÃO: Ouvidoria

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
	Melhor adequação de espaço físico de acordo com os requisitos para atendimento do serviço de Ouvidoria.	50%	80%	90%	100%
	Adquirir, identificar e relacionar os equipamentos e mobiliário, e garantir acesso a Internet.	70%	80%	90%	100%

109

com pactuação estabelecida.	Regular o acesso de consultas e exame de média e alta complexidade.	80%	90%	100%	100%
Manter a Co-gestão com o estado e outros municípios das referências intermunicipais.	Garantir pleno funcionamento do complexo de regulação articulado com estado e outros municípios para as referências e contra referências estabelecidas em pactuações prévias	80%	80%	80%	80%
Executar o controle do acesso ao serviços de saúde	Regulação do acesso dos municípes a leitos hospitalares, a consultas, terapias e exames especializados, outro serviços de saúde	80%	80%	80%	80%
Executar a regulação da atenção pré-hospitalar e de urgências,	Integrar à rede do sistema de regulação a atenção Pré-Hospitalar de Urgência e proceder a regulação desses serviços.	50%	50%	100%	100%
Contratar os prestadores de acordo com a política nacional de contratação de serviços de saúde.	Efetuar a contratualização dos prestadores de serviços de saúde que sejam da esfera municipal e dos filantrópicos e privados localizados em seu território em conformidade com o planejamento e a programação pactuada e integrada da atenção à saúde.	80%	80%	90%	100%
Monitorar e fiscalizar os contratos e convênios com prestadores contratados e conveniados, bem como das unidades publicas.	Garantir o monitoramento e a avaliações de todos os prestadores de serviços de saúde nas unidades de saúde, por meio de pleno cumprimento dos contratos convênios, em conformidade com os planos Operativos, através das comissões de acompanhamento com prestadores contratados e conveniados, bem como das unidades publicas.	90%	80%	100%	100%
Avaliar os desempenho das Unidades de Saúde na produção dos serviços.	Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação ambulatorial.	80%	80%	100%	100%
Garantir anualmente a apresentação do Relatório Anual de Gestão (RAG)	Implementar a avaliação das ações de saúde nas unidades de saúde, por meio de análise de dados, de indicadores e verificação do desempenho apresentado com relação aos padrões de parâmetros definidos.	70%	70%	85%	100%

108

Estruturar o Serviço Municipal de Ouvidoria em Saúde.	Elaborar e apresentar ao Conselho Municipal de Saúde Projeto de Implantação da Ouvidoria Municipal de Saúde.	-	70%	90%	100%
	Desenvolver a criação e publicação de instrumento normativo, que regulamente e defina no organograma, o serviço de Ouvidoria no município.	-	70%	90%	100%
	Compor equipe mínima para atuar no Serviço de Ouvidoria	50%	70%	80%	100%
Estabelecer fluxo de Trabalho	Apresentar junto ao Departamento de Ouvidoria Geral do SUS - Doges/SGEP-MS, o Plano de Ação para a implantação/implementação de Ouvidoria do SUS com o sistema informatizado ouvidor SUS nível 1.	-	50%	80%	100%
	Estabelecer fluxo de trabalho que mantenham a resolutividade e respeite os prazos estabelecidos.	-	50%	80%	100%
	Divulgar junto aos setores que integram o SUS no município, o papel da Ouvidoria.	70%	80%	100%	100%
Gerar informações quanto à qualidade das ações e dos serviços.	Estabelecer a Rede da Ouvidoria do SUS.	50%	70%	0%	100%
	Elaborar relatórios mensalmente	80%	80%	80%	80%
Capacitação de equipe de Ouvidoria	Construir indicadores para estudo e avaliações.	80%	80%	80%	80%
	Capacitação em Ouvidoria do SUS – SES/RJ.	70%	70%	70%	70%
	Tecendo a Rede do SNO-DOGES/MS.	30%	30%	30%	30%
	Capacitação Sistema Ouvidor SUS - Nível 1.	80%	80%	80%	80%
	Capacitação de Monitoramento DOGES/MS.	-	30%	30%	30%

110

	Capacitação sobre a gestão da Qualidade das Ouvidorias Públicas - DOGES/MS.	30%	30%	30%	30%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento das demandas da ouvidoria, através de Emenda Parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	-	70%	95%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	70%	80%	90%	95%

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DA GESTÃO INTERFEDERATIVA DO SUS

COMPONENTE: Conselho Municipal de Saúde

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Ampliar e fortalecer a participação popular e o controle social através do Conselho Municipal de Saúde	Fortalecer o cumprimento da Lei nº 8.142/90 do MS e da Resolução nº 453/2012 do CNS que versam sobre a importância e o papel do Conselho M. de Saúde na gestão do SUS no município.	80%	90%	95%	100%
	Garantir repasse de material necessário para execução das atividades pertinentes ao Conselho Municipal de Saúde.	80%	90%	100%	100%
	Prover de condições mínimas necessárias para realização de conferências e fóruns de saúde, além dos eventos necessários para o controle social.	80%	90%	95%	100%
	Estimular o processo de discussão e controle social no espaço regional garantindo transporte para componentes do Conselho	80%	90%	95%	100%
	Apoiar capacitação de conselheiros sempre quando necessário.	80%	90%	95%	100%

111

	Garantir o repasse programado de todos os insumos, aquisição de materiais e equipamentos necessários, para equipar e/ou reposição de uso permanente para a Rede de Urgência e Emergência do município.	80%	85%	90%	100%
	Garantir a manutenção dos equipamentos das Unidades de Urgência e Emergência através de processo para contratação de empresa de manutenção com rotina de avaliações para resolução de possíveis avarias	80%	85%	90%	100%
Manter Recursos Humanos da Rede de Urgência e Emergência	Garantir a contratação de profissionais para todas as equipes nas suas diferentes áreas e funções para operacionalização da Rede de Urgência e Emergência do município.	70%	80%	90%	100%
	Qualificar e capacitar todos os profissionais das Unidades de Urgência e Emergência em suas diferentes áreas para garantir o atendimento Humanizado.	70%	80%	90%	100%
Ampliar o número de pessoas assistidas em hospitais quando acidentada melhorando a suficiência e eficiência da atenção prestada à vítima antes e	Garantir equipe para ações de urgência e emergências em transporte de ambulâncias.	80%	80%	85%	100%
	Manutenção das atividades realizadas através do uso de viaturas e ambulâncias.	80%	80%	85%	100%

113

	Garantir participação na discussão de construção de todas as propostas, projetos, planos e relatórios da Saúde pelos conselheiros na sua construção	80%	90%	95%	100%
	Garantir apresentação de todas as propostas, projetos, planos e relatórios da Saúde para apreciação e validação do Conselho Municipal de Saúde.	80%	90%	95%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento das demandas, através de Recurso Próprio.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	-	70%	80%	100%
	Aquisição de um veículo.	01	-	-	-
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.	80%	90%	90%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratação dos profissionais para Assessoria Jurídica e Contábil, Secretária Executiva e Secretária Administrativa para garantir a operacionalização do Conselho com qualidade.	80%	90%	90%	100%

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE

DIREÇÃO: Diretoria de Assistência Especializada em Saúde

COORDENAÇÃO: Urgências e Emergências

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Manter a atenção à da Rede de Atenção das Urgências e Emergências.	Reestruturação e ampliação da Rede Municipal de Urgência e Emergência com implantação de Unidade UPA 24hs e as mudanças necessárias para sua execução.	70%	80%	90%	100%

112

após (chegada e saída de hospital) com objetivo de redução de óbitos	Garantir manutenção e outras necessidades das viaturas e ambulâncias da SMS com contratação de empresa especializada.	90%	80%	85%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento da Rede de Urgência e Emergência, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	70%	80%	90%	100%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.	70%	80%	90%	100%
Reformar, Ampliar ou adequar o espaço físico das unidades da Rede de Urgência e Emergência, através de recurso próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria Ministeriais de incentivo financeiro .	Realizações de reformas, ampliações, adequações necessárias ou construção.	70%	80%	90%	100%
Manter Recursos Humanos	Contratações, capacitação, qualificação e atualização dos profissionais para garantir a qualidade do programa.	80%	80%	90%	100%

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE

DIREÇÃO: Diretoria de Assistência Especializada em Saúde

COORDENAÇÃO: CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS - CEMES

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
	Garantir o atendimento das demandas de usuários estabelecidas pelos fluxos oriundos das Unidades de	80%	90%	90%	100%

114

Operacionalizar o Centro Municipal de Especialidades Médicas – CEMES.	Saúde.				
	Garantir manutenção de equipe com os profissionais especialistas necessários nas diversas áreas de média complexidade.	80%	80%	90%	100%
	Garantir repasse programado de todos os insumos, de materiais e equipamentos necessários, de reposição e/ou uso permanente de todos os setores do Centro de Especialidades Médicas.	80%	80%	90%	100%
	Possibilitar oferta e manutenção de rede de internet com alta velocidade de transmissão.	80%	90%	90%	100%
Adquirir materiais de consumo e outros necessários ao atendimento das diversas especialidades no CEMES, através de Recurso próprio, Emenda Parlamentar, ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de materiais de consumo, medicamento e outros.	80%	80%	90%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento das diversas especialidades, através de Emenda Parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Centro de especialidade Médicas – CEMES	70%	80%	90%	100%
	Aquisição para o Centro de Reabilitação Física de equipamentos e matérias permanentes, através de, Recurso próprio, com recurso de investimento ou Emenda Parlamentar.	70%	80%	90%	100%
	Aquisição de 01 (hum) veículo para o transporte dos pacientes	70%	80%	90%	100%

115

DIRETRIZ: GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE					
DIREÇÃO: Diretoria de Assistência Especializada em Saúde					
COORDENAÇÃO: CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICA - CEO					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Adquirir materiais de consumo, medicamentos e outros necessários ao atendimento odontológico no CEO, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de materiais de consumo, medicamento e outros.	80%	80%	85%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento odontológico CEO, através de emenda parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	-	90%	95%	100%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.	50%	80%	90%	100%
Reformar, Ampliar ou adequar o espaço físico do CEO, através de recurso próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria Ministeriais de incentivo financeiro.	Realizações de reformas, ampliação ou adequações necessárias.	80%	90%	90%	100%
Manter Recursos Humanos do Centro de Especialidade Odontológica - CEO.	Garantir a contratação de profissionais para todas equipes nas suas diferentes áreas e funções para operacionalização do CEO.	80%	90%	90%	100%
	Qualificar e capacitar todos os profissionais do CEO em suas diferentes áreas para garantir o atendimento de qualidade.	80%	90%	90%	100%

117

	sem condições físicas para chagarem ao Centro de Reabilitação, através de Emenda Parlamentar, Recurso próprio ou Portaria de incentivo financeiro.				
Manter as atividades em funcionamento de CEMES.	Manutenção das ações.	80%	90%	95%	100%
	Manter o Centro de Especialização de Reabilitação Física em funcionamento com recursos de custeio, portarias ou recursos próprio.	80%	90%	95%	100%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.	80%	90%	95%	100%
Manter os equipamentos do CEMES com manutenção preventiva e corretiva.	Manutenção de todos equipamentos.	80%	90%	95%	100%
Reformar, Ampliar ou adequar o espaço físico do CEMES, através de recurso próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria Ministeriais de incentivo financeiro .	Realizações de reformas, ampliação ou adequações necessárias.	80%	90%	95%	100%
	Reformar ou ampliar o centro de Especialidade de Reabilitação Física com recursos de Portarias Ministeriais, Emenda parlamentar ou Recurso próprio.	80%	85%	90%	100%
Manter Recursos Humanos da Rede de Tenção especializada, CEMES	Garantir a contratação de profissionais para as diferentes áreas e funções para operacionalização do CEMES.	80%	90%	95%	100%
	Qualificar e capacitar todos os profissionais do CEMES em suas diferentes áreas para garantir o atendimento de qualidade.	80%	90%	95%	100%

116

DIRETRIZ: ORGANIZAÇÃO DA LINHA DE CUIDADOS DA PESSOA COM DOENÇAS RENAL (RDC)					
DIREÇÃO: Diretoria de Assistência Especializada em Saúde					
COORDENAÇÃO: Coordenação de Atenção Especializada					
Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Organizar a linha de cuidados a pessoa com RDC	Foca nas necessidades de saúde, pela atenção básica, contemplando todos os níveis.	-	80%	90%	100%
	Diagnostico precoce de modo a identificar as pessoas com RDC.	-	80%	90%	100%
	Garantir de financiamento, para prevenção e tratamento bem como para o cuidado das pessoas de Terapia Renal Substitutiva (TRS).	-	80%	90%	100%
Adquirir materiais de consumo, medicamentos e outros necessários ao tratamento de pessoas com doenças Renal (RDC), bem como para o cuidado das pessoas de Terapia Renal Substitutiva (TRS), através de Recurso Próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de materiais de consumo, medicamento e outros.	-	80%	90%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento de pessoas com doenças Renal (RDC), bem como para o cuidado das pessoas de Terapia Renal Substitutiva (TRS), através de Recurso Próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	-	80%	90%	100%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.	-	80%	90%	100%

118

Garantir Recursos Humanos.	Garantir a contratação de profissionais para todas equipes nas suas diferentes áreas e funções.	-	80%	90%	100%
----------------------------	---	---	-----	-----	------

DIRETRIZ: INSTITUIÇÃO DO CUIDADO PROGRAMÁTICO AOS PACIENTES CRÍTICOS OU GRAVE COM OS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA ADMISSÃO E ALTA

DIREÇÃO: Diretoria de Assistência Especializada em Saúde

COORDENAÇÃO: Coordenação de Atenção Especializada

Objetivo	Ação	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Instituir o cuidado progressivo ao paciente crítico ou grave.	Adotar os Protocolos do Ministério da Saúde (MS), para unidades de terapia Intensiva (UTI).	-	-	50%	100%
	Adotar regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de Saúde do MS.	-	-	50%	100%
Adquirir materiais de consumo, medicamentos e outros necessários ao atendimento ao paciente crítico ou grave, através de Recurso Próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de materiais de consumo, medicamento e outro.	80%	90%	90%	100%
Adquirir equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento ao paciente crítico ou grave, através de Recurso Próprio, Emenda Parlamentar ou Portaria de incentivo financeiro.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	80%	90%	90%	100%
Contratar um serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo na prestação de serviços a reposição de peças necessárias, e/ou reposição temporária dos equipamentos, evitando a interrupção na oferta dos serviços.	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.	80%	90%	90%	100%
Garantir Recursos Humanos.	Garantir a contratação de profissionais para todas equipes nas suas diferentes áreas e funções.	80%	90%	90%	100%

119



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Secretaria Municipal de Suprimentos



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2018

PROCESSO: 4419/2018

A Secretaria Municipal de Suprimento da Prefeitura Municipal de Seropédica, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada.

OBJETO RESUMIDO: – A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, CAPINA MANUAL E MECÂNICA E CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, conforme o disposto no Termo de Referência – Anexo V, parte integrante e inseparável deste edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR VALOR GLOBAL.

DATA e HORA DA REALIZAÇÃO: 10 de Agosto de 2018, às 08h00min.

LOCAL: Rua Maria Lourenço, 18- Sala de Reuniões- Fazenda Caxias- Centro- Seropédica - RJ

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Junto a Secretaria Municipal de Suprimentos, nas dependências da Prefeitura Municipal de Seropédica, Rua Maria Lourenço, 18- Fazenda Caxias- Centro- Seropédica - RJ, de segunda a sexta de 09:00 às 16:00 horas.

CUSTO: O edital e seus anexos poderão ser adquiridos, mediante a entrega de uma resma de papel A4, no endereço acima.

Seropédica, 27 de Julho de 2018.

JOSÉ ANTONIO GUIMARÃES CUNHA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SUPRIMENTO

014 . MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Plano Municipal de Saúde é um importante instrumento de orientação da política do setor, sendo sua operacionalização assegurada através da pactuação com técnicos da área, gestores, prestadores de serviço e importante setores da sociedade.

Trata-se de um documento em permanente construção, onde a dinâmica da saúde impõe constantes atualizações de ações e metas.

Com vista ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas deste Plano, a gestão, o monitoramento e a avaliação, serão executados em parceria com gestores, técnicos e controle social, sob a coordenação geral da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.

As ações referente a esse processo estarão apoiadas em informações técnicas e operacionais, bem como, através da Programação Anual de Saúde e dos Relatórios Anuais de Gestão e a avaliação/reavaliação dos indicadores.

Os resultados alcançados serão disponibilizados nas Audiências Públicas, e no Relatório de Gestão, previsto no artigo nº 36, da Lei Complementar nº 141/2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SEROPÉDICA/RJ
DIREÇÃO DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO EM SAÚDE

120



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Secretaria Municipal de Suprimentos



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 029/2018

PROCESSO: 3170/2018

A Secretaria Municipal de Suprimento da Prefeitura Municipal de Seropédica, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada.

OBJETO RESUMIDO: – A presente licitação tem como objeto o registro de preço para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL PARA LIMPEZA DAS PISCINAS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, conforme o disposto no Termo de Referência – Anexo V, parte integrante e inseparável deste edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

DATA e HORA DA REALIZAÇÃO: 10 de Agosto de 2018, às 10h00min.

LOCAL: Rua Maria Lourenço, 18- Sala de Reuniões- Fazenda Caxias- Centro- Seropédica - RJ

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Junto a Secretaria Municipal de Suprimentos, nas dependências da Prefeitura Municipal de Seropédica, Rua Maria Lourenço, 18- Fazenda Caxias- Centro- Seropédica - RJ, de segunda a sexta de 09:00 às 16:00 horas.

CUSTO: O edital e seus anexos poderão ser adquiridos, mediante a entrega de uma resma de papel A4, no endereço acima.

Seropédica, 27 de Julho de 2018.

JOSÉ ANTONIO GUIMARÃES CUNHA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SUPRIMENTO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Secretaria Municipal de Suprimentos



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 030/2018

PROCESSO: 687/2018

A Secretaria Municipal de Suprimento da Prefeitura Municipal de Seropédica, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada.

OBJETO RESUMIDO: – A presente licitação tem como objeto o registro de preço para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA PEQUENOS REPAROS NAS UNIDADES ESCOLARES**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, conforme o disposto no Termo de Referência – Anexo V, parte integrante e inseparável deste edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

DATA e HORA DA REALIZAÇÃO: 10 de Agosto de 2018, às 16h00min.

LOCAL: Rua Maria Lourenço, 18- Sala de Reuniões- Fazenda Caxias- Centro- Seropédica - RJ

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Junto a Secretaria Municipal de Suprimentos, nas dependências da Prefeitura Municipal de Seropédica, Rua Maria Lourenço, 18- Fazenda Caxias- Centro- Seropédica - RJ, de segunda a sexta de 09:00 às 16:00 horas.

CUSTO: O edital e seus anexos poderão ser adquiridos, mediante a entrega de uma resma de papel A4, no endereço acima.

Seropédica, 27 de Julho de 2018.

JOSÉ ANTONIO GUIMARÃES CUNHA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SUPRIMENTO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Gabinete do Prefeito

ATO CONJUNTO Nº 24, DE 27 DE JULHO DE 2018.

Publica o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 3º Bimestre de 2018, em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PREFEITO MUNICIPAL SEROPÉDICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Publica o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 3º Bimestre de 2018, em cumprimento ao disposto no Art. 52 e 53 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Emerson Alves de Andrade
CRC RJ-103053/O-2

Nilo Sergio Palmeira
Sec. de Fazenda
Mat. 15557

Eduardo Leão dos Santos
Controlador Geral
Mat. 16057

Anabal Barbosa de Souza
Prefeito

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até 08/2018 (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	242.814,3	242.814,3	33.116,7	13,6	108.567,3	44,7	134.247,0
RECEITAS CORRENTES	242.748,3	242.748,3	33.116,7	13,6	108.567,3	44,7	134.180,0
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	22.727,8	22.727,8	3.410,8	15,0	13.270,1	58,4	5.457,7
Impostos	19.944,8	19.944,8	3.102,8	15,6	11.780,7	59,1	8.164,1
Taxas	2.783,0	2.783,0	307,9	11,1	1.489,4	53,5	1.293,6
Contribuições de Melhoria	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CONTRIBUIÇÕES	4.902,5	4.902,5	484,9	9,9	2.824,8	57,6	2.077,7
Contribuições Sociais	3.162,5	3.162,5	0,0	0,0	1.821,3	48,1	1.341,2
Contribuições Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contrib. para o Custeio do Serv. de Iluminação Pública	1.740,0	1.740,0	484,9	28,7	1.303,5	74,9	436,5
RECEITA PATRIMONIAL	3.160,4	3.160,4	382,8	11,5	1.270,0	40,2	1.890,4
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Valores Mobiliários	3.160,4	3.160,4	382,8	11,5	1.270,0	40,2	1.890,4
Deleg. Serv. Públ. Mod. Concess., Permiss., Autoriz., Licença	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cessão de Direitos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais Receitas Patrimoniais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA INDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços e Atividades Ref. à Navegação e Transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços e Atividades Ref. à Saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços e Atividades Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	211.265,9	211.265,9	28.617,7	13,6	91.011,0	43,1	120.254,9
Transferências da União e de suas Entidades	90.072,1	90.072,1	12.346,8	12,6	35.940,7	36,6	62.131,4
Transf. dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades	56.495,3	56.495,3	7.500,6	13,3	26.066,8	47,1	29.988,5
Transf. dos Municípios e suas Entidades	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transf. de Instituições Privadas	349,0	349,0	0,0	0,0	0,0	0,0	349,0
Transf. de Outras Instituições Públicas	58.349,8	58.349,8	8.940,4	15,3	28.463,8	50,5	27.885,9
Transf. do Exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transf. de Pessoas Físicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transf. de Pagos de Depósitos não Identificados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	690,6	690,6	60,8	8,7	191,4	27,6	509,2
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	308,0	308,0	5,1	1,7	21,2	6,9	286,8
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Públ.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais Receitas Correntes	382,6	382,6	55,6	14,4	170,2	44,9	214,4
RECEITAS DE CAPITAL	60,0	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0
OPERÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ALIENAÇÃO DE BENS	5,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0
Alienação de Bens Móveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alienação de Bens Imóveis	5,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	60,0	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0
Transf. da União e de suas Entidades	60,0	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0
Transf. dos Estados e do Dist. Federal e suas Entidades	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transf. dos Municípios e suas Entidades	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transf. de Instituições Privadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferência de Outras Instituições Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências do Exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de Pessoas Físicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transf. Provenientes de Depósitos não Identificados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Integralização do Capital Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resgate de Títulos do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (III)	1.100,0	1.100,0	0,0	0,0	2.181,5	198,3	-1.081,5
SUBTOTAL DAS RECEITAS (II+III)	243.914,3	243.914,3	33.116,7	13,6	110.748,8	45,4	133.165,5
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANÇ. (IV)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mobilização para Refinanciamento da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contratual para Refinanciamento da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mobilização para Refinanciamento da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contratual para Refinanciamento da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (II+IV)	243.914,3	243.914,3	33.116,7	13,6	110.748,8	45,4	133.165,5
TOTAL (VI) = (V+VI)	243.914,3	243.914,3	33.116,7	13,6	110.748,8	45,4	133.165,5
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (IV) (Saldo anterior)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Suprimento Financeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reabertura de Créditos Adicionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Continua (1/3)

SIGFIS - Versão 2018 Data de Emissão: 26/07/2018 15:06h Anexo 1 do RREO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até 06/2018 (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	1.100,0	1.100,0	0,0	0,0	2.181,5	198,3	-1.081,5
Impostos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição de Melhoria	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CONTRIBUIÇÕES	1.100,0	1.100,0	0,0	0,0	2.181,5	198,3	-1.081,5
Contribuições Sociais	1.100,0	1.100,0	0,0	0,0	2.181,5	198,3	-1.081,5
Contribuições Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contrib. Custeio do Serv. de Ilum. Públ.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA PATRIMONIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Valores Mobiliários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais Receitas Patrimoniais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA INDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços Adm. e Comerciais Gerais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços Ref. à Navegação e ao Transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Multas Adm., Contratuais e Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais Receitas Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ALIENAÇÃO DE BENS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alienação de Bens Móveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alienação de Bens Imóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alienação de Bens Intangíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Integralização do Capital Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	1.100,0	1.100,0	0,0	0,0	2.181,5	198,3	-1.081,5

Fonte : Relatórios Contábeis

Continua (2/3)

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

Continuação (3/3)

Table with columns: DESPESAS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, SALDO, DESPESAS LIQUIDADAS, SALDO. Includes subtotals for DESPESAS CORRENTES, DESPESAS DE CAPITAL, and DESPESAS DE CONTINGÊNCIA.

Fonte: Relatórios Contábeis

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

Table showing execution of expenses by function/subfunction. Columns include FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, SALDO, DESPESAS LIQUIDADAS, SALDO.

Summary table for expenses by function/subfunction, including subtotals for DESPESAS CORRENTES, DESPESAS DE CAPITAL, and DESPESAS DE CONTINGÊNCIA.

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

Detailed table of expense execution by function/subfunction, including categories like LEGISLATIVA, ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE, and EDUCAÇÃO.

Fonte: Relatórios Contábeis

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

Table showing monthly evolution of liquid current revenue from July 2017 to June 2018. Columns include ESPECIFICAÇÃO, JUL/2017, AGO/2017, SET/2017, OUT/2017, NOV/2017, DEZ/2017, JAN/2018, FEB/2018, MAR/2018, ABR/2018, MAI/2018, JUN/2018, TOTAL LÍQ. - 12 M., and PREVISÃO ATUALIZADA.

Fonte: Relatórios Contábeis

MUNICÍPIO DE SEROPEDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

LRF, art 53, inciso II - Anexo 4

R\$ Milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 3º Bim/2018	Até 3º Bim/2017
RECEITAS CORRENTES (I)	5.109,5	5.109,5	3.730,5	3.801,4
Receita de Contribuições do Segurados	0,0	0,0	0,0	2.415,5
Civil	0,0	0,0	0,0	2.415,5
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,0	0,0	0,0	2.415,5
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição de Pensionista Civil	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos de Contribuições Patrimoniais	4.647,5	4.647,5	3.702,8	1.348,0
Civil	4.647,5	4.647,5	3.702,8	1.348,0
Contribuição do Servidor Ativo Civil	4.647,5	4.647,5	3.702,8	1.348,0
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição de Pensionista Civil	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Regime de Purcamento de Dívidas	385,0	385,0	0,0	0,0
Recursos Patrimoniais	77,0	77,0	27,7	37,9
Recursos Imobiliários	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos de Valores Mobiliários	77,0	77,0	27,7	37,9
Outras Receitas Patrimoniais	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos de Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,0	0,0	0,0	0,0
Aportes Periódicos para Amortização do Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais Receitas Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,0	0,0	0,0	0,0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização de Empréstimos	0,0	0,0	0,0	0,0
Alienação de Ativos (V)	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + II + III)	5.109,5	5.109,5	3.730,5	3.801,4

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			3º Bim/2018	3º Bim/2017	3º Bim/2018	3º Bim/2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	4.349,5	4.349,5	5.832,2	4.098,0	5.832,2	4.080,2
ADMINISTRAÇÃO (V)	758,5	758,5	378,2	589,2	378,2	589,1
Despesas Correntes	688,5	688,5	370,7	589,2	370,7	589,1
Despesas de Capital	70,0	70,0	7,5	0,0	7,5	0,0
PREVIDÊNCIA (VI)	3.591,0	3.591,0	5.460,0	3.508,8	5.460,0	3.491,1
Benefícios - Civil	3.591,0	3.591,0	5.460,0	3.508,8	5.460,0	3.491,1
Aceitação de Pensões	2.981,0	2.981,0	4.943,0	2.670,3	4.943,0	2.952,6
Pensões	510,0	510,0	516,1	441,3	516,1	441,3
Outras Despesas Previdenciárias	100,0	100,0	0,0	97,2	0,0	97,2
Outras Despesas Previdenciárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais Despesas Previdenciárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	4.349,5	4.349,5	5.832,2	4.098,0	5.832,2	4.080,2
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VIII) = (IV - VII)	760,0	760,0	-1.101,7	-2.296,6	-2.101,7	-278,8

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR		0,0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR		0,0

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Jun/2018	Dez/2017
Caixa	0,0	0,0
Bancos Conta Movimento	110,5	6.218,6
Investimentos	7.815,9	0,0
Outros Bens e Direitos	0,0	0,0
TOTAL DE BENS E DIREITOS DO RPPS	7.926,4	6.218,6

SIGFIS - Versão 2018 Data de Emissão: 26/07/2018 15:08h Anexo 4 do RREO

MUNICÍPIO DE SEROPEDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

LRF, art 53, inciso III - Anexo 5

R\$ Milhares

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2017 (a)	Em 30/Abr/2018 (b)	Em 30/Jun/2018 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.992,5	8.935,9	8.936,1
DEDUÇÕES (II)	82.390,1	98.418,9	104.096,5
Disponibilidade de Caixa Bruta	91.030,6	103.522,3	109.199,9
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	8.640,5	5.103,4	5.103,4
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-77.397,6	-89.483,0	-95.160,4
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,0	0,0	0,0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	4.992,5	0,0	0,0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-82.390,1	-89.483,0	-95.160,4

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan/2018 até Jun/2018 (c - a)
VALOR	5.677,4	-12.770,3

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		Valor
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,0

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31/12/2017	Em 30/Abr/2018	Em 30/Jun/2018
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	110.327,5	166.702,8	166.702,8
Passivo Atuarial	110.327,5	166.702,8	166.702,8
Demais Dívidas	0,0	0,0	0,0
Deduções (VIII)	6.233,7	11.032,2	11.032,2
Ativo Disponível	6.233,7	3.631,6	3.631,6
Investimentos do RPPS	0,0	0,0	0,0
Haveres Financeiros	0,0	7.400,6	7.400,6
(-) Restos a Pagar Processados	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	104.093,8	155.670,6	155.670,6
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	104.093,8	155.670,6	155.670,6

Fonte : Relatórios Contábeis

SIGFIS - Versão 2018 Emissão: 26/07/2018 15:08h Anexo 5 do RREO

MUNICÍPIO DE SEROPEDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

LRF, art 53, inciso III - Anexo 6

R\$ Milhares

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	240.688,9	109.478,8	106.441,0
Receitas Tributárias	22.727,8	13.270,1	13.258,7
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	7.765,0	4.490,7	4.901,2
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	8.489,2	5.775,7	5.372,2
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	833,6	195,2	310,8
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.857,0	1.319,2	721,5
Outras Receitas Tributárias	2.783,0	1.489,3	1.953,0
Recursos de Contribuição	8.002,5	5.008,3	4.530,2
Recursos Patrimoniais Líquidos	0,0	0,0	0,0
Recursos Patrimoniais	3.160,4	1.270,0	1.624,8
(-) Aplicações Financeiras	3.160,4	1.270,0	1.624,8
Transferências Correntes ¹	211.265,9	91.011,0	88.441,4
Cota Parte FPM (80%)	41.202,8	13.940,6	12.850,2
Cota Parte ICMS (80%)	50.512,2	22.239,8	24.547,6
L.C. Nº 87/96 - ICMS Desoneração (80%)	205,4	70,2	91,2
Outras Transferências Correntes	119.345,5	54.760,4	50.952,4
Demais Receitas Correntes	692,7	191,4	210,7
RECEITAS DE CAPITAL (II)	65,0	0,0	1.308,4
Operações de Crédito (III)	0,0	0,0	0,0
Amortização de Empréstimos (IV)	0,0	0,0	0,0
Alienação de Ativos (V)	5,0	0,0	0,0
Transferências de Capital	60,0	0,0	1.308,4
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	60,0	0,0	1.308,4
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	240.748,9	109.478,8	107.749,4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017
DESPESAS CORRENTES (VIII)	217.259,1	153.256,7	129.683,8	82.785,1	58.987,2
Pessoal e Encargos Sociais	125.386,5	117.507,5	97.244,8	68.735,9	48.330,3
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1,0	0,0	600,0	0,0	139,6
Outras Despesas Correntes	91.861,7	35.749,2	31.839,0	14.049,2	10.517,2
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	217.258,1	153.256,7	129.683,8	82.785,1	58.847,6
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	24.590,0	3.849,2	8.007,7	1.412,5	4.513,9
Investimentos	19.298,9	1.967,8	7,7	100,7	7,7
Inversões Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Concessão de Empréstimos (XII)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais Inversões Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização da Dívida (XIV)	5.291,1	1.881,4	8.000,0	1.311,8	4.506,2
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	19.298,9	1.967,8	7,7	100,7	7,7
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6,8	0,0	0,0	0,0	0,0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS (XVII)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	236.563,8	155.224,5	139.691,3	82.885,8	58.855,3
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	4.185,1	-45.745,7	-21.211,9	26.593,0	48.894,1
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,0	0,0		

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,0

Fonte : Relatórios Contábeis
Nota : ¹Para efeito deste Demonstrativo, o montante das Transferências Correntes corresponde, dentre outras receitas, ao total das Transferências Intergovernamentais, excluídas as Deduções da Receita Corrente para Formação do FUNDEB.

SIGFIS - Versão 2018 Data de Emissão: 26/07/2018 15:09h Anexo 6 do RREO

MUNICÍPIO DE SEROPEDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

LRF, art 53, inciso V - Anexo 7

R\$ Milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					
	Inscritos		Canc.	Pagos	Saldo	Exerc. Ant.	Inscritos		Canc.	Pagos	Saldo
	Exerc. Ant.	2017					2017	2017			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARI)											
EXECUTIVO											
PREFEITURA SEROPEDICA	282,3	4.009,8	0,0	3.537,1	755,0	18.018,3	15.882,1	0,0	1.683,8	32.016,6	
FUNDO MUN SAÚDE SEROPEDICA	4.307,9	0,0	0,0	0,0	4.307,9	1.086,0	0,0	0,0	0,0	1.086,0	
FUNDO MUN ASSIST SOCIAL SEROPEDICA	30,1	6,7	0,0	0,0	36,8	69,0	41,5	0,0	28,2	82,3	
FUNDO MUN DIR CRIANÇA ADOL SEROPED	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	1,9	
INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL SEROPEI	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	541,0	0,0	0,0	0,0	541,0	
FUNDO M. CONSERV. AMBIENTAL SEROPED	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5	0,0	0,0	0,0	3,5	
CENTRO ESTUDOS JURÍD. POM SEROPEDÍ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0	2,8	
FUNDO ESP SECT ORDEN PÚBLICA SEROPED	0,0	3,8	0,0	0,0	3,8	0,0	30,3	0,0	0,0	36,3	
TOTAL (I)	4.620,3	4.020,1	0,0	3.537,1	5.103,3	19.736,5	15.759,9	0,0	1.712,0	33.780,4	
TOTAL (I + II)	4.620,3	4.020,1	0,0	3.537,1	5.103,3	19.736,5	15.759,9	0,0	1.712,0	33.780,4	

SIGFIS - Versão 2018 Data de Emissão: 26/07/2018 15:09h Anexo 7 do RREO

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$ Milhares

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 3º Bim/2018 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS	19.944,8	19.944,8	11.780,7	59,07
1.1 Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.765,0	7.765,0	4.490,6	57,83
1.1.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.800,0	4.800,0	2.958,1	61,63
1.1.2 Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.965,0	2.965,0	1.532,5	51,69
1.2 Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	833,6	833,6	195,2	23,42
1.2.1 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	810,0	810,0	191,4	23,63
1.2.2 Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	23,6	23,6	3,8	16,10
1.3 Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.489,2	8.489,2	5.775,7	68,04
1.3.1 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.428,0	8.428,0	5.746,3	68,18
1.3.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	61,2	61,2	29,4	48,04
1.4 Receita Resultante do Imposto sobre Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.857,0	2.857,0	1.319,2	46,17
1.4.1 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.857,0	2.857,0	1.319,2	46,17
1.4.2 Multas, Juros, de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5 Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art 153, §4º, III)	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.1 ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	102.617,5	102.617,5	50.472,1	49,18
2.1-Cota-Parte FPM	43.680,3	43.680,3	17.425,7	39,89
2.1.1 Parcela referente à CF art. 150, I, alínea b	43.679,3	43.679,3	17.425,7	39,89
2.1.2 Parcela referente à CF art. 150, I, alínea d	1,0	1,0	0,0	0,00
2.1.3 Parcela referente à CF art. 150, I, alínea e	0,0	0,0	0,0	0,00
2.2-Cota-Parte ICMS	54.012,2	54.012,2	27.799,8	51,47
2.2.1-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/96	250,0	250,0	87,7	35,08
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	0,0	0,0	775,3	0,00
2.5-Cota-Parte ITR	175,0	175,0	9,1	5,20
2.6-Cota-Parte IPVA	4.500,0	4.500,0	4.374,5	97,21
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,0	0,0	0,0	0,00
3-TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	122.562,3	122.562,3	62.252,8	50,79

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$ Milhares

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 3º Bim/2018 (e)	% (e/d)	Até 3º Bim/2018 (f)	% (f/d)
EDUCAÇÃO INFANTIL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
22-1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
22-2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
25-ENSINO FUNDAMENTAL	92.646,2	92.646,2	79.585,5	85,90	38.025,6	41,04
25-1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	56.569,5	56.569,5	55.952,1	98,91	31.903,6	56,40
25-2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	36.076,7	36.076,7	23.633,4	65,51	6.122,0	16,97
24-ENSINO MÉDIO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
24-ENSINO SUPERIOR	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	4,0	4,0	0,0	0,00	0,0	0,00
27-OUTRAS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
38-TOTAL DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (22+24+25+26+27+28)	92.650,2	92.650,2	79.585,5	85,90	38.025,6	41,04
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (17)					15.528,20	
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
31-RECEITA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (19)					26,40	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR					0,00	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR					0,00	
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00	
35-CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (18)					0,00	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAIS (29+30+31+32+33+34+35)					15.554,60	
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (36+23-30)					22.471,00	
38-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO [(36+37)X100%]					36,10	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 3º Bim/2018 (e)	% (e/d)	Até 3º Bim/2018 (f)	% (f/d)
39-DESPESAS CUSTEADAS CAPAC. FIN. EM OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	9.099,6	9.099,6	3.110,9	34,19	1.803,0	19,81
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.215,1	4.215,1	1.342,6	31,85	86,1	2,04
43-TOTAL OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	13.314,7	13.314,7	4.453,5	33,45	1.889,1	14,19
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO	105.964,9	105.964,9	84.039,0	79,31	39.914,7	37,67
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						
SALDO ATÉ O BIMESTRE			Cancelado em 2018 (g)			
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00		0,00		0,00	
45.1-EXECUTADOS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00		0,00		0,00	
45.2-EXECUTADOS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00		0,00		0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA						
FUNDEB			SALÁRIO EDUCAÇÃO			
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE "EXERCÍCIO ANTERIOR"						
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			0,00			
48-(=) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			28.463,60			
48.1-ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO			0,00			
48.2-RESTOS A PAGAR			0,00			
48.3-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			26,40			
50-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE			4.406,80			
51-(+) Ajustes			0,00			
51.1-Rescisões			0,00			
51.2-Cancelação Bancária			0,00			
52-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO			4.406,80			

Fonte: Caput do artigo 212 da CF/1988
Os valores referentes à parcela dos restos a pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
Limites mínimos anuais a serem cumpridos no ensejamento do evento, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

AJUSTE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	6.122,00
Despesas com Ensino Fundamental (24.2)	6.122,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas (23.2)	0,00
Outras Despesas com Ensino	0,00
PARCELA DAS TRANSFERÊNCIAS DESTINADA À FORMAÇÃO DO FUNDEB (10)	10.094,40
INATIVOS PAGOS COM RECURSOS DO TESOUREO (40)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
TOTAL DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - (24.2 + 23.2 + 10 + 40)	16.216,40
AJUSTE DA TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS	
Mínimo de <25% das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino - Caput do artigo 212 da CF/88	26,05
Mínimo de <60% do FUNDEB na remuneração do magistério do Ensino Fundamental - caput § 5º do artigo 60 do ADCT	89,19

SIGFIS - Versão 2018 Data de Emissão: 26/07/2018 15:09h Anexo 8 do RREO

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$ Milhares

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 3º Bim/2018 (b)	% (b/a)
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	267,0	267,0	31,7	11,87
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	13.589,4	13.589,4	4.992,5	36,74
5.1-Transferências do Salário-Educação	8.864,6	8.864,6	4.408,8	49,71
5.2-Transferências Diretas - FODE	0,0	0,0	0,0	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	3.300,0	3.300,0	571,3	17,31
5.4-Transferências Diretas - PNATE	400,0	400,0	10,7	2,67
5.5-Transferências Diretas - FNDE	1.024,8	1.024,8	3,7	0,36
5.6-Aplicações Financeiras Recursos do FNDE	0,0	0,0	0,0	0,00
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,0	0,0	0,0	0,00
6.1-Transferências de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
6.2-Aplicações Financeiras de Recursos do Convênio	0,0	0,0	0,0	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00
9-TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	13.856,4	13.856,4	5.024,2	36,26

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 3º Bim/2018 (b)	% (b/a)
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.444,0	6.444,0	10.094,4	156,65
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1)	2.477,5	2.477,5	3.485,1	140,67
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.500,0	3.500,0	5.560,0	158,86
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	44,6	44,6	17,5	39,24
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	105,0	105,0	155,1	147,71
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR arrematado (20% de 1.5 + 2.5)	35,0	35,0	1,8	5,14
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	281,9	281,9	874,9	310,39
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	56.569,5	56.569,5	28.490,0	50,36
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	50.349,5	50.349,5	25.022,6	50,09
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	6.000,0	6.000,0	2.841,0	47,35
11.3-Recursos de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	220,0	220,0	26,4	12,00
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	43.926,5	43.926,5	15.528,2	35,37

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0) = ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 < 0) = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 3º Bim/2018 (e)	% (e/d)	Até 3º Bim/2018 (f)	% (f/d)
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	49.515,7	49.515,7	49.438,2	99,84	25.410,3	51,32
13.1-Com Educação Infantil	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	49.515,7	49.515,7	49.438,2	99,84	25.410,3	51,32
14-OUTRAS DESPESAS	7.053,8	7.053,8	6.513,9	92,35	6.493,3	92,05
14.1-Com Educação Infantil	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	7.053,8	7.053,8	6.513,9	92,35	6.493,3	92,05
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	56.569,5	56.569,5	55.952,1	98,91	31.903,6	56,40

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB
16.1-FUNDEB 80%
16.2-FUNDEB 90%
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB
17.1-FUNDEB 80%
17.2-FUNDEB 90%
18-TOTAL DE DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)

INDICADORES DO FUNDEB
19-TOTAL DE DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (13-(16.1+17.1))/(b)x100
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESAS COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(b)x100
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

0,00
0,00

SIGFIS - Versão 2018 Data de Emissão: 26/07/2018 15:09h Anexo 8 do RREO

SIGFIS - Versão 2018 Data de Emissão: 26/07/2018 15:09h Anexo 8 do RREO

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ Milhares

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM
--

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII) = (VII / IIIb X 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% **9	15,00 %
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15) / 100 X IIIb] *	373,6

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores a 2013 (Somatório)	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Total	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E §2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos anteriores a 2013 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
Total (VIII)	0,0	0,0	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ART. 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido anteriores a 2013 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
Total (IX)	0,0	0,0	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 3º Bim/2018 (l)	% (l / total j)	Até 3º Bim/2018 (m)	% (m / total n)
Atenção Básica	8.371,0	8.371,0	1.805,1	9,55	1.471,3	10,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.881,5	22.881,5	12.775,6	64,37	7.417,0	54,52
Suporte Profilático e Terapêutico	18.230,2	18.230,2	5.095,7	28,67	4.611,5	34,15
Vigilância Sanitária	1.016,0	1.016,0	77,4	0,39	1,8	0,01
Vigilância Epidemiológica	95,0	95,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Alimentação e Nutrição	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Outras Subfunções	160,0	160,0	4,4	0,02	3,0	0,02
TOTAL	50.763,7	50.763,7	19.848,2	100,00	13.504,4	100,00

Fonte: Relatório Contábil

* Esta linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
 ** O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "n" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
 *** O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
 **** Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
 ***** Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento no art. 23 da LC 141/2012.
 ***** No último bimestre será utilizada a fórmula: V(i+h) - (15 x IIIb/100)

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA - PODER EXECUTIVO
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		Até o bimestre	
Previsão Inicial da Receita	243.014,3		
Previsão Atualizada da Receita	243.014,3		
Receitas Realizadas	110.748,8		
Debitos Orçamentários	0,0		
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para créditos adicionais)	0,0		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o bimestre		
Dotação Inicial	241.855,9		
Créditos Adicionais	0,0		
Dotação Atualizada	241.855,9		
Despesas Empenhadas	157.105,9		
Despesas Liquidadas	84.197,0		
Superveni Orçamentário	20.551,2		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre		
Despesas Empenhadas	157.105,9		
Despesas Liquidadas	84.197,0		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre		
Receita Corrente Líquida	208.622,4		
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o bimestre		
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	3.730,5		
Receitas Previdenciárias Realizadas (III)	5.833,3		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (IV)	2.102,7		
Resultado Previdenciário (III-IV)	-2.102,7		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO			
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Ajustado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,0	-12.770,3	0,0%
Resultado Primário	0,0	26.593,0	0,0%

MOVIMENTAÇÃO DE RESTOS A PAGAR				
	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
POR PODER				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Pod. Executivo	8.640,4	0,0	3.837,1	5.103,3
Pod. Legislativo	0,0	0,0	0,0	0,0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Pod. Executivo	35.492,4	0,0	1.712,0	33.780,4
Pod. Legislativo	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	44.132,8	0,0	5.249,1	38.883,7

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE			
Valor Apurado até o bimestre	Limite Constitucional Anual	% Mínimo Aplicar Exerc.	% Aplicado até bimestre
22.471,0	25%	25%	36,1%
21.909,6	90%	90%	39,2%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Operação de Crédito			
Despesa de Capital Líquida			

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (V)				
Despesas Previdenciárias (VI)				
Resultado Previdenciário (V)-(VI)				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
15.173,2	15,0%	15,0%	15,0%

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO, DERIVADAS DE PPP'S CONTRATADAS		Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das despesas / RCL (%)		0,0%

Fonte:
 Nota:
 SIGFIS - Versão 2018 Data de Emissão: 26/07/2018 15:11h Anexo 14 do RREO



AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 021/2018
REMARCAÇÃO
PROCESSO: 3372/2018

A Secretária Municipal de Suprimento da Prefeitura Municipal de Seropédica, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada.

OBJETO RESUMIDO: – A presente licitação tem como objeto o registro de preço para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (MERENDA)**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, conforme o disposto no Termo de Referência – Anexo V, parte integrante e inseparável deste edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

DATA e HORA DA REALIZAÇÃO: 10 de Agosto de 2018, às 13h00min.

LOCAL: Rua Maria Lourenço, 18- Sala de Reuniões- Fazenda Caxias- Centro- Seropédica - RJ

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Junto a Secretária Municipal de Suprimentos, nas dependências da Prefeitura Municipal de Seropédica, Rua Maria Lourenço, 18- Fazenda Caxias- Centro- Seropédica - RJ, de segunda a sexta de 09:00 às 16:00 horas.

CUSTO: O edital e seus anexos poderão ser adquiridos, mediante a entrega de uma resma de papel A4, no endereço acima.

Seropédica, 27 de Julho de 2018.

JOSÉ ANTONIO GUIMARÃES CUNHA
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SUPRIMENTO

MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Bimestre / 2018

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	RECEBIMENTOS EFETUADOS EM 2018										SALDO TOTAL (a) + (b)
		NO BIMESTRE		ATE O BIMESTRE (b)								
TOTAL DE ATIVOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Direito Futuro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ativo Contábil em SPE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contingência para Provisão de PPP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL DE PASSIVOS (II)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações Não Reconhecidas a Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contingência para Ativos de SPE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Provisões de PPP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SALDOS DE PPPs:	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (III) - (IIIb)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PASSIVOS CONTINGENTES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contingências Futuras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Riscos Não Previsíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Passivos Contingentes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ATIVOS CONTINGENTES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços Futuros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos Contingentes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESAS DE PPP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

DESPESAS DE PPP												
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Do Ente Federado												
Das Entidades Não Dependentes												
TOTAL DAS DESPESAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	20.307,4	21.939,4	23.081,1	24.192,7	25.265,1	26.307,4	27.320,3	28.303,6	29.257,3	30.181,4	31.076,1	31.941,4
TOTAL DAS DESPESAS - RCL (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0